

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA EM RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

ISABELLE DE FÁTIMA SILVA PINHEIRO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PLANEJAMENTO DO TURISMO
SERTANEJO NA REGIÃO DO SERIDO, RN

CAMPINA GRANDE – PB

FEVEREIRO DE 2011

ISABELLE DE FÁTIMA SILVA PINHEIRO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PLANEJAMENTO DO TURISMO
SERTANEJO NA REGIÃO DO SERIDO, RN"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande em cumprimento a uma das exigências para obtenção do grau de mestre em Recursos Naturais

Orientadores: Prof. Dra. Vera Lúcia Antunes de Lima

Prof. Dra. Eliza Maria Xavier Freire

Área de Concentração: Sociedade e Recursos Naturais

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade

CAMPINA GRANDE – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P654p Pinheiro, Isabelle de Fátima Silva.

Percepção ambiental e planejamento do turismo sertanejo na região do Serido, RN / Isabelle de Fátima Silva Pinheiro. — Campina Grande, 2011.

151 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais.

Referências.

Orientadores: Profª. Drª. Vera Lúcia Antunes de Lima, Profª. Drª. Eliza Maria Xavier Freire.

1. Turismo – Desenvolvimento Sustentável. 2. Percepção Ambiental. 3. Comunidade Local. 4. Desenvolvimento. I. Título.

CDU – 338.484:502.131.1(043)

ISABELLE DE FÁTIMA SILVA PINHEIRO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PLANEJAMENTO DO TURISMO
SERTANEJO NA REGIÃO DO SERIDO, RN

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Vera Lúcia Antunes de Lima
Centro de Tecnologia em Recursos Naturais – CTRN
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a. Dra. Waleska Silveira Lira
Centro de Tecnologia em Recursos Naturais – CTRN
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^o. Dr. Giovanni de Farias Seabra
Departamento de Geociências
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Ao meu filho Heitor

*Cuja presença em minha vida trouxe, além
de alegrias e realizações, muitas bênçãos e
expectativas de dias ainda melhores.*

AGRADECIMENTOS

À Deus e aos amigos espirituais, cuja presença foi a base vital para que os caminhos fossem percorridos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande e seus docentes, pela construção dos conhecimentos que tornaram possível a elaboração deste trabalho. Também neste programa, agradeço à Cleide por sua paciência e boa vontade em sempre atender minhas solicitações.

À Prof. Vera Antunes, pela orientação, pelos conhecimentos valiosos para a construção deste trabalho e por seu acolhimento, que tornou nossos encontros em momentos agradáveis e produtivos. À Prof. Eliza Freire, que mesmo com sua atribulada vida docente, me proveu de relevantes contribuições nos trabalhos de campo e na elaboração desta dissertação. Ao Prof. Jamilson, pela valiosa ajuda no componente estatístico deste trabalho, ao meu primo Breno, pela correção do resumo e à Thiago e Renato, pela elaboração dos gráficos.

À Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, por ter fornecido a estrutura para as atividades de campo. Aos secretários municipais Chaguinha, José Edson e ao Sr. Titio, pelas informações e atenção. À Neta e família por ter cuidado da equipe como se fôssemos também da família.

Ao meu esposo Renato, por entender as ausências e por me proporcionar a segurança necessária para que eu pudesse viajar periodicamente sem preocupações e incertezas. Aos meus pais e irmãos, que me proporcionaram as bases éticas e morais que estabeleci em minhas relações sociais e nas atividades de pesquisa. O meu amor por vocês me estimula.

Ao meu Tio Wilson Wouflan, por suas contribuições em minha vida acadêmica, e pelo divertido e agradável acolhimento em Campina Grande.

Aos amigos de caminhada, a quem nomeio Antonio Antunes para um abraço amigo e fraterno. À equipe de orientandos da Prof. Eliza, em especial Melissa Gogliath pela atenção e amizade.

RESUMO

O Turismo caracteriza-se como relevante alternativa econômica para diferentes cidades, regiões e países. Os elevados índices de renda tornaram este fenômeno da sociedade moderna uma das principais atividades econômicas, incentivada por governos de muitos países, inclusive o Brasil. No entanto, por ter sido estimulado intensivamente, o Turismo cresceu de forma desordenada, o que gerou danos às comunidades locais e ao ambiente natural dos vários destinos turísticos. Baseada nestas discussões, esta pesquisa insere-se na perspectiva de propor formas alternativas de planejamento turístico, pautado nos pressupostos de participação social, regionalidade e desenvolvimento local. Para tanto, realizou-se uma análise da percepção ambiental da comunidade de Tenente Laurentino Cruz\RN, entendendo que as visões, opiniões e expectativas das pessoas que vivem na localidade caracterizam-se como relevantes subsídios na proposição de ações, estratégias e políticas de organização do município para o Turismo. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilização de entrevistas e conversas, observações e aplicação de questionários junto aos moradores das zonas urbana e rural de Tenente Laurentino Cruz, nos meses de maio a junho de 2010. O inventário dos atrativos naturais do município seguiu a metodologia de inventariação turística da EMBRATUR, e a proposição das ações de planejamento turístico seguiu os pressupostos do Turismo Sertanejo. Assim, o trabalho traz a percepção ambiental como estratégia de participação comunitária no planejamento turístico, contribuindo para a construção de um Turismo menos impactante e mais participativo, que tenha como objetivo último o desenvolvimento de base local.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Percepção ambiental, comunidade local, desenvolvimento.

ABSTRACT

Tourism is characterized as a relevant economic alternative for different cities, regions and countries. The high levels of income have made this modern society phenomenon one of the main economic activities encouraged by governments in many countries including Brazil. However, due to intensive stimulation, tourism has grown in a disorderly way causing damage to local communities and natural environment in a lot of tourist destinations. Based on such discussion, this research aims at proposing alternatives for tourism planning, based on social participation assumptions, regional aspects and local development. In order to reach our goals, we carried out an analysis about the environmental community's perception in the city of Tenente Laurentino Cruz / RN by observing that the views, opinions and expectations of people living in that locality may be characterized as subsidies in proposing relevant actions, strategies and town organization policies concerned to tourism. Adopted methodology consists of bibliographic and documentary research as well as the use of interviews, conversation, observation and questionnaires application to residents from both urban and rural zones of Tenente Laurentino Cruz during the period of May to June 2010. Natural attractions inventory of the city followed the model adopted by EMBRATUR and the proposition of tourism planning actions followed Turismo Sertanejo assumptions. Thus, the work proposes the environmental awareness as a strategy for community participation in tourism planning, contributing to the construction of a less impacting and more participative activity by pointing out the local development.

Key Word: Tourism, Environmental Awareness, Local community, Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 A RELAÇÃO HOMEM, TURISMO E MEIO AMBIENTE.....	17
2.1.1 Perspectivas históricas da relação natureza, homem e Turismo.....	17
2.1.2 Homem, meio ambiente, Turismo e as implicações destas relações.....	21
2.1.3 Os impactos ambientais do Turismo.....	23
2.2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E TURISMO.....	29
2.2.1 A expressão econômica do Turismo em análise.....	29
2.2.2 Turismo Sustentável e desenvolvimento de base local na construção de um Turismo Comunitário.....	31
2.2.3 Turismo Sertanejo e desenvolvimento local.....	36
2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	39
2.3.1 Planejamento estratégico do Turismo para o desenvolvimento local.....	39
2.3.2 A participação comunitária no planejamento turístico.....	42
2.3.3 A Percepção Ambiental – PA como estratégia de participação.....	45
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	49
3.1 ÁREA DE INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, SERRA DE SANTANA – RN.....	49
3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ.....	54

3.3	LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO.....	55
3.4	INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DE TENENTE LAURENTINO CRUZ.....	56
3.5	INVENTÁRIO TURÍSTICO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ.....	64
3.5	PROPOSIÇÃO DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TURISMO SERTANEJO PARA O MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PAUTADO NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE SEUS MORADORES.....	65
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	66
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ.....	66
4.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL.....	76
4.3	ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O TURISMO PARA A COMUNIDADE DE TENENTE LAURENTINO CRUZ.....	81
4.4	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ E SUAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA.....	117
4.5	PROPOSTA DE UM PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SERTANEJO EM TENENTE LAURENTINO CRUZ E FLORÂNIA.....	129
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização de Tenente Laurentino Cruz.....	48
Figura 2	Mapa do município de Tenente Laurentino Cruz.....	52
Figura 3	Vista parcial da Serra de Santana, município de Tenente Laurentino Cruz, com destaque para a beleza cênica local.....	53
Figura 4	Vista parcial de trilha localizada na área rural do município de Tenente Laurentino Cruz.....	53
Figura 5	Distribuição dos entrevistados por sexo.....	81
Figura 6	Distribuição dos entrevistados por faixa etária.....	82
Figura 7	Distribuição dos entrevistados por grau de instrução.....	84
Figura 8	Distribuição dos entrevistados por ocupação.....	86
Figura 9	Percentagem da renda salarial da comunidade de Tenente Laurentino Cruz, por salário mínimo.....	87
Figura 10	Percepção da comunidade de Tenente Laurentino Cruz sobre o Turismo e suas diferentes variáveis de percepção.....	89
Figura 11	Percepção dos entrevistados sobre a geração de benefícios e melhorias gerados por meio do Turismo para a comunidade de Tenente Laurentino Cruz.....	91
Figura 12	Percepção dos entrevistados sobre os tipos de benefícios e melhorias resultantes do desenvolvimento do Turismo no município de Tenente Laurentino Cruz.....	93
Figura 13	Percepção dos entrevistados sobre a possibilidade de geração de benefícios e melhorias para cada indivíduo, por meio do Turismo.....	94
Figura 14	Tipos de benefícios pessoais gerados pelo Turismo de acordo com a percepção dos entrevistados.....	96
Figura 15	Percepção dos entrevistados quanto à geração de impactos negativos pelo Turismo em localidades turísticas.....	99
Figura 16	Tipos de impactos gerados pelo Turismo no ambiente Terra, a partir da percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz.....	100
Figura 17	Tipos de impactos gerados pelo Turismo nos ambientes água e ar, de	

	acordo com a percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz.....	101
Figura 18	Tipos de impactos gerados pelo Turismo no subsistema social, de acordo com percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz..	102
Figura 19	Percepção dos entrevistados quanto aos atrativos turísticos naturais existentes em Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município.....	104
Figura 20	Percepção dos entrevistados quanto aos atrativos turísticos de valor arquitetônico e histórico existentes em Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento do Turismo no município.	105
Figura 21	Percepção dos entrevistados quanto aos aspectos econômicos de Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município.....	106
Figura 22	Percepção dos entrevistados quanto aos patrimônios histórico-culturais de Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município.....	107
Figura 23	Percepção dos entrevistados quanto às melhorias necessárias em Tenente Laurentino Cruz para o desenvolvimento do Turismo no município.....	110
Figura 24	Distribuição dos entrevistados quanto à participação em capacitação no âmbito do Turismo.....	112
Figura 25	Demonstrativo do nível de interesse de participar ou trabalhar nas atividades relacionadas ao Turismo, dos entrevistados da comunidade de Tenente Laurentino Cruz.....	113
Figura 26	Tipos de atividades e segmentos turísticos cujos entrevistados demonstraram ter interesse de trabalhar ou participar no momento que o Turismo se desenvolver no município.....	114
Figura 27	Percepção ambiental dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz quanto à capacidade de suporte dos espaços naturais existentes no município.....	115
Figura 28	Mirante da Serra do Cajueiro\Município de Florânia.....	118
Figura 29	Mirante Sítio Boa Vista\Município de Tenente Laurentino Cruz.....	118

Figura 30	Mirante Sítio Cabeça\Município de Tenente Laurentino Cruz.....	119
Figura 31	Pau do Oco\Município de Tenente Laurentino Cruz.....	119
Figura 32	Início da trilha do Capim- Açú.....	122
Figura 33	Riacho temporário encontrado no percurso da trilha.....	122
Figura 34	Mirante natural da Trilha Capim-Açú.....	122
Figura 35	Casa grande da Fazenda Capim-Açú.....	123
Figura 36	Açude da Casa Grande do Capim-Açú.....	123
Figura 37	Casa abandona ao longo da trilha, contextualizando a história da migração do sertanejo.....	123
Figura 38	Aspectos florísticos da trilha.....	124
Figura 39	Fachada do Casarão da Família Capitão.....	126
Figura 40	Fogão de lenha.....	126
Figura 41	Candeeiro que ilumina quarto da casa.....	127
Figura 42	Potes de água que permanece no alpendre do casarão, e serviam de bebedouro dos tropeiros que subiam a serra e cadeira de couro.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Universo da população amostrada nesta pesquisa, efetuada em Tenente Laurentino Cruz no período de maio a julho de 2010.....	58
Tabela 2	Pressupostos de elaboração dos instrumentos de pesquisa em percepção ambiental aplicados no município de Tenente Laurentino Cruz.....	60
Tabela 3	Dimensões e categorias avaliadas a partir dos resultados encontrados nos formulários.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

°C – Graus Celsius

AM – Amplitude Modulada

APA – Área de Proteção Ambiental

APAMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância

APL – Arranjos Produtivos Locais

APP – Áreas de Preservação Permanente

COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

et al. – e outros

FAS – Faculdade do Seridó

FM – Frequência Modulada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN

IFRN – Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

Km - Quilômetro

m – metros

m³/h – metros cúbicos por hora

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

mm – Milímetros

MT – Mato Grosso

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

ONG – Organização da Sociedade Civil

PA – Percepção Ambiental

PB – Paraíba

PEA – População Economicamente Ativa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNB – Produto Nacional Bruto

PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional de Turismo

PSF – Programa Saúde na Família

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

S – Sul

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SEBRAE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo do RN

TO – Tocantins

ton/semestre – Toneladas por semestre

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

US\$ - Dólares

W – Oeste

1. INTRODUÇÃO

O Turismo cresceu e se consolidou no mundo inteiro aproximadamente a partir da década de 1950. Inicialmente, o Turismo foi considerado “a indústria sem chaminés”, expressão que o caracterizou por este supostamente não causar os impactos ambientais negativos que as indústrias vinham gerando tanto no ambiente natural, como nos espaços urbanos.

Por resultar em elevados índices de aportes financeiros e não impactar explicitamente os ambientes, o Turismo foi estimulado em diversas regiões do mundo, sem, no entanto, seguir uma lógica de planejamento eficiente e voltada aos parâmetros de equilíbrio natural, econômico, social e político. A partir de então, este fenômeno cresceu de forma acelerada e desorganizada, carente de bases teóricas, conceituais e metodológicas que norteassem estudos e pesquisas na área. Devido a isso, o Turismo ora é entendido como uma indústria, ora é visto como um serviço, considerado uma atividade econômica e, para alguns setores governamentais, uma política de desenvolvimento.

Para fins conceituais e estatísticos, a Organização Mundial do Turismo – OMT reconhece o Turismo como uma viagem realizada por uma pessoa ou grupo que sai de seu local de moradia para conhecer outro lugar, por um período igual ou superior a 24 horas e sem a intenção de obter lucros. Já Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p.23) afirmam que o Turismo pode ser definido como a soma de fenômenos e relações originais da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes. O Turismo, que ao longo das últimas décadas imprimiu relevante destaque na economia e dinâmica de muitos países, cidades e regiões, caracteriza-se como um fenômeno socioeconômico que integra diferentes inter-relações de cunho econômico, social, político, cultural e ecológico.

Nos últimos anos o Turismo firmou-se em nível mundial como relevante atividade econômica da sociedade moderna e, em contrapartida, tem se destacado os estudos e a divulgação dos impactos negativos gerados pelo Turismo mal planejado e gerido. Por envolver diferentes segmentos,

denominados por Beni (2002) como subsistemas ecológicos, culturais, sociais e políticos, a pesquisa e o planejamento do Turismo necessitam de uma abordagem interdisciplinar, que congregue conhecimentos de diferentes áreas como administração, sociologia, antropologia, economia, biologia, dentre outras, além da participação da sociedade civil.

No entanto, percebe-se ainda a carência de pesquisas que contemplem formas de participação popular no processo de planejamento turístico, bem como pesquisas que busquem estratégias de utilizar o potencial do Turismo para o desenvolvimento local. Nesse contexto, esta dissertação se engaja no esforço de inserir a Percepção Ambiental como uma estratégia de participação social no processo de concepção e planejamento do Turismo em uma comunidade localizada no semiárido nordestino, alinhada às perspectivas de desenvolvimento a partir da sinergia das forças e potencialidades locais.

Esta perspectiva de promoção do Turismo com bases locais é recente, assim como o conceito de Turismo Sertanejo. Pesquisas que integrem o Turismo Sertanejo como segmento turístico, a Percepção Ambiental como espaço de participação e o fortalecimento local como estratégia de desenvolvimento são escassas e merecem ser viabilizadas para servirem de subsídio às políticas públicas de Turismo. Nesta âmbito de pesquisa, pode-se ressaltar os trabalhos de Rodrigues (2002), Seabra (2007), Bartolo, Sansolo e Bursztyn (2009).

Ressalte-se que a Percepção Ambiental pode se caracterizar como relevante instrumento de estímulo à participação popular. As populações nativas conhecem sobremaneira as características do meio natural no qual estão inseridas. Sua participação estimulada e valorizada pode constituir os pilares de sustentabilidade da atividade turística. Ademais, cada localidade e cada ambiente apresentam usos, atividades produtivas, relações de empatia, pertencimento e dinâmica próprios, que refletem as diferentes percepções ambientais dos seus agentes sociais.

A seleção do tema desta pesquisa foi fruto da constatação da carência de produções que contemplem perspectivas de participação social no Turismo,

bem como do interesse pessoal da pesquisadora de conceber o Turismo como opção para o desenvolvimento local de comunidades rurais e com relevante potencial para o Turismo Sertanejo.

Assim, a formulação do problema de pesquisa baseou-se no potencial turístico do município de Tenente Laurentino Cruz e do complexo onde está inserida a Serra de Santana para a prática de atividades de Turismo Sertanejo. Tenente Laurentino Cruz, localizado na Região do Seridó Potiguar, é um município novo, cuja população apesar de pequena, vem crescendo de forma rápida devido ao potencial do município para a agricultura, sua economia está baseada nas atividades agropecuárias, comércio e emprego público, carecendo de alternativas econômicas para a melhoria da geração de emprego, renda e qualidade de vida para a população local.

Além disso, buscou-se conhecer a potencialidade do Turismo alinhando a Percepção Ambiental para promover o desenvolvimento local. Estes questionamentos nortearam a formulação da questão a ser respondida pela pesquisa, qual seja: o planejamento do Turismo Sertanejo com base no desenvolvimento local pode ser subsidiado por pesquisa em Percepção Ambiental como estratégia de participação comunitária?

O objetivo da pesquisa baseou-se em propor ações, projetos e políticas para o planejamento estratégico do Turismo Sertanejo em uma região do semiárido do Estado do Rio Grande do Norte, baseadas no estudo da Percepção Ambiental de sua comunidade sobre o Turismo. Para tanto, realizou-se um estudo das políticas locais, estaduais e federais de incentivo ao Turismo, elaborou-se a caracterização socioeconômica do município de Tenente Laurentino Cruz, bem como foi desenvolvida a pesquisa quantitativa e qualitativa de Percepção Ambiental junto à comunidade da referida área de investigação. Com base nos resultados, elaborou-se o Inventário Turístico do município, culminando com o Planejamento Turístico Sertanejo para a Serra de Santana, compreendendo os municípios de Tenente Laurentino Cruz e Florânia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A RELAÇÃO HOMEM, TURISMO E MEIO AMBIENTE

2.1.1 Perspectivas históricas da relação natureza, homem e Turismo

A história da raça humana confunde-se com as relações de adaptação, mudança e uso intenso que o homem estabeleceu com os recursos naturais. Ao longo da história da humanidade, três orientações básicas e contrastantes balizaram a relação do homem com a natureza. Nos primórdios, aparenta ter existido um ser humano subjugado pela natureza, e o mundo natural considerado onipotente, imprevisível e indomável (CAMARGO, 2002, p.17).

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado (SANTOS, 2009, p.131).

Já a segunda orientação remete às sociedades ocidentais, a partir das revoluções científica e industrial, no qual decorreu um ser humano que se considerou proprietário do mundo natural, tencionado a domar e explorar os recursos da natureza. A partir da revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, formou-se uma sociedade concentrada nas áreas urbanas, e movida por um sistema tecnológico consumidor de energia e matéria-prima. As invenções técnicas aumentaram o poder de intervenção e autonomia do homem ante os recursos naturais.

Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais graças às técnicas que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de energia comandadas pelo homem (SANTOS, 2009, p.131).

A terceira orientação reitera a essência humana à natureza, não somente em nível biológico, mas também em nível cultural e psicológico, sugerindo que o homem precisa adaptar-se ao seu meio, compreendendo as transformações da natureza e vivendo sob seus limites. Esta postura mais interativa e

respeitosa com o meio ambiente fez surgir no homem uma nova busca pelos recursos naturais, entendendo estes recursos como fonte de equilíbrio e manutenção da sadia qualidade de vida. Esta postura promove no ser humano uma nova preocupação com a manutenção dos recursos naturais, ao perceber que estes são necessários para atender as necessidades humanas e principalmente, para garantir a sobrevivência e permanência do homem na terra.

Mediante esta forma alternativa de perceber e usufruir da natureza, na década de 1960 ocorreu a incidência de uma maior preocupação da sociedade com os problemas ambientais, marcando também a insurgência dos movimentos que questionavam a ordem vigente na Europa e nos Estados Unidos, tais como a contracultura e a chamada “nova esquerda”. Ao longo da década de 1960, várias questões sociais e políticas criaram um intenso ativismo público, que acabou por influenciar a formação de um movimento ambientalista mais amplo (PELICIONE, 2004, p.436).

A partir de 1968 emergem os movimentos e manifestações de cunho ambiental, com a participação de estudantes, operários e artistas abordando a insatisfação destes grupos sociais frente à lógica do crescimento econômico, dos problemas ambientais e dos danos sociais por eles gerados.

Diante da divulgação das pesquisas dos cientistas sociais, bem como da emergência destes movimentos, a sociedade despertou para problemas como o crescimento da população mundial e o conseqüente aumento da demanda por água, alimentos, recursos energéticos e espaços naturais; bem como o incremento do poder tecnológico alinhado à geração de modificações e destruição das áreas naturais. Isso fez emergir uma nova relação, mais intensa e menos artificializada, entre o homem e os recursos naturais.

Já a relação Turismo e natureza apresentou fases históricas semelhantes as relações entre o homem e a natureza. Os primórdios das viagens turísticas ocorreram quando os filhos da aristocracia inglesa realizavam longas viagens com seus preceptores no intuito de conhecer a riqueza e a diversidade natural de muitas regiões européias, viagens estas conhecidas

como o *Grand Tour*, ocorridas nos séculos XVIII e XIX. Posteriormente, já no século XIX, as viagens se baseavam nas atividades de cura, descanso e fruição. Os principais centros que recebiam estes visitantes eram considerados cidades-sanatórios, cidades sol e cidades de aposentados, dotados de estações de água, praias ou montanhas, com destaque para Nice na França, Miami nos Estados Unidos e Santos no Brasil (RIBEIRO E STIGLIANO, 2010, p. 70).

Devido às duas Grandes Guerras, o Turismo ficou estagnado, só ressurgindo em 1949 com características de Turismo de Massa. Neste sentido, paradoxalmente, as tecnologias desenvolvidas na Segunda Guerra tais como radares e sistemas de navegação aérea e marítima, sonares e novas cartas marítimas e terrestres, telecomunicações dentre outros, favoreceram o rápido crescimento do Turismo de Massa (OLIVEIRA, 2004, p. 50).

O Turismo como fenômeno da sociedade moderna desenvolveu-se na segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir da década de 1950, considerado desde então como alternativa na busca por novos estilos de vida, em meio à dinâmica dos movimentos ambientalistas, e fruto das evoluções tecnológicas nos meios de transportes e comunicações. Não obstante, a consolidação do Turismo aparenta ter decorrido da deterioração da qualidade de vida nos centros urbanos, o que levou um maior número de pessoas nas férias, feriados e fins de semana a visitar lugares de relevante beleza natural e clima agradável; bem como dos avanços tecnológicos nas indústrias de ponta, de automação e de informática, que geraram um considerável aumento do tempo livre da população mundial.

Diante disso, o Turismo se configura como atividade típica das sociedades urbanas, desencadeado pelo processo de industrialização e de degradação ecológica e sociocultural pelo qual vivem as cidades, bem como dos incômodos advindos da vida urbana como o estresse e o trabalho sistematizado. Assim, uma estreita relação entre Turismo e meio ambiente se consolidou, tendo em vista que os espaços naturais são os mais procurados nos momentos de fuga.

Muito embora se constate o forte poder do Turismo de Massa, uma nova versão do Turismo vem imprimindo importância na atualidade, devido a esta nova forma de perceber, sentir e desfrutar dos recursos naturais e do patrimônio cultural. O consumismo não parece mais importante e o homem sem qualidade de vida na sociedade da competição industrial está à procura do sentido de sua existência. A emergência de um *Turismo de Profundidade* baseado em novas relações com as culturas dos lugares e com o ambiente natural é um dos sinais da crise da civilização industrial. Ressalte-se que esta última foi construída sob uma cultura que produz e sobre um infinito de necessidades freqüentemente artificiais (BARTHOLLO, 2009, p.69)

Estas novas configurações que o Turismo adquiriu no pós-guerra estimularam nos órgãos públicos de muitos países a visão desta atividade como catalisadora de divisas, em muitos casos maiores que as exportações nacionais. Neste sentido, muitos foram os investimentos em infraestrutura e propaganda turística tornando o Turismo pauta de preocupação e interesse dos governos nacionais e organizações nacionais e internacionais.

A partir de então, os benefícios do Turismo para a economia de diferentes países passaram a ser credenciados por governos nacionais e órgãos internacionais, convertendo-o em política de investimentos e de estímulo econômico. Na década de 1960 a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento – OCDE, por exemplo, afirmava que nessa atividade concentrava-se um potencial de crescimento quase ilimitado, e tanto o Banco Mundial como as Nações Unidas lançaram-se a promovê-la nos países em desenvolvimento (DIAS, 2003, p.13).

No Brasil e em diversos outros países, o Turismo se apresenta como um dos mais relevantes setores da atividade econômica. Sua contribuição para a geração de divisas e melhoria do bem estar dos cidadãos pode ser sentida de múltiplas maneiras. Esses efeitos interagem em diversos domínios da sociedade e, de maneira geral, envolvem os ambientes cultural, ecológico, econômico, político e social (OLIVEIRA, 2007, p.01).

Em conseqüência das novas relações entre Turismo, natureza e cultura, bem como da contribuição que o Turismo exerce para o crescimento econômico de países e regiões, constata-se a intensa dependência do Turismo com o meio ambiente. O Turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza, fruto de uma nova postura do turista, que cada vez mais viaja em busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos, na tentativa de recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 1997, p.09).

Pautado nestes indicadores, o Turismo passou a ser percebido ao mesmo tempo como uma alternativa de desenvolvimento econômico de regiões e cidades, e uma estratégia de desenvolvimento local. No entanto, devido à expressão que exerce na economia de países, regiões e cidades, na grande maioria das destinações o Turismo cresceu de forma acelerada, sem planejamento adequado, desencadeando impactos negativos nos ambientes natural, social e cultural.

2.1.2 Homem, meio ambiente, Turismo e as implicações destas relações

O homem tem gerado sérios impactos ao ambiente natural, fruto de uma relação histórica de uso e exploração dos recursos naturais. Ao longo de sua existência, utilizou os recursos naturais para usufruto próprio, inicialmente extraíndo da natureza os elementos essenciais para suprir suas necessidades básicas e, posteriormente, como meio para a geração de lucros, através da exploração exaustiva e desordenada da riqueza natural disponível no planeta (BOULLÓN, 2002).

Ao invés de se adaptar ao ambiente, o homem através da tecnologia intensificou uma série de modificações e ajustamentos no ambiente natural, gerando, por conseguinte, sérios danos aos espaços naturais e seus recursos. Inicialmente através da agricultura e pecuária, posteriormente por meio da indústria e do consumo, atualmente também pelo Turismo, a riqueza natural vem sendo explorada de forma desordenada e sem preocupação com a sua manutenção em longo prazo.

Historicamente, o homem foi gradativamente sendo obrigado a viver nas áreas urbanas, por não encontrar condições adequadas que possibilitassem sua permanência na zona rural, passando a enfrentar problemas das mais diferentes ordens nas cidades. Sendo assim, outra questão veio agravar o processo de adequação do ambiente natural: o agrupamento e a concentração humana.

Os grandes centros urbanos demandam e aceleram a retirada cada vez maior de recursos, e geram quantidades significantes de resíduos e dejetos sem que os espaços urbanos e naturais tenham capacidade de comportá-los. Este homem que habita o planeta Terra é um urbanita e vive em aglomerações urbanas cada vez maiores, demandando quantidades gigantescas de recursos e gerando, igualmente quantidades de resíduos nas mesmas proporções (PHILLIPI JR., ROMERO e BRUNA, 2004, p.04).

Esta realidade vem ampliando uma necessidade humana, a de fuga da teia de relações complexas e deterioradas que os centros urbanos sediam. Para tanto, uma das alternativas de suprir suas necessidades é o contato com os recursos naturais. Assim, apesar de ainda existirem os destinos massificados e os roteiros alienantes, tem-se observado uma nova postura no consumo dos espaços, através de atividades alternativas no uso do tempo livre e de contato com os recursos naturais.

Dias (2003, p.17) afirma que as novas formas de fazer Turismo, de maneira geral, foram desencadeadas devido ao aumento da consciência da necessidade de preservação dos recursos naturais, da necessidade humana atual em encontrar alternativas de lazer diferentes das praticadas nos centros urbanos, da busca pelo contato com formas de vida simples em oposição às relações sociais complexas dos centros urbanos, e da busca por melhor qualidade de vida que se manifesta em maior interação com a natureza.

Nesta perspectiva, o Turismo e o Meio Ambiente estabelecem uma relação de interdependência que pode desencadear duas relações distintas. A implantação da infraestrutura para viabilizar as atividades turísticas gera impactos negativos sobre o meio ambiente (natural, social e cultural), ocupando

o seu papel no conjunto das atividades humanas que estão contribuindo para a modificação dos padrões naturais da qualidade ambiental global. Em contrapartida, “o desenvolvimento de um Turismo ambientalmente responsável pode proporcionar benefícios à proteção ambiental e à conservação da natureza, de onde ele próprio obtém os recursos (naturais, culturais e paisagísticos) que o viabilizam, assumindo também o seu papel neste aspecto” (PIRES, 2010, p.04).

As novas necessidades humanas acabam difundindo os impactos ambientais dos grandes centros urbanos para as áreas até então intocadas. As conseqüências do aumento do fluxo turístico em ecossistemas frágeis como praias e montanhas devem ser diagnosticadas e avaliadas, e seus aspectos negativos mitigados ou sanados, antes que as riquezas naturais remanescentes se deterioreem de maneira irremediável.

2.1.3 Os impactos ambientais do Turismo

Conforme dito anteriormente, a relação que se estabelece entre o meio ambiente e o Turismo pode imprimir duas configurações distintas: o Turismo como fonte degradadora do ambiente natural, social e cultural, ou o Turismo como alternativa para o desenvolvimento local que estimula a preservação ambiental.

Oliveira (2007) afirma que em localidades onde o Turismo apresentou um rápido crescimento sem o devido planejamento, sem dotar-se de infraestrutura e mão de obra qualificada, ocorreram problemas como o aumento da violência, degradação ambiental, especulação imobiliária, importação e em conseqüência disto vazamento da renda, inflação, ocupação desordenada dos espaços urbanos, aumento dos índices de prostituição e do tráfico de drogas e entorpecentes.

Em função dessa problemática, vem tomando forma as iniciativas em âmbito acadêmico no sentido de detectar e minimizar os impactos negativos gerados pelo Turismo. Nesse caso, muitos são os pesquisadores que vêm realizando estudos sobre os impactos ambientais que o Turismo causa ao meio ambiente, dentre eles Ruschmann (1997), Mendonça (1999), Swarbrooke

(2000), Dias (2003) dentre outros. Estes autores ressaltam os aspectos positivos e os impactos negativos que o Turismo desencadeia em localidades turísticas, tanto no meio ambiente natural como nos espaços construídos.

É importante destacar que quando a comunidade acadêmica, alinhada à sociedade como um todo e particularmente aos governos e a iniciativa privada percebem os impactos que o Turismo exerce nas comunidades receptoras (positivos e negativos, de ordem social, econômica e ambiental), gera-se enfim, uma preocupação efetiva quanto à maneira como esta atividade vem sendo desenvolvida. Diante disso, diversas ações são elaboradas em direção ao planejamento do Turismo como alternativa para reduzir tais impactos e, ao mesmo tempo, potencializar os lucros obtidos com a atividade turística (ANJOS, ANJOS e RADOS, 2010, p.145).

Convém ressaltar que para se dimensionar os impactos positivos e negativos que o Turismo gera, faz-se necessário compreender o meio ambiente como um sistema composto pelas categorias ou subsistemas ecológicos, culturais e socioeconômicos e pela inter-relação existente entre estes três subsistemas (BENI, 2002).

Há de se considerar também a existência de algumas lacunas que restringem a amplitude e a exatidão das avaliações dos impactos ambientais negativos tais como: as modificações naturais no ambiente sem a interferência humana, a reação em cadeia dos impactos ambientais e a ausência de um juízo de valor que quantifique e qualifique tais impactos. Devido a isso, os estudos se voltam a realidades ou a projetos específicos, sem levar em consideração o fenômeno turístico como um todo sistêmico e multifacetado. Ademais, muitos estudos e publicações se voltam apenas aos impactos econômicos da atividade, o que geralmente são muito otimistas, sem se deter aos danos ecológicos e socioculturais que a atividade gera em muitas localidades.

É válido ressaltar que a bibliografia concernente ao tema sempre resalta os impactos negativos gerados pelo Turismo em si. Esta afirmação acaba por ocultar os verdadeiros agentes que desencadeiam estes impactos, tais como a

ausência de planejamento urbano e turístico da maioria dos municípios que se voltam para o Turismo, a falta de educação para o Turismo, e ainda, a deficiência de informações e capacitação da comunidade local para receber o turista e ainda, proteger o seu patrimônio natural e cultural. Para fins de explicação, os impactos do Turismo seguem descritos a partir do subsistema que incidem.

a) Impactos no subsistema ecológico

A relação Turismo e natureza não pressupõe necessariamente agressão ou degradação do ambiente natural. Em alguns destinos, principalmente naqueles em que a atividade turística foi fruto de um planejamento bem estruturado, o Turismo trouxe relevantes contribuições para a conservação ambiental. Embora a maioria destes lugares já disponha de áreas de preservação ambiental, a presença de turistas estimulou na comunidade local a preocupação em seguir padrões de conservação e preservação ambiental, bem como a adoção de comportamentos menos impactantes, já que o turista contemporâneo busca áreas cada vez mais intocadas e de relevante beleza cênica. Tal realidade foi constatada na Praia do Aventureiro, Ilha Grande\RJ, cuja forma diferenciada de praticar as atividades turísticas permitiu que não ocorresse especulação imobiliária, a legislação ambiental foi rigorosamente seguida, e por fim, a gestão do Turismo ficou concentrada na própria comunidade (COSTA, CATÃO e PRADO, 2009).

No entanto, por ter sido uma atividade que se desenvolveu muito rapidamente na maioria dos destinos, sem seguir um planejamento adequado, as atividades de lazer e entretenimento geraram graves danos ao ambiente natural.

Cabe lembrar que o Turismo se desenvolve em áreas de fragilidade ecológica como praias, lagoas, lagos, florestas entre outros. Ademais, as viagens turísticas acontecem geralmente em determinadas épocas do ano, como férias escolares, feriados e fins de semana. Neste sentido, as localidades turísticas e principalmente, os ecossistemas naturais, recebem um grande número de pessoas visitando um mesmo local, ao mesmo tempo. Esta

saturação gera problemas para a dinâmica da fauna e flora local, que fica afetada com a presença excessiva de turistas e a agitação decorrente da presença deles.

Muitos dos locais turísticos são formados por matas, florestas e áreas úmidas que aos poucos perdem lugar para construções de equipamentos de lazer e hospedagem, o que causa diversos distúrbios ecológicos em longo prazo, cujos agravantes são sentidos tanto pelas comunidades locais como pelo próprio Turismo. O aumento de construções nessas áreas leva a destruição de ecossistemas, retirada de matéria natural (areia, rochas), além da ruptura das conexões naturais entre a terra e o mar, potencializando assim a incidência de desastres naturais (PIRES, 2010, p.22). Também a paisagem fica afetada com a introdução de construções que não respeitam as características naturais e culturais já existentes no local. Muitos dos equipamentos hoteleiros e de lazer seguem um modelo de arquitetura padrão inadequado ou sem interação com as construções tradicionais.

Existe também a produção de resíduos sólidos e efluentes orgânicos, bem como a deposição imprópria dos mesmos, principalmente em áreas com excesso de turistas. Os rios, mares, lagos, estuários e recifes de corais, as margens de estradas, os caminhos e trilhas da natureza e com eles a própria paisagem, costumam ser os ambientes mais afetados pela destinação inadequada do lixo, do descarte de materiais e do esgoto gerado pelos turistas por suas atividades e pelos serviços a eles prestados (PIRES, 2010, p.25). Esta mesma poluição gerada pela presença massiva de turistas afeta a viabilidade do destino turístico, além de comprometer a saúde humana.

O Turismo pode acentuar a poluição do ar por causa dos motores dos carros; a poluição das águas devido ao despejo de águas servidas sem o tratamento adequado; a poluição sonora pelo barulho dos carros e dos turistas (RUSCHMANN, 1997. p.58).

b) Impactos no subsistema socioeconômico

O Turismo e os turistas provocam efeitos na cultura e na sociedade e exercem influências que têm repercussões de vários tipos. Os impactos

socioculturais do Turismo são os efeitos nas pessoas, na sua qualidade de vida, em seus valores, costumes e crenças (BARRETO, 2007, p. 35).

Dentre alguns impactos pode-se citar a especulação imobiliária pelo qual passa as regiões serranas ultimamente. Os locais de vista privilegiada e clima agradável estão sendo vendidos para a construção de equipamentos de hospedagem e segunda residência. Muitas destas áreas pertencem a agricultores, que na maioria das vezes tem na agricultura sua única fonte de renda, e quando comercializam suas terras perdem o seu meio de vida precisando migrar para os centros urbanos.

Os empresários, empreendedores mais abastados e migrantes de maior poder aquisitivo ocupam a parte mais privilegiada das cidades e os pontos mais valorizados pelos turistas, à beira mar ou rio, ou em locais de beleza cênica. Observa-se nestes locais empreendimentos voltados para o Turismo, pousadas, restaurantes e belas residências, e em seu entorno, os residentes que se desfizeram ou que foram expulsos de seu local de moradia. Assim, favelas surgiram (OLIVEIRA, 2007, p. 05), e com elas problemas sociais como criminalidade, segregação sócioespacial e ausência de serviços públicos e infra-estrutura urbana.

Além destes conflitos, foram detectados outros entraves no âmbito social, dentre eles a inserção de novos hábitos de consumo, na maioria das vezes inacessíveis para a população receptora, que vão desde novos produtos como comida, bebida e vestiário, até hábitos de entretenimento como o jogo e o uso de drogas. Ademais, destacam-se as alterações na moralidade das comunidades receptoras, inclusive com o aumento da criminalidade, prostituição e do jogo organizado.

O Turismo também ocasiona um efeito duplo nas condições de saúde das comunidades receptoras, pois pode tanto ser um veículo de disseminação de algumas doenças trazidas pelos turistas, como pode ser uma fonte de contágio de doenças endêmicas das localidades receptoras.

c) Impactos no subsistema cultural

O Turismo também encontra na cultura um relevante instrumento de seu desenvolvimento. Muitos são os turistas que viajam de seu local de origem para conhecer e provar da cultura diferente da sua.

O Turismo traz aspectos positivos para a comunidade receptora, principalmente no que concerne a valorização das manifestações locais, o resgate de vários aspectos culturais e ainda, a revitalização ou restauração de muitos prédios e sítios histórico-culturais (RUSCHMANN, 1997, p. 52). Tal realidade foi constatada na comunidade do Canto Verde\Geará, uma vez que neste local ocorrem “novas formas de produção dos serviços turísticos sem padronização, com criatividade e compromisso. O Turismo caracteriza-se como atividade que não modifica as bases econômicas locais e agrega valor à principal atividade econômica, a pesca. Ademais, o Turismo valoriza a cultura litorânea cearense, pela valorização dos rituais de pesca e comercialização e resgate dos trabalhos manuais como bordados, labirintos e rendas, primando assim pela manutenção das atividades e dos valores locais” (MENDONÇA, 2009).

Por outro lado, muitos dos efeitos podem ser considerados negativos quando a relação “Turismo e cultura local” não acontece de forma equilibrada, como a descaracterização do artesanato ou a vulgarização das manifestações tradicionais que são produzidas como shows para turistas ver, sem o verdadeiro resgate da história e cultural local; e a destruição do patrimônio histórico-cultural fruto da presença massiva nos locais onde os mesmos estão expostos, que podem levar a deterioração destes bens e a depredação pela ação de vândalos.

Além disso, ao invés de promover a compreensão e os relacionamentos humanos, o Turismo favorece as relações econômicas, que permitem apenas os contatos precários, favorecem o lucro e provocam a dependência excessiva da atividade por parte da população das destinações.

2.2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E TURISMO

2.2.1 A expressão econômica do Turismo em análise

O período que compreende fim do século XX e início do século XXI sediou a consolidação do Turismo, que se tornou na atualidade uma das atividades econômicas de maior destaque na dinâmica econômico-financeira de todo o mundo.

O setor de “Viagens e Turismo” se caracteriza como o mais provedor de renda, qualquer que seja o parâmetro econômico adotado. “Este setor é o que emprega o maior número de pessoas em todo o mundo, oferecendo 225 milhões de empregos, ou 11% dos assalariados. É também o que mais contribui mundialmente para a atividade econômica em geral, representando investimentos de capital superiores a US\$ 766 bilhões em novas instalações e equipamentos. Além disso, o Turismo contribui anualmente com mais de US\$ 650 bilhões em impostos diretos, indiretos e pessoas físicas. No que concerne às exportações, de 1985 a 2000 o Turismo apresentou um crescimento de 303,4%, enquanto que as exportações mundiais cresceram 5%” (OLIVEIRA, 2004, p.78).

A Organização Mundial do Turismo também enfatiza as possibilidades de crescimento de tal atividade. Esta organização prevê um desenvolvimento no setor de 4% a 5% por ano, podendo atingir a meta de 6,7% no ano de 2020, enquanto se estima para a economia mundial, em seu todo, um crescimento inferior a 3% (BARTELÓ, 2000, p.31).

De acordo com o Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010), no período de 1975 a 2000 o Turismo cresceu a um ritmo médio de 4,4% anual, enquanto o crescimento econômico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano. As chegadas internacionais de 2006 em todo o mundo foram de 842 milhões de turistas, o que significa um crescimento médio anual acima de 6% desde 1950, quando se registrou um total de 25 milhões de chegadas internacionais (BRASIL, 2007, p.19).

Os deslocamentos que decorrem do Turismo agregam necessidades de outros segmentos econômicos, como o de transporte, alimentação, comunicação, vestuários, etc. “provocando o efeito multiplicador da atividade, estimulando o surgimento de empreendimentos de médio e pequeno portes, para atender outras demandas do setor turístico e do próprio turista. Assim, ao afetar direta ou indiretamente outros setores da economia, torna-se poderoso instrumento de desenvolvimento, abrindo a possibilidade de geração de um número significativo de empregos diretos e indiretos (dos mais qualificados aos menos) e um sem número de postos de trabalho” (DIAS, 2003, p.10).

No Brasil, enquanto as chegadas internacionais em todo o mundo tiveram um crescimento da ordem de 56,5% no período de 1995 a 2006, esses números cresceram da ordem de 150% no mesmo período. Estas estatísticas se caracterizam pelas perspectivas de crescimento de destinos novos, antecipando que a competição entre regiões para atrair visitantes se intensificará nos próximos anos com o objetivo de criação de empregos e de desenvolvimento econômico sustentável e responsável (BRASIL, 2007, p.19).

Quanto à geração de emprego, o PNT 2007-2010 (BRASIL, 2007, p. 24), informa que nos anos de 2003 a 2006 foram gerados pela atividade turística 891.000 empregos, formais e informais.

No entanto, sem ter por base a euforia e o super dimensionamento das estatísticas que o Turismo gera, sabe-se que este fenômeno da sociedade moderna apresenta elevados índices de crescimento econômico, superando inclusive setores tradicionais da economia como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. Estas estatísticas podem estar superdimensionadas, tendo em vista que os gastos com meios de hospedagem, bares, restaurantes e similares são feitos tanto por turistas como pela população local, muito embora estes dados entrem somente nas estatísticas de gastos do turista.

Faz-se necessário destacar também o tipo de inserção que a comunidade local das destinações turísticas possui na atividade. Estas comunidades, que muitas vezes não são ouvidas ou previamente capacitadas para adentrar na dinâmica do Turismo, na maioria das vezes exercem trabalhos

somente na área operacional da atividade. Os cargos de gestão são ocupados por profissionais que vêm de outras localidades, cidades e até de outros países. Ademais, precisa ser efetuada uma avaliação do retorno da renda gerada pelo Turismo, no intuito de verificar se esta renda está sendo canalizada para fora da localidade, uma vez que muitos empreendimentos turísticos fazem parte de cadeias mundiais; ou se reinvestida no próprio destino turístico.

Some-se a isso o fato de que na localidade onde o Turismo se desenvolve, pode ocorrer segregação do território uma vez que os melhores espaços e terrenos são adquiridos pelos empreendedores turísticos, deixando a população local distante da dinâmica do Turismo, ou com dificuldades para exercer suas atividades econômicas. Tome-se, por exemplo, as praias cujas áreas próximas ao mar estão tomadas por empreendimentos turísticos, e os pescadores locais ficam impossibilitados de transitar pelo local com o seu pescado.

A análise da expressão econômica do Turismo demonstra que na maioria das localidades turísticas, principalmente aquelas em que o Turismo se voltou para os projetos de mega empreendimentos, sem a participação da comunidade local tanto no processo de planejamento como na dinâmica do Turismo, ocorreu um forte processo de crescimento econômico, em posição a um desenvolvimento efetivo. É pertinente afirmar que crescimento econômico é a geração de lucro e renda, advindos das atividades econômico-financeiras, podendo ser medidos pelo Produto Interno Bruto - PIB. No entanto, o equilíbrio e a equidade da renda gerada pela atividade, a auto realização e a felicidade, a revelação das capacidades locais, o acesso aos serviços urbanos e de moradia digna, bem como a capacitação e o empoderamento local, fatos que remetem ao desenvolvimento, não foram alcançados (VEIGA, 2005, p. 47).

2.2.2 Turismo Sustentável e desenvolvimento de base local na construção de um Turismo Comunitário

As discussões sobre o conceito e os parâmetros do Turismo Sustentável são realidades recentes, que ocorreram a partir da década de 1990. No entanto, os pilares que nortearam o Turismo Sustentável pautaram-se no

conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, em voga a um tempo anterior.

A necessidade de mudança dos padrões desenvolvimentistas e capitalistas vem sendo discutida há algumas décadas. As elites científicas e desenvolvidas economicamente vêm sendo convocadas a mudar seus padrões de comportamento, já que a problemática ambiental parte da premissa de que a maioria das atividades voltadas ao desenvolvimento tendem a implicar interferências nos ecossistemas naturais. Dentre os problemas graves pelo qual passa o sistema atual, decorrente do crescimento econômico a qualquer custo, tem-se o “crescimento contínuo e permanente em um planeta finito; a acumulação cada vez mais rápida de matéria, energia e riqueza; a ultrapassagem de limites biogeoquímicos fundamentais; a destruição do sistema de sustentação da vida; a aposta constante dos resultados da tecnociência para minimizar os efeitos causados pelo crescimento” (ROHDE, 1994, p.23).

Partindo dos fatos históricos que marcaram a consolidação do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” tais como a tomada de consciência quanto aos limites de saturação dos sistemas ecológicos, a publicação de textos e relatórios como “Primavera Silenciosa”, “Os limites do Crescimento”, e o “Nosso Futuro Comum”, e os eventos que discutiram a temática ambiental; o Desenvolvimento Sustentável vem sendo impulsionado e influencia a mudança de padrões em diferentes atividades, dentre elas o Turismo. Inseridas nas perspectivas de sustentabilidade, empresas, organizações e poder público vêm procurando alinhar suas ações aos padrões de equilíbrio socioambiental.

A expressão “Turismo Sustentável” começou a ser usada a partir do final dos anos 80, quando os estudantes de cursos superiores e os profissionais do Turismo começaram a considerar as implicações do Relatório Brundtland em suas próprias atividades. Assim, este termo veio referendar uma versão do Turismo que reconhece a importância da comunidade local no processo de planejamento e gestão, a valorização da comunidade local, e o desejo de

maximizar os benefícios econômicos do Turismo para essa comunidade (SWARBROOKE, 2000, p.12).

O Turismo Sustentável como preocupação do Estado começou a ser discutido a partir de 1995, momento em que foi realizada a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, ocorrida em Lanzarote, nas Ilhas Canárias. No entanto, o Turismo Sustentável naquele momento preocupava-se apenas com a dimensão ambiental, sem levar em conta as demais categorias: econômica, social, histórico-cultural e tecnológica.

A razão fundamental do Turismo Sustentável remete a vários fatores como a compreensão dos impactos negativos e a sua minimização; a distribuição equitativa dos custos e benefícios do Turismo; o estímulo às pequenas e médias empresas; a diversificação da economia local; a preocupação com a capacidade de carga dos ecossistemas; a melhoria da infraestrutura urbana e turística para a comunidade local; o estímulo a implantação de áreas de preservação ambiental; a preocupação com o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local.

Para se chegar ao “Turismo Sustentável” deve haver uma confluência de interesses do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local. O planejamento do Turismo precisa levar em conta os limites dos espaços naturais e dos serviços urbanos e, além disso, a comunidade deve ser ouvida e seus anseios e perspectivas levados em consideração em todo o processo de planejamento turístico. Ao sair do campo da discussão e adentrar nas propostas de ação, o planejador do Turismo precisa assumir diferentes fases em seu projeto. Primeiramente, conhecer a importância de se realizar uma análise diagnóstica da situação e do contexto em que se vai trabalhar para posteriormente, pensar em políticas de gestão e em ações estratégicas para se chegar à sustentabilidade ambiental.

Estas propostas não se esgotam em si, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável é um processo em construção. Mas, através de um planejamento interdisciplinar e participativo pode-se chegar a realidades desejadas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável

com base local, importante vertente do Turismo à luz da busca da sustentabilidade e do Turismo Comunitário.

No intuito de atender os pressupostos do Turismo Sustentável, o poder público exerce um relevante papel no sentido de ordenar o Turismo e promover espaços de discussão. No entanto, a participação do poder público no desenvolvimento do Turismo tem sido amplamente discutida, principalmente no que se refere às características e aos limites de sua atuação (SOLHA, 2010, p.32). Alcançar o desenvolvimento que se deseja pressupõe ainda a adoção de um arranjo institucional local, de modo que se possa planejar e gerir (manejar) os recursos naturais e saberes das populações autóctones e as possibilidades político-institucionais locais carregadas de conhecimento tácito (SOUZA e SAMPAIO, 2006, p.415).

No que se refere ao Brasil, apesar da participação no planejamento do Turismo ocorrer em todos os níveis do poder público, ainda se verifica uma grande fragilidade das representações regionais, estaduais e locais, situação compreensível dentro de uma estrutura com longa tradição de centralismo, na qual as outras esferas só eram vistas como cumpridoras das regras advindas de central (SOLHA, 2010, p. 34).

Solha (2010) afirma ainda que esta realidade passou a mudar a partir da década de 1990, quando o Governo Federal implementou novas políticas de Turismo. As políticas foram o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que previu a participação dos municípios na co-gestão do Turismo, e o Plano de Regionalização de Turismo, que estabeleceu a partir de 2003 a Regionalização do Turismo, que objetiva a estruturação e a comercialização de novos produtos turísticos regionais.

As novas faces do Turismo protagonizadas no Brasil através do Programa de Regionalização do Turismo, dentre elas o Turismo Comunitário, se encaixam na perspectiva sobre desenvolvimento de base local, e neste sentido, faz-se necessário uma diferenciação dos usos do termo desenvolvimento. Souza (2002, p.18) afirma que “desenvolvimento” não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de “desenvolvimento econômico”,

embora muitos, e não só economistas, continuem a reduzir aquele a este. O chamado “desenvolvimento econômico” [*grifo do autor*] (é mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam economicamente.

“O desenvolvimento local remete a reformulação de políticas públicas em busca de maior articulação interna, de capilaridade regional estimulando a inovação social na medida em que são incentivados projetos locais que conduzem ao protagonismo, colocando-se em prática a co-gestão, a programação, a parceria e a avaliação freqüente dos resultados para a reorientação dos projetos, quando for o caso” (RODRIGUES, 2007, p.23). Já o Turismo com base local pressupõe que sairá da própria comunidade a indicação dos problemas que lhes atinge, bem como a solução para tais problemas. É acreditar nos saberes locais, valorizando-os e promovendo o diálogo entre as diferentes áreas do saber, sem que haja a sobreposição de um saber pelo outro.

Já por Turismo Comunitário entende-se “toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (MALDONADO, 2009).

O Turismo Comunitário se diferencia das tendências e padrões dominantes em diferentes aspectos, dentre eles a “manutenção da identidade cultural dos lugares como próprio fator de atratividade turística, e o estabelecimento de maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes; a construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articuladas pelo Turismo como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais”; o estímulo das pequenas alternativas produção com baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística, ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços, tendo em vista que estes estariam subordinados aos parâmetros de conservação do meio ambiente e de

“rusticidade local”, num processo de “valorização sem transformação” dos elementos “naturais” da paisagem e dos traços culturais das populações “nativas” (BENEVIDES, 2002, p.25).

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao Turismo mais sustentável. “Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local e a garantia da participação de todos. Busca a regulamentação de Unidades de Conservação, assim como organizar comitês para cuidar da gestão ambiental de seus espaços, com planos de manejo e de conservação compatíveis com o Turismo” (CORIOLANO, 2009, p.284).

Embora seja um tema a ser aprofundado, o que se pode afirmar de antemão é que a essência do Turismo de base comunitária se expressa no território. Enquanto o Turismo convencional produz espaços segregados para turistas e moradores, o Turismo de base comunitária utiliza e vivencia o lugar, os espaços vividos como locais de encontro, de convivencialidade (SONSOLO e BURSZTYN, 2009, p.153).

2.2.3 Turismo Sertanejo e desenvolvimento local

O Turismo Sertanejo se distancia das características do “Turismo de sol e mar”, e ocorre em um novo *lócus*, o Sertão. O espaço onde o Turismo Sertanejo acontece possui traços culturais fortes, com características que brotam da vivência de determinado povo, cujos modos de vida foram construídos como um processo de adaptação da paisagem circundante.

“O Sertão corresponde às terras situadas distantes do litoral, geralmente cobertas por vegetação de caatinga, que proporciona uma paisagem singular, cujo isolamento possibilitou o desenvolvimento de uma cultura própria, baseada numa história rica em acontecimentos marcados por lutas, bravuras, lendas, ritos e mitos. No entanto, ainda se constata a insuficiência de projetos que valorizem e utilizem esta riqueza para o fomento ao Turismo, bem como o desconhecimento que os planejadores e gestores do Turismo possuem sobre o

potencial brasileiro, sobretudo sertanejo, como fonte de geração de recursos, empregos e renda, tendo como matéria prima as paisagens naturais e o patrimônio cultural regional” (SEABRA, 2007, p.17).

É objetivo do Turismo Sertanejo promover uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos. “O palco onde se desenvolvem as ações do Turismo Sertanejo corresponde aos pequenos centros urbanos interioranos (arquitetura, culinária, artesanato, folclore), bem como as áreas rurais, destacando-se as paisagens naturais e agropecuárias e a vida do sertão. De uma maneira bastante sintética, pode-se dizer que o Turismo Sertanejo insere-se na categoria de Turismo Exótico, um misto de Agroecoturismo, com ênfase na cultura regional e na comunidade local” (SEABRA, 2010, p.01).

O Turismo Sertanejo, devido aos seus espaços de atuação e sua forma de planejamento e gestão, se aproxima do Turismo Rural. No entanto, o Turismo Sertanejo pode ocorrer tanto na zona urbana como nas áreas rurais (TULIK, 2002, p.139).

O processo de planejamento e gestão do Turismo Sertanejo se preocupa com a conservação dos recursos naturais, entendendo e valorizando o patrimônio natural e cultural local; a oferta de alojamento e serviços de entretenimento em pequena escala, com gestão local e inserção da comunidade local nos postos de trabalho, respeitando as características paisagísticas locais; o contato com meio natural e com a comunidade local respeitando as diferenças e promovendo a troca de saberes e por fim, com o apoio aos arranjos produtivos locais – APL's.

O Nordeste, região do Brasil que sedia os espaços naturais e as características culturais para o Turismo Sertanejo, dispõe de relevantes aspectos que motivam o turista a conhecer e vivenciar a paisagem sertaneja. Em se tratando particularmente da Serra de Santana, objeto deste estudo, de acordo com a divisão geomorfológica para a mercadologia turística do Nordeste, esta se localiza na grande superfície da Borborema, que vai do

Ceará a Alagoas, e que compõe a quase totalidade do relevo do Rio Grande do Norte (AGUIAR, 2010, p.01).

Quanto aos atrativos potenciais para o Turismo Sertanejo, Aguiar (2010) aponta o folclore brasileiro, o clima tropical, os açudes perenes de grande porte muito importante para o entretenimento náutico e aquático, a diversificação da gastronomia nordestina e as comunidades agrícolas. No Rio Grande do Norte, ressalte-se o Açude Gargalheiras no Seridó, as comidas típicas do sertão, a mineração e as cidades serranas para a realização de atividades voltadas ao Turismo de Aventura, Ecoturismo, Agroturismo, dentre outras. A região serrana é realçada como um oásis, frente ao cenário seco e pedregoso da caatinga, dispondo de mirantes e vistas privilegiadas, clima agradável e produção de fruticultura, além de se destacarem a gastronomia típica advinda dos produtos agrícolas locais, bem como os costumes diferenciados da população autóctone.

Para tanto, existem precauções quanto ao uso dos espaços sertanejos para o Turismo. A cultura, como já mencionado, precisa ser valorizada e inserida na dinâmica turística, e não “inventada” em forma de manifestações artificialmente produzidas para turista ver. Os mega-projetos de hospedagem e entretenimento precisam ser evitados, uma vez que, além de não se adaptarem a paisagem e às características naturais locais, tem como filosofia o distanciamento entre turista e população local.

Cabe lembrar que no Turismo Sertanejo, as características locais: naturais, econômicas, históricas, culturais e sociais são valorizadas, cujo planejador, ao invés de “criar” espaços de diversão e entretenimento para o turista, se preocupa em resgatar as manifestações locais e inserir a comunidade na dinâmica do Turismo. Assim, a partir da valorização dos aspectos locais, permitindo a participação integral da comunidade local no processo de planejamento e gestão do Turismo, a diversidade econômica da localidade será estimulada, gerando emprego e renda para a sociedade como um todo, e por fim, o desenvolvimento com base local. Para tanto, faz-se necessário a união de esforços de órgãos federais, estaduais, gestão municipal,

academia, sociedade civil e iniciativa privada com o objetivo de promover a integração do sertão na dinâmica do Turismo.

Quanto aos benefícios que o Turismo Sertanejo pode gerar para o semi-árido Nordeste, ressalte-se a diversificação da cadeia produtiva local e neste sentido o aumento da capacidade produtiva, uma vez que insere na dinâmica econômica a diversidade natural, econômica e cultural das localidades.

Os marcos conceituais baseiam-se em uma modalidade de Turismo que se caracteriza por uma atividade de lazer interativa com a paisagem interiorana, tendo como pressuposto essencial a riqueza natural, a cultura local e a participação da comunidade residente (SEABRA, 2010, p.03). As etapas de planejamento do Turismo Sertanejo são o levantamento dos atrativos e seleção das áreas; estudo da demanda; capacitação da mão de obra local; incentivo ao associativismo e à microempresa; adequação dos equipamentos; elaboração de roteiros; programação de um calendário turístico e Marketing Mix.

O Turismo Sertanejo também proporciona benefícios para o turista, pois permite uma relação mais integrada à paisagem sertaneja e às manifestações culturais locais. Por se hospedar nas próprias casas de família, o turista vivencia a dinâmica do meio rural e aprende com os hábitos simples do homem sertanejo.

2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.3.1 Planejamento estratégico do Turismo para o desenvolvimento local

Política é curso de ação calcado para alcançar objetivo específico. “Objetivos” são direções gerais para o planejamento e gestão do Turismo, e baseiam-se em necessidades identificadas dentro de limitações de mercado e de recursos. “Planejamento” é o raciocínio sobre os fundamentos definidos do Turismo. Este último conceito tem três pontos essenciais e distintos: o estabelecimento de objetivos, a definição de cursos de ação e a determinação das necessidades de recursos. Por Política de Turismo, entende-se o conjunto

de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo do país; determina as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilita o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal (BENI, 2002, p.80).

Por planejamento estratégico entendem-se as etapas de análise da situação estratégica presente da organização; análise dos ambientes internos e externos (ameaças e oportunidades, pontos fortes e fracos) e definição do plano estratégico (Aonde se quer chegar). O planejamento estratégico culmina com a elaboração do plano estratégico. Este, por sua vez, define a relação da organização com o seu ambiente, e será adequado aos desafios e as oportunidades do ambiente externo e dos sistemas internos da organização (MAXIMIANO, 2007, p. 333).

No Turismo, o planejamento estratégico caracteriza-se pelo estudo do mercado turístico, para posteriormente definirem-se os objetivos a serem alcançados bem como as políticas e as estratégias a serem seguidas para se chegar aos objetivos propostos e por último, o uso dos recursos disponíveis para tal fim. Já o planejamento tático define-se como a execução dos objetivos através da utilização dos recursos disponíveis para a realização das decisões deliberadas no planejamento estratégico.

O planejamento integrado do Turismo deve realizar-se através da preocupação com diversos fatores locais: a capacitação da comunidade para que esta possa integrar-se nos diversos setores do Turismo; a preservação da fauna e flora local nos espaços turísticos, nas vias de acesso e no entorno dos atrativos turísticos; a participação integral da comunidade local no planejamento do uso e ocupação do solo; a valorização da cultura local para a minimização do processo de aculturação.

A integração do Turismo deve pautar-se em uma estratégia participativa e democrática, buscando alcançar as seguintes etapas: inventariação dos atrativos locais, naturais e culturais; análise e organização dos espaços turísticos existentes e potenciais; financiamento e remuneração de capital;

inserção da mão de obra local e geração de renda; Implantação, melhoria e ampliação da infra-estrutura de acesso, infra-estrutura urbana e serviços sociais; estratégias de integração com os meios de transporte e comunicação; implantação de estrutura de receptivos e demais serviços de apoio ao turista; promoção, venda e competitividade do produto nos mercados turísticos internos e regionais; estratégias de marketing e estudo de mercado em busca de novos mercados consumidores e de elaboração de novos produtos turísticos, pautados nas alternativas locais (BENI, 2007).

Para tanto, há de se considerar como um dos principais pressupostos no planejamento estratégico do Turismo a gestão participativa nas fases do planejamento estratégico e tático do Turismo, entendendo o território em que se vai atuar como um espaço integrado.

Os princípios e objetivos que devem direcionar o planejamento turístico referem-se à estruturação de uma oferta turística pautada na preservação dos recursos naturais e culturais. O Turismo deve ser organizado mediante uma metodologia que estimule a participação efetiva da comunidade local, possibilitando também que os ônus e bônus advindos da atividade turística sejam distribuídos de forma equivalente entre todos os *stakeholders*. Este planejamento precisa ser contínuo e sob uma perspectiva de longo prazo, e buscar a integração efetiva entre o Turismo e as demais atividades econômicas da região congregando, pois, a agricultura, o comércio, a indústria, o artesanato, entre outros (ARAUJO, 2007).

Assim, pesquisadores e demais profissionais que atuam no Turismo precisam buscar, através de tais princípios, metodologias que favoreçam o planejamento do Turismo de Base Local. Em última análise, um planejamento que se distancie dos projetos de que se preocupam principalmente com a estruturação de empreendimentos turísticos de grande porte, geralmente localizados no litoral nordestino, sem que estabeleça nenhuma relação de equilíbrio e harmonia com o ambiente natural e sociocultural do entorno.

“Este tipo de planejamento alternativo e voltado ao desenvolvimento local difere das práticas vigentes, calcadas na imposição de planos turísticos por

burocratas de órgãos públicos. Ele exige tempo mais longo na sua proposição, uma vez que depende de consultas contínuas e de um diálogo constante com a população local” (SILVEIRA, 2002, p.97). Assim, a descentralização precisa estar presente em todo o processo de planejamento e gestão do Turismo.

2.3.2 A participação comunitária no planejamento turístico

A crise ambiental, pela complexidade com que se revestiu nas últimas décadas, e por modificar o ambiente nos âmbitos ecológico, social, econômico, político e cultural, carece de novas perspectivas de resolução de problemas. “Esta crise se apresenta a nós como um limite no real, que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida: limite da pobreza e da desigualdade social” (LEFF, 2003, p.15).

Em consequência disso, a proposição de ações no planejamento e na gestão dos recursos naturais, bem como a inserção de alternativas econômicas para as comunidades requer formas estratégicas de participação popular, e novos conhecimentos que contemplem as perspectivas dos diferentes grupos humanos que compõem a realidade onde se pretende intervir.

No que concerne ao Turismo, este utiliza a diversidade natural e cultural dos espaços, bem como interfere diretamente na dinâmica socioambiental das cidades, regiões e países, além de gerar impactos positivos e negativos nos diferentes ambientes (social, cultural, natural e social). Além disso, o desenvolvimento do Turismo afeta diferentes setores de uma estrutura política e social tais como saúde, educação, infra-estrutura, segurança pública, administração pública, dentre outros.

Dessa forma, o Turismo por se tratar de um fenômeno que intervém diretamente na realidade ao qual está presente, as políticas e planos de desenvolvimento turístico devem estar baseadas na participação efetiva da comunidade local no processo de planejamento, na tomada de decisões, na seleção dos projetos de fomento e na divisão equitativa dos benefícios advindos com a atividade econômica local. Neste sentido, deve-se estimular a mobilização social, tornando-a protagonista do desenvolvimento local.

Cabe frisar que a “participação local não se confunde com modelos daquele tipo que informa a população sobre as políticas públicas. Ao contrário, ela se fundamenta no envolvimento real de todos os atores sociais nos processos de implementação e gestão, pois é através de seu engajamento efetivo que esses atores conseguem participar de uma ação global que se torna negociada e implementada” (SILVEIRA, 2002, p.97).

O Turismo, quando planejado através das bases participativas, cuja sustentação se dá através da preocupação com o equilíbrio dos elementos naturais, culturais e sócio-econômicos regionais e locais, tem seus custos de implantação e de sustentação reduzidos, ao passo que os benefícios são potencializados. A integração desses elementos incentiva a inserção de novos serviços e produtos na economia local, além de inserir a população na cadeia produtiva (SEABRA, 2007, p.16).

Face ao exposto, pensar no planejamento e gestão da atividade turística requer metodologias de trabalho que compactuem com as perspectivas e necessidades da população local do destino turístico.

Para o planejamento do Turismo Sustentável, a participação possibilita a eficiência do planejamento, aumenta a probabilidade de se obter sucesso na implementação do projeto, bem como difunde o conhecimento sobre o Turismo e seu processo de planejamento e gestão. Segundo afirma Seabra (2007, p. 79), “os objetivos definidos nos planos turísticos serão tanto mais alcançados, na medida em que estejam estruturados sobre bases sustentáveis. Esse modelo requer a inserção social da população local, como fator primordial para a perenidade dos recursos naturais e culturais”.

A participação também pode ajudar a conservar os recursos ambientais através do envolvimento de representantes das entidades ambientalistas e dos próprios órgãos ambientais de meio ambiente. Inserido nesta perspectiva, a participação e o engajamento dos agentes locais pode estimular para que a questão ambiental seja eficientemente discutida e os planos e projetos turísticos apresentem uma maior preocupação em não gerar danos ambientais causados pelo Turismo.

Ademais, no Brasil, historicamente a elaboração e a implementação de políticas públicas foram fruto de trabalhos de técnicos de órgãos públicos e consultorias, sem que o cidadão fosse questionado e contribuísse efetivamente com o processo. Esta postura gerou um distanciamento e uma falta de conhecimento da sociedade em relação às políticas e projetos de âmbito público.

Some-se a isso o fato de que a ampliação das experiências participativas pode funcionar como uma meio de informação e sensibilização da sociedade quanto às falhas da administração pública, sobre a criação de políticas públicas, referente à lógica de funcionamento dos órgãos públicos e dos conselhos. “A participação pode ajudar a fortalecer a democracia, permitindo a criação e a expansão de processos que atendam mais aos interesses coletivos do que a demandas associadas a interesses estreitos, de determinados grupos políticos e econômicos” (ARAÚJO, 2007, p.43).

Através da participação, as pessoas passam a tomar consciência quanto aos seus problemas, bem como desenvolve aptidões que lhe permitam discutir e analisar tais problemas, buscando dentro de sua própria realidade a solução para os mesmos e encontrando, neste sentido, espaço para exercer sua cidadania.

No Turismo, a participação pressupõe a formulação de políticas públicas que se preocupem mais em atender os interesses coletivos, (diga-se da comunidade local), do que os interesses de grupos econômicos dominantes. Significa oferecer espaços de discussão para que a população local defina soluções referentes aos problemas gerados pelo Turismo, e possa traçar os contornos da atividade turística em sua localidade.

Para se chegar aos espaços de discussão, devem-se buscar produções que contemplem conceitos e metodologias que estimulem a participação da comunidade local nos processos de planejamento. Para tanto, busca-se o inventário e a adaptação de técnicas pré-existentes de outras áreas do saber tais como a tempestade de idéias, a dinâmica de grupos, a realização de seminários e oficinas, bem como a percepção ambiental das populações locais

quanto ao Turismo. Em mãos de tais metodologias de trabalho, planejadores, gestores e demais agentes precisam estar imbuídos da importância de se promover espaços de discussão no processo de elaboração de políticas e projetos turísticos.

2.3.3 A Percepção Ambiental – PA como estratégia de participação

Por Percepção Ambiental entende-se o processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente cognitivos, através do processo de construção do valor da paisagem para cada indivíduo (RIO e OLIVEIRA, 1999, p.03). As pesquisas em Percepção Ambiental partem da idéia de que cada pessoa, grupo social ou sociedade apresenta sua forma de ver e sentir o ambiente que os rodeia, bem como mantêm relações diferenciadas com o seu espaço natural.

Segundo Tuan (1980), intervir em problemas complexos como a questão ambiental remete à necessidade do homem primeiro compreender o ambiente, através da interpretação de sentimentos externalizados como a percepção, as atitudes e os valores. Neste sentido, pensar em projetos, políticas e programas que envolvam homem e meio ambiente requer estudos e pesquisas que contemplem os sentimentos, as atitudes e os valores que os indivíduos e os grupos sociais expressam perante o ambiente que os cerca, uma vez que determinados símbolos, formas e aspectos dos ambientes só serão percebidos pelas pessoas que mantêm relações intrínsecas com este ambiente.

Não obstante, para se intervir em determinada realidade, seja para conhecer as relações entre o homem e o meio ambiente, seja para definir novas ações e projetos de cunho econômico, ambiental ou social para esta localidade, faz necessário entender como esta sociedade se apropria dos seus recursos naturais e transforma-os para atender as suas necessidades.

Outro pressuposto que faz da Percepção Ambiental uma importante estratégia de participação e conhecimento do ambiente local, deve-se ao fato de que “a vivência/experiência da paisagem é muito significativa às pessoas, pois, de certa forma, é capaz de propiciar às mesmas certo conhecimento e

entendimento sobre o meio ambiente em que vivem. De modo recíproco influencia suas vidas em inúmeros aspectos, possibilitando dessa maneira se reconhecerem como indivíduos e suas realidades, assim como sua identidade, desvendando ainda a coexistência de paisagens vividas paralelas, inteiramente diferenciadas, de acordo com a percepção da realidade geográfica” (GUIMARÃES, 2002).

O estudo da Percepção Ambiental é de fundamental importância para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FERNANDES *et al.* p.01). A UNESCO em 1973 ressaltou a importância da pesquisa em Percepção Ambiental para o planejamento e uso do meio ambiente, já que uma das dificuldades para a proteção dos espaços naturais refere-se à existência de diferentes percepções e valores que os indivíduos de culturas e grupos distintos apresentam junto aos recursos naturais.

A paisagem, concretização da relação entre o homem e o meio natural, caracteriza-se tanto como matéria prima para o Turismo, como um produto construído para a atividade turística. Neste sentido, a compreensão da percepção da comunidade local com relação à sua paisagem e às atividades econômicas que nela estão sediadas caracteriza-se como pressuposto para o planejamento e a gestão do Turismo dentro dos princípios da sustentabilidade. Assim sendo, “compreender as expressões de subjetividade daqueles que percebem a paisagem vivida formada por seus elementos naturais, culturais e sociais, trará informações valiosas e transversais que caracterizam a multidisciplinaridade e relevância do tema, servindo para a gestão do Turismo na localidade, e privilegiando a participação da comunidade” (MILAGRES, SOUZA E SOUZA, p.04).

Ademais, o desenvolvimento de pesquisas que analisem, estimulem e compreendam a Percepção Ambiental são essenciais para a gestão harmoniosa dos recursos naturais e dos lugares e paisagens de importância para a humanidade. Ressalte-se que os “planejadores dos poderes público e

privado, os visitantes e a população em geral apresentam valores e opiniões distintos, e a harmonização destas diferentes percepções na ação ambiental estará sendo direcionada para obter resultados mais satisfatórios, qualitativos, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas” (BASSAN, 2007, p.19).

Outra questão que a Percepção Ambiental pode suscitar é a aproximação entre o homem urbano e o homem do campo, uma vez que através dos espaços de discussão construídos nas pesquisas de Percepção Ambiental, o morador da zona rural pode encontrar oportunidades de expor o conhecimento advindo da sua vivência com os recursos naturais. Dessa maneira, definir atividades de Turismo pautadas no conhecimento do homem do campo e na interação do meio urbano com o meio rural, além de ampliar os espaços de conhecimento do urbanita, que muitas vezes perde sua capacidade perceptiva, desperta neste último um olhar mais sensibilizado quanto à importância de preservar os espaços naturais.

O estudo da Percepção Ambiental se caracteriza ainda como relevante metodologia que promove espaços para que a comunidade possa expressar sua opinião e perspectivas quanto ao desenvolvimento turístico. Para Coimbra (2004, p.540), “a percepção ambiental precisa ser trabalhada nas esferas específicas do indivíduo, da comunidade, da profissão e da cidadania, uma vez que ela pode subsidiar intervenções políticas e econômicas, e estimular posturas individuais e coletivas”.

Violante (2006), ao tratar da percepção ambiental, aponta os trabalhos de Polinari (1999), Ferrara (1999) e Tuan (1980) como norteadores para a sua metodologia de pesquisa. Considera ainda que os “hábitos e costumes constroem a imagem do lugar que, para quem vive há muito tempo na comunidade, pode ter estas visões embaçadas pela rotina cotidiana, pelo lugar comum do dia a dia, impedindo sua percepção e tornando o lugar homogêneo, ilegível e sem decodificação. Dessa forma, para cada espectador, seja conhecedor do local, seja adventício, existem vários tipos de percepção” (VIOLANTE, 2006, p.86). Neste sentido, a percepção ambiental, além de possibilitar o conhecimento sobre as apreensões construídas sobre os

ambientes, estimula nos entrevistados um novo olhar para a sua dinâmica, um olhar mais crítico e investigativo.

Outro aspecto positivo no tocante à Percepção Ambiental como espaço de participação diz respeito à intervenção efetiva nas vulnerabilidades e potencialidades identificadas nas pesquisas em PA, permitindo que as ações incidam diretamente no conhecimento e manuseio do meio ambiente dos pesquisados, fato que repercute na eficácia das propostas e alternativas de uso dos recursos naturais.

Além disso, a pesquisa através da PA serve como instrumento de diagnóstico das condições de preservação do meio ambiente, e sobre o conhecimento ambiental de comunidades a que se pretende propor alternativas econômicas. Portanto, a “Percepção Ambiental como instrumento de gestão apresenta um grande potencial de uso, além de ser um poderoso instrumento no âmbito das atividades educacionais, sustentando e estimulando atividades multi e interdisciplinares” (FERNANDES *et al*, p.13).

É necessário sublinhar que as pessoas da própria comunidade são as que, através do conhecimento construído pela relação histórica com o lugar em que vivem, podem expressar o que cada localidade tem de mais rico, sua diversidade natural e cultural, bem como as relações que se estabelecem entre o homem e o meio ambiente. Some-se a isso o fato de que é a população local que, por sua vivência e por seu conhecimento tácito, conhece a capacidade de suporte dos espaços naturais e construídos, e neste sentido, pode contribuir sobremaneira para o dimensionamento da quantidade máxima de pessoas que cada espaço pode suportar, sem comprometer a qualidade e a conservação dos mesmos.

Diante disso, constata-se a relevância da Percepção Ambiental como subsídio para a elaboração e implementação de projetos de fomento ao Turismo, subsidiando, inclusive, o estabelecimento de novos roteiros turísticos, tais como os indicados pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, onde predomina a busca por lugares alternativos e com a proposta de uma maior interação do homem com o ambiente que o cerca.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ÁREA DE INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, SERRA DE SANTANA – RN

O município de Tenente Laurentino Cruz está situado em região de Caatinga, especificamente na Mesorregião Central do Rio Grande do Norte, Microrregião Serra da Santana, ($6^{\circ} 08' 53''$ S, $36^{\circ} 43' 09''$ W) distando cerca de 229 km de Natal (IBGE, 2010). O município localiza-se sobre área de planalto, com cerca de 700 metros de altitude, coberto parcialmente por exuberante vegetação arbóreo-arbustiva. Juntamente com mais 06 municípios, constitui o complexo serrano localmente conhecido como Serra de Santana.

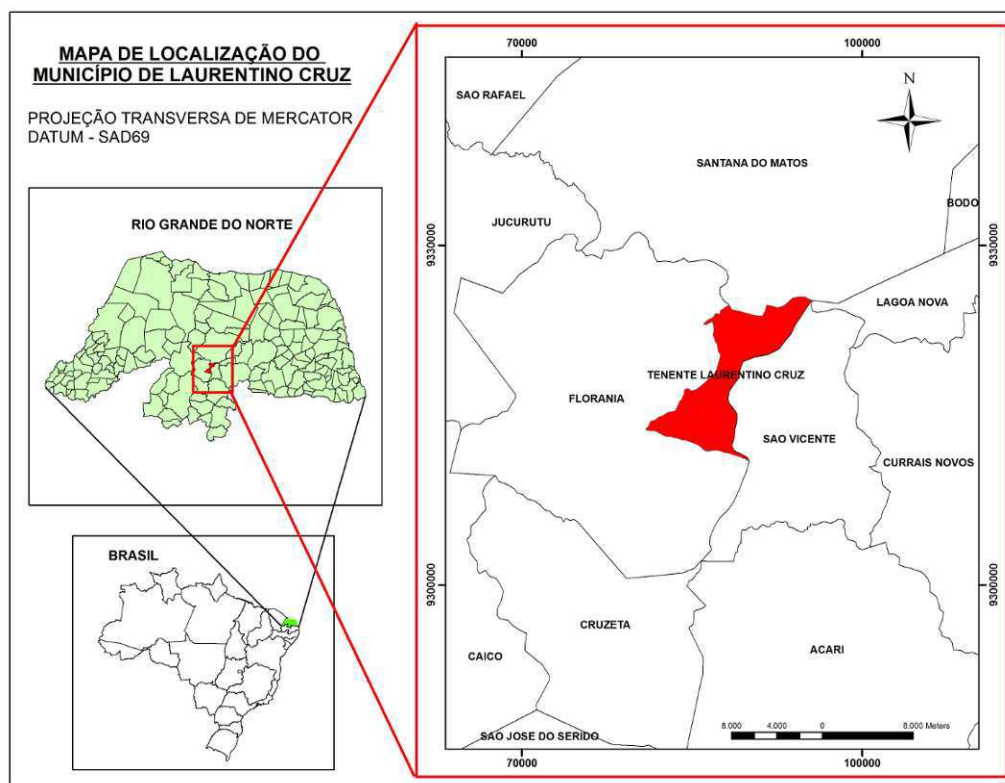


Figura 1: mapa de localização de Tenente Laurentino Cruz

No que concerne ao clima de Tenente Laurentino Cruz, o município apresenta relevantes peculiaridades. Em todo o território do Seridó há uma predominância do tipo BSw'h', da classificação climática de Köppen, caracterizado por um clima muito quente e semi-árido, uma vez que está localizado no semi-árido do Sertão nordestino. No entanto, a Serra de Santana,

especificamente Tenente Laurentino Cruz, possui temperaturas médias entre 16° e 30°C, dispondo de um micro-clima que diferencia a área serrana das demais regiões circunvizinhas (BRASIL, 2006). A média pluviométrica do município é de 656,9 mm anuais, irregularmente distribuídos, com maior ocorrência entre os meses de janeiro a maio.

O conjunto dessas características constitui um relevante potencial turístico, com a ocorrência de locais para a realização de trilhas ecológicas e apreciação das paisagens, além da riqueza e diversidade natural, inclusive com a existência de espaços naturais que guardam aspectos faunísticos, florísticos e histórico-culturais que denotam relevância para a criação de Unidades de Conservação com fins de uso sustentável, na forma de Parque Nacional ou Área de Proteção Ambiental - APA que visam, além da preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e cênica, o desenvolvimento de atividades de interpretação e educação ambiental, de desenvolvimento sustentável, de recreação em contato com a natureza e de Turismo Ecológico (BRASIL, 2000).

Este município faz parte do Seridó Potiguar, região de destaque no Rio Grande do Norte, por se diferenciar quanto seus aspectos hidrológicos, geológicos, de vegetação e clima. Além disso, a região dispõe de grande riqueza mineral, e possui traços culturais distintos, que encontram na figura do sertanejo um importante ícone de expressão. “A região do Seridó não se define por uma única dimensão, foi construída histórica e culturalmente por aspectos que reproduziram a vida do sertanejo, constituindo-se espaço de reprodução econômica, lócus de representação política e lugar de identidade cultural. Assim, tendo sua elaboração presidida por processos sociais caracterizadores de uma dada feição, representada pelos costumes do interior potiguar, a região apresenta-se como um espaço com caráter particular” (MORAIS, 2005, p. 30).

Some-se a isso o fato de que Tenente Laurentino Cruz faz parte do Pólo Seridó, região que vêm sendo estruturada para integrar o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, projeto que objetiva estimular o desenvolvimento turístico em cidades interioranas, com o intuito de

desconcentrar o fluxo turístico da região litorânea do Estado, e estimular a inserção das manifestações e expressões culturais de roteiros alternativos (BRASIL – 2007).

A partir da divisão do bioma caatinga em ecorregiões, constata-se que a Serra de Santana adéqua-se às características da ecorregião da Depressão Sertaneja Setentrional, cuja paisagem é mais típica do semi-árido nordestino. A altitude varia de 20 a 500 metros na área de depressão, com elevações de 500 a 800 metros. Esta região não contém rios permanentes, mas abrange enclaves de brejos de altitude (VELOSO, SAMPAIO e PAREYN, 2001).

Os solos da Serra de Santana são predominantemente os latossolos vermelho/amarelo distrófico, podendo ser bem visualizado pela paisagem agrícola da microrregião Serra de Santana, com a presença marcante da fruticultura (BRASIL, 2006).

Tenente Laurentino Cruz é um dos municípios que compõem a bacia hidrográfica Piranhas-Açu. Seus principais rios temporários são o Capim Açu e Patacaroa. Destaca-se, ainda, a ocorrência de riachos formados em períodos de chuvas como o Muniz, Patrício, Dizimeiro, Cangaia, Curicaca, Lanchinha, Riachão e Umbuzeiro.

Nessa região, predominam os aquíferos cristalino, aluvião e barreira. “No aquífero cristalino estão todas as rochas cristalinas. Os poços perfurados apresentam uma vazão média de 3,05 m³/h e uma profundidade de até 60m, com a água apresentando alto teor salino e com restrições para o consumo humano e o uso agrícola. Já o aquífero aluvião apresenta-se disperso, constituído pelos sedimentos depositados nos leitos e terraços dos rios e riachos de maior porte. Estes depósitos caracterizam-se pela alta permeabilidade, boas condições de realimentação e uma profundidade média de 7 metros; a qualidade da água geralmente é boa e pouco explorada. O aquífero barreira é formado por arenitos finos e grosseiros, conglomerados, arenitos, argilosos, caulinito e ferruginosos, níveis de cascalhos, lateritas, argilas variadas de coloração amarelada e avermelhada. Os poços possuem

entre 05 a 100m³/h com águas de excelentes qualidades químicas, podendo ser utilizada para quase todos os fins” (MEDEIROS, 2003, p.31).

A vegetação do Seridó está praticamente representada pela floresta subcauducifólia, com extrato arbóreo de aspecto pouco denso, pequeno porte e folhagem mais clara, típica de áreas serranas do semiárido nordestino. No entanto, “por estar em uma zona de altitude mais elevada e ter seu desenvolvimento beneficiado por climas menos secos, a vegetação do município é favorecida por árvores de maior porte, com cobertura arbórea mais extensa. Devido à ocorrência de desmatamento, está se instalando uma vegetação secundária (capoeiras), além dos cultivos e de pastagens” (BARROS, 1998, p. 08). A predominância da prática agrícola no município levou a substituição da vegetação nativa pelas árvores frutíferas como a pinheira, o cajueiro, a graviola, a jaqueira, a mangueira e a goiabeira, bem como pelas culturas de subsistência como a exemplo da mandioca, do algodão, do fumo, do milho, da fava, do feijão, entre outros. Diante disso, a vegetação do Planalto da Serra foi quase que totalmente suprimida e\ou modificada.

O município possui uma extensa área de produção agrícola. Muitos são os distritos e sítios cujas famílias têm a agricultura sendo a base econômica local, além de trilhas e diversidade natural de importância e beleza relevantes. Este Espaço é formado por 28 comunidades ou sítios, ocupados pela maior parte da população laurentinense (PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Secretaria Municipal de Agricultura).

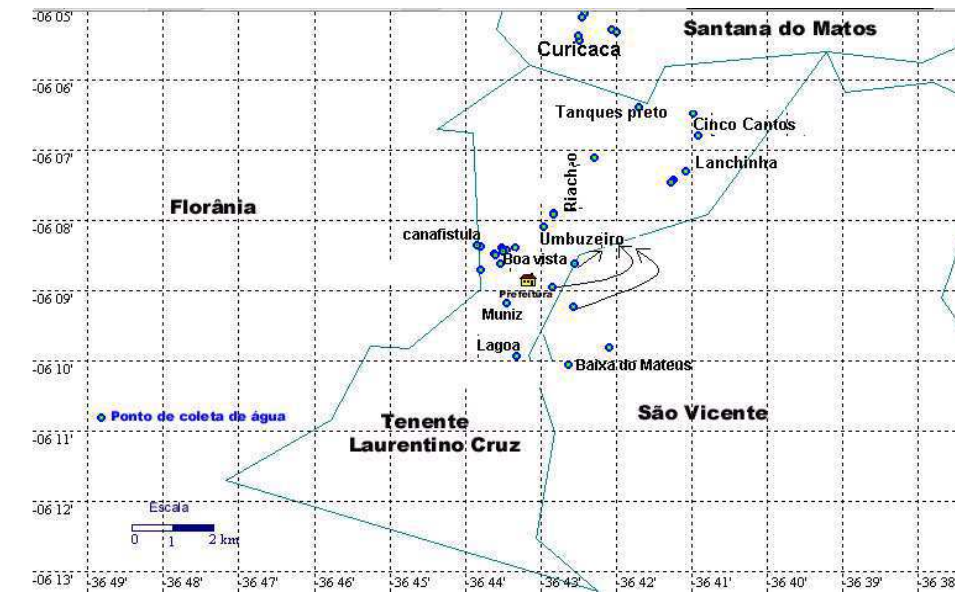


Figura 2: Mapa do município de Tenente Laurentino Cruz.

Fonte: Secretaria Municipal de agricultura\2003

Apesar da substituição de grandes áreas de terra para a cultura agrícola e pecuária, o município ainda dispõe de uma grande diversidade de fauna e flora local. A sua cobertura arbórea é constituída por árvores de médio e pequeno porte, construindo uma imagem peculiar da Serra de Santana (E. M. X.FREIRE, informação verbal.), em meio ao espaço natural da caatinga do Seridó potiguar, formado por vegetação rasteira, solo seco e pedregoso e clima muito quente, conforme figura 03. Assim, a Serra de Santana e seus municípios, dentre eles Tenente Laurentino Cruz, se destacam pela beleza exuberante de sua cobertura verde, dos riachos temporários formados em meio às passagens de pedra, e das trilhas abertas pelo próprio homem ao desbravar a serra com fins de agricultura e retirada de lenha para fazer carvão, aspectos ilustrados na Figura 04.



Figura 3: vista parcial da Serra de Santana, município de Tenente Laurentino Cruz, com destaque para a da beleza cênica local.



Figura 4: vista parcial de trilha localizada na área rural do município de Tenente Laurentino Cruz

3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Esta etapa foi construída através de pesquisa documental junto a órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, agricultura, demografia e educação. Também foram consultadas monografias e demais produções que se referem às características de Tenente Laurentino Cruz. Realizou-se observação “in loco” para leitura dos espaços urbano e rural, além de entrevistas e conversas com pessoas memória do município, e entrevistas informais com os moradores locais.

Cabe ressaltar a ausência de documentos, produções e bibliografia com informações densas e detalhadas sobre os aspectos geográficos, geomorfológicos e geofísicos do município, além dos aspectos sociais e econômicos de Tenente Laurentino Cruz, sendo esta dissertação uma proposta de reunião e organização de tais informações.

3.3 LEVANTAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO

O levantamento e a análise das políticas públicas de estímulo ao Turismo desenvolveram-se através de pesquisa documental a textos, documentos e sites dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais do Turismo.

Realizou-se também uma pesquisa institucional junto aos órgãos SEBRAE/RN e Secretaria Estadual de Turismo para coletar informações sobre os projetos implementados no âmbito do Pólo de Turismo do Seridó e sobre os resultados já alcançados a partir das ações destes órgãos.

A formação do Pólo Seridó ocorreu a partir de uma parceria celebrada entre o SEBRAE/RN e demais órgãos e instituições que integram o Conselho de Turismo do Pólo Seridó. Tal iniciativa estruturou 07 roteiros turísticos que contemplam a riqueza natural e cultural do Pólo, sendo congregados nas seguintes ofertas turísticas: Roteiro de Turismo Científico-Arqueológico e Paleontológico, Roteiro de Turismo Cultural, Roteiro de Ecoturismo, Roteiro de Eventos e Negócios, Roteiro de Esportes e Aventuras, Roteiro de Turismo Religioso e Roteiro de Turismo Rural.

Para uma avaliação dos impactos do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil em âmbito social e econômico no contexto do Seridó realizou-se visita à sede da Secretaria do Pólo Seridó de Turismo, o qual se pôde obter informações junto ao seu Secretário Executivo através de conversa informal com o mesmo. Além disso, buscou-se informações na Secretaria Estadual de Turismo referente aos dados e estatísticas da demanda turística na região do Seridó Potiguar, no intuito de verificar o aumento desta a

partir da implementação do Programa de Regionalização do Turismo na região do Seridó.

3.3.1 Material utilizado

O estudo das políticas de fomento ao Turismo de âmbito federal foi realizado através do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: *uma viagem de inclusão*, que é o documento de planejamento e gestão do Governo Federal para este setor. Também neste documento foram levantadas informações sobre o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, macroprograma do PNT que objetiva estruturar e estimular o Turismo em regiões do interior dos Estados Brasileiros.

Para o levantamento de informações sobre o Pólo de Turismo do Seridó foram realizadas visitas ao SEBRAE – RN para entrevista com os gestores do Programa de Regionalização do Turismo no Estado. Na Secretaria de Estado do Turismo, foram coletadas informações sobre a demanda turística do Rio Grande do Norte, e sobre a operacionalização do Pólo de Turismo Seridó.

Outra instituição visitada foi a Secretaria Executiva do Pólo Seridó, localizada no município de Currais Novos, momento em que se realizou entrevista informal com o seu secretário executivo sobre a possibilidade da inserção de Tenente Laurentino Cruz nas cidades-sede do pólo.

3.4 INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Esta etapa caracterizou-se por pesquisa quantitativa e qualitativa descritiva.

Quantitativa uma vez se preocupou em determinar a amostra da pesquisa através de cálculo estatístico de população homogênea para a aplicação dos formulários de percepção ambiental, com fins de estabelecer o perfil socioeconômico dos entrevistados.

É também pesquisa qualitativa descritiva uma vez que se voltou à aplicação de formulários com perguntas estruturadas e semi-estruturadas, para obtenção do máximo de informações sobre a percepção ambiental da comunidade investigada, entendendo que “nem toda pesquisa orientada qualitativamente deve ter, por obrigação, um fim teórico, mas pode ter objetivos práticos que não a eximem da produção de idéias e do desenvolvimento de modelos de inteligibilidade em relação à questão pesquisada” (REY, 2005, p.11). Neste sentido, esta pesquisa utilizou “técnicas interpretativas com objetivo de descrever e decodificar valores, perspectivas, motivações e relações de afetividade dos entrevistados com determinado fenômeno social, no intuito de propor a determinada sociedade novas bases econômicas e sociais para a sua dinâmica” (NEVES, 1996).

Ressalte-se que “a aproximação entre o fenômeno e o seu significado sempre depende do arcabouço de instrumentos de pesquisa e interpretação utilizados pelo pesquisador. Esse arcabouço pode servir como base para estabelecer caminhos de pesquisa quantitativa e delimitação do tema, de forma tal que os esforços de cunho qualitativo e quantitativo podem se complementar” (NEVES, 1996).

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1997).

A prática investigativa utilizou o triangulo metodológico de Whyte (1977), que propôs como técnicas de campo para pesquisas em Percepção Ambiental o triângulo “perguntando”, “observando” e “ouvindo” e neste sentido, além de realizar visitas para observações e leitura do espaço e do comportamento do homem em seu ambiente, aplicou-se também um formulário com determinados grupos sociais, cujas respostas dos entrevistados foram sendo anotadas para uma posterior organização e interpretação.

3.4.1 Seleção dos grupos sociais a serem investigados

A seleção dos grupos sociais a serem contemplados para esta pesquisa partiu da concepção de quais segmentos sociais poderão ter sua cotidianidade

influenciada pelo desenvolvimento das atividades turísticas no município, ou que poderão ser inseridos e contribuir para a dinâmica do Turismo.

Sendo assim, optou-se por contemplar os seguintes segmentos sociais: **comerciantes**, (devido ao fato de que o aumento de visitantes no município também aumentará o consumo de bens e serviços e estimulará a dinamização do comércio local), **secretários municipais** (uma vez que a estruturação do município para o Turismo depende do interesse e das ações das secretarias municipais), **jovens e adolescentes** (já que este segmento faz parte da população que pode exercer maior dependência com o Turismo, através da ampliação dos postos de trabalho para os mesmos e do contato com outras opções de lazer e entretenimento no município), **professores** (devido à contribuição que os mesmos podem oferecer em capacitações, cursos, reuniões e demais formas de conscientização da população frente ao Turismo, bem como no levantamento e divulgação de informações sobre o município); e **parte da população em geral (urbana e rural)** de Tenente Laurentino Cruz, segmentos que terão sua dinâmica modificada com a presença de pessoas de fora no município.

3.4.2 Determinação do universo da pesquisa

Utilizou-se o cálculo amostral de população homogênea, com o erro amostral de 10%, proposto em MARTINS (1992), conforme explicitado:

Determinação do Tamanho de amostra (n)	
Considerações Iniciais	
N = tamanho da População	
Z = abscissa da distribuição normal padrão	
Para os níveis de Confiança	
Nível de Confiança de 95% Z = 1,96	
p = estimativa da proporção	
q = 1 - p	
Quando não se tem condições de prever o valor de p, admite-se p = 0,50 e conseqüentemente q = 0,50.	
Dessa forma, terá o maior tamanho de amostra.	
d = erro amostral em decimais	Para o caso considerando d = 5% = 0,05
Então se a Variável escolhida for Nominal ou Ordinal e a População Finita teremos	
$n = \frac{Z^2 * \hat{p} * \hat{q} * N}{d^2 * (N - 1) + Z^2 * \hat{p} * \hat{q}}$	

Nível de Confiança de 95% - Erro Amostral de 10% - População Homogênea - 80/20

O valor do universo de pessoas que integram cada segmento social da pesquisa foi retirado do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)

As amostras foram censitárias para o grupo dos secretários municipais – 04 entrevistados. Já a pesquisa amostral utilizou 231 pessoas, conforme expressa no cálculo amostral. A tabela 3, a seguir, mostra os grupos pesquisados e respectivas amostras.

Tabela 1: Amostra dos segmentos contemplados na pesquisa efetuada em Tenente Laurentino Cruz no período de maio a julho de 2010.

População (N)	Amostra (n)	AMOSTRA	% da População	
1286	58,70537027	58	4,60%	População Urbana
3834	60,51128309	61	1,60%	População Rural
90	36,76524069	36	41,10%	Comerciantes (Unidades Comerciais)
32	21,2716859	19	65,60%	Docentes
972	57,86591166	57	6%	Jovens e Adolescentes
		04		Secretários Municipais
Amostra Total			235 entrevistados	

Uma vez que a amostra da pesquisa foi segmentada, a aplicação dos formulários seguiu um planejamento prévio de forma que cada segmento fosse contemplado seguindo os critérios: Com a população rural, foram realizadas visitas aos sítios e assentamentos do município de Tenente Laurentino Cruz, privilegiando as localidades onde se encontram os mirantes. Assim, aplicaram-se formulários nos sítios Baixa do Mateus, Dizimeiro, Comunidade Serra do Cajueiro, Sítio de Pita, Tanques Preto e Assentamento Nossa Senhora das Vitórias. Na ocasião, foram feitas visitas aos domicílios para aplicação dos formulários com os chefes de família ou seu cônjuge, no entanto, quando os mesmos não sabiam ou não demonstravam interesse em respondê-los, era solicitado que outro membro da família o fizesse. Aplicou-se uma média de 02 formulários para cada domicílio visitado.

Com a população urbana, a aplicação dos formulários foi realizada de forma aleatória, a partir de uma abordagem junto aos transeuntes nas ruas do município, ou na feira local. Buscou-se aplicar os formulários com pessoas de 30 anos em diante e que não tivesse as características dos demais segmentos da amostra. Também na zona urbana do município foram realizadas as entrevistas com os docentes, secretários municipais e jovens e adolescentes.

O segmento jovens e adolescentes foi entrevistado mediante aplicação dos formulários em duas escolas localizadas na zona urbana do município, A Escola Municipal Nossa Senhora de Santana e a Escola Estadual Padre Sinval. Na escola Senhora de Santana, os formulários foram aplicados com alunos do 7º e 9º ano. Já na Escola Padre Sinval, aplicou-se os formulários com alunos do nível médio. Foi também nestas escolas que se realizou a entrevista com os docentes do município.

Quanto aos secretários municipais, a aplicação dos formulários foi efetivada através de visitas às Secretarias de Ação Social, Educação e Cultura, Saúde e Agricultura.

3.4.3 Instrumentos de pesquisa

Esta pesquisa traz como proposta metodológica a análise da percepção ambiental dos moradores da cidade de Tenente Laurentino Cruz, acerca do desenvolvimento do Turismo na localidade. Para tanto, aliou-se a Percepção Ambiental - PA à Análise de Conteúdo, metodologias que se caracterizam como formas de avaliar o discurso das pessoas, de maneira qualitativa, possibilitando traçar um perfil sobre opiniões e visões das populações (SILVA, CÂNDIDO e FREIRE, 2009, p.27);

Esta proposta metodológica pretende dar um cunho interdisciplinar ao estudo, uma vez que a análise dos fenômenos sociais, ecológicos, econômicos e políticos de uma localidade reconhece a interconectividade dos sistemas sociais e ecológicos, e tenta articular a pesquisa científica à formulação de políticas públicas e ao estabelecimento de objetivos sociais.

3.4.3.1 Elaboração do instrumental de pesquisa

A elaboração do formulário de pesquisa seguiu os parâmetros para obtenção das informações sobre a percepção ambiental da comunidade de Tenente Laurentino Cruz acerca do seu espaço natural e modificado; a sua concepção de saturação dos espaços naturais; bem como o grau de interesse quanto à participação e inserção no Turismo. Também se preocupou em levantar informações sobre como a comunidade percebe seu espaço físico, o que precisa ser melhorado e o que carece de ser ampliado ou construído nas áreas urbana e rural para o desenvolvimento do Turismo, assim como os impactos negativos e positivos gerados pelo Turismo, e as formas de minimizar estes impactos. Para tanto, a elaboração do formulário constou das informações apresentadas na Tabela 04.

Tabela 2: Pressupostos de elaboração dos instrumentos de pesquisa em percepção ambiental aplicados no município de Tenente Laurentino Cruz.

Informações a serem obtidas	Questões de referência
Percepção do espaço natural (o que os entrevistados acham de bonito e atrativo em seu espaço natural)	Quais lugares, áreas naturais, prédios, manifestações culturais existentes em Tenente Laurentino Cruz você acredita que podem ser utilizados para atrair turistas para a cidade?
Percepção do espaço modificado (deficiência e necessidade de ampliação do espaço urbano)	O que você acha que precisa ser melhorado em seu município para que ela se torne turística?
Percepção quanto ao Turismo (conceito, nível de interesse de participar do Turismo, geração de impactos negativos e de benefícios individuais e coletivos provocados pelo Turismo), a partir do espaço e da vivência do entrevistado	Você associa turismo com... Você acha que o Turismo pode trazer melhorias para o seu município? Por quê? Você acha que o Turismo pode gerar problemas para o município? Se sim, cite alguns problemas que o Turismo pode trazer para o município de Tenente Laurentino Cruz.

	<p>Você acha que será bom para você se o Turismo se desenvolver na cidade? Por quê?</p> <p>Você tem interesse de trabalhar ou participar do Turismo? Como você acha que poderia trabalhar ou participar do Turismo em sua cidade?</p>
<p>Capacidade de suporte dos serviços urbanos e dos espaços naturais</p>	<p>A área urbana de Tenente Laurentino Cruz comporta turistas ou existem serviços e estruturas que precisam ser ampliadas? Quais?</p> <p>Quantas pessoas fazendo trilhas, esportes e outras atividades de lazer, você acredita que as áreas naturais suportam sem que causem danos ao meio ambiente?</p>
<p>Para fins somente de planejamento turístico</p>	<p>Você já participou de algum treinamento, capacitação, curso voltado para o Turismo?</p>

As pesquisas em PA estão intrinsecamente relacionadas à qualidade do questionário adotado. Tal questionário deverá ser estruturado à luz dos objetivos que se pretende atingir com a pesquisa e, sobretudo, considerar o tipo/nível dos entrevistados. As perguntas relacionadas à Percepção Ambiental foram semi-estruturadas e de múltipla escolha, e em alguns casos específicos, com solicitação de justificativas para as respostas apresentadas (FERNANDES *et al*, p.04)

Para a caracterização dos entrevistados, o instrumento de avaliação da Percepção Ambiental, aliada a análise de conteúdo, possui variáveis dentro de sua estrutura, como as que relacionam as variáveis de estado, de saída e processo de percepção (SILVA, CÂNDIDO e FREIRE, 2009, p.30).

As variáveis de estado formam o perfil das pessoas entrevistadas (gênero, idade, profissão, escolaridade e renda familiar). Estes indicadores formam o

perfil das pessoas entrevistadas. As variáveis de saída, adaptadas para esta investigação, referem-se aos impactos positivos e negativos gerados pelo Turismo percebidos pelos entrevistados; aos atrativos naturais e culturais que podem ser utilizados pelo Turismo; e como a atividade turística pode ser estruturada para se tornar fonte de renda para a população local. Os processos de percepção referem-se à opinião da população quanto ao Turismo, e as formas como os moradores locais podem ser inseridos na dinâmica do Turismo.

Sendo assim, a tabela 5 apresenta as dimensões e categorias analisadas neste trabalho, a partir de uma adaptação de Silva, Cândido e Freire (2009), que nortearão a Análise do Conteúdo dos discursos da comunidade investigada expressos nos formulários de pesquisa.

Tabela 3: Dimensões e categorias avaliadas a partir dos resultados encontrados nos formulários.

Dimensão	Categorias
Variáveis de estado	Gênero, idade, profissão, escolaridade e renda familiar
Variáveis de saída	Impactos positivos e negativos causados pelo Turismo Atrativos a serem inseridos na dinâmica do Turismo Ordenamento turístico
Processos de percepção	Conceito e percepção quanto ao Turismo Perspectivas quanto à inserção da população na dinâmica do Turismo

Os formulários foram elaborados e aplicados para 02 grupos distintos: secretários municipais e população em geral (urbana, rural, professores, jovens e adolescentes). Os formulários seguem nos Apêndices.

3.4.3.2 Tratamento e categorização dos dados

O tratamento dos dados foi pautado na Análise do Discurso, metodologia que organiza e categoriza as respostas às perguntas abertas, transformando-as em uma planilha sistematizada de informações. Após a organização das respostas, segue-se a análise, mediante a contagem e avaliação da repetição das respostas apresentadas.

A Análise de Conteúdo/AC consiste em um “conjunto de técnicas de análise das mensagens, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.44). Assim, a AC, através de um conjunto de técnicas parciais mais complementares, sistematiza e analisa o conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação.

Nesta investigação, para cada pergunta aberta, elaborou-se uma planilha de análise contendo as categorias de resposta e os segmentos sociais contemplados. Após elaboradas as planilhas de análise de todas as questões abertas do formulário realizou-se o tratamento estatístico dos dados, com a quantificação das informações e a construção dos gráficos.

A fase final do tratamento dos dados consistiu na análise das informações e elementos apresentados nos gráficos, e na apresentação dos resultados a partir da interpretação das respostas dos entrevistados.

3.5 INVENTÁRIO TURÍSTICO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

O inventário turístico foi efetuado através de metodologia disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, por meio de formulários-padrão de inventariação turística dos municípios brasileiros, disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/08inventariacao_oferta.html (BRASIL, 2006). Estes formulários podem ser acessados no site da EMBRATUR, e posteriormente enviados ao Ministério do

Turismo para cadastramento dos atrativos turísticos do município cuja inventariação foi realizada. Juntamente com estes formulários, está disponível um roteiro de orientação para o preenchimento de cada um deles. Nos formulários também são inseridas informações sobre a infraestrutura urbana dos municípios brasileiros, bem como as condições dos serviços e da preservação dos atrativos naturais e culturais.

O preenchimento dos referidos formulários de inventário turístico em Tenente Laurentino Cruz foi realizado por ocasião de visitas a 06 comunidades localizadas na zona rural deste município, a saber: Sítio Baixa do Mateus, Assentamento Nossa Senhora das Vitórias, Dizimeiro, Serra do Cajueiro, Sítio de Pita e Tanques Preto. Estas visitas possibilitaram o conhecimento dos atrativos naturais, a criação do banco de imagens de tais atrativos, bem como o conhecimento da dinâmica econômica e social destas comunidades.

3.6 PROPOSIÇÃO DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TURISMO SERTANEJO PARA O MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PAUTADAS NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE SEUS MORADORES

Esta etapa da pesquisa utilizou os pressupostos teóricos e metodológicos do Turismo Sertanejo propostos em Seabra (2007), abordando as etapas e as ações que compõem o planejamento do Turismo Sertanejo em uma localidade ou região. A proposição das ações a serem implementadas para o planejamento do Turismo Sertanejo da região, bem como a indicação dos atrativos naturais e culturais a serem contemplados pelo Turismo Sertanejo em Tenente Laurentino Cruz, e, por fim, a indicação de melhorias nos setores da infra-estrutura urbana e turística, foram pautadas na pesquisa sobre Percepção Ambiental da comunidade de Tenente Laurentino Cruz.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

4.1.1 História do município

O município de Florânia, de onde decorreu o povoado de Tenente Laurentino Cruz, foi ocupado inicialmente pelo casal Cosme de Abreu Maciel e Angélica Mamede Maciel, que entre 1754 e 1756 conseguiu terras através do sistema de sesmarias, compreendendo as áreas de Patacurá e Periquito. No entanto, foi o seu filho Athanázio Fernandes de Moraes, casado com Isabel Maria de Sousa, e seus numerosos descendentes, que fundaram o então povoado das Flores, relacionado também às manifestações de fé que adquiriu materialidade com a construção de uma capela na localidade de Roça do Urubu (MORAIS, 2005, p.116). Posteriormente, o lugarejo passou a se chamar Roça do Urubu, devido à proximidade dos serrotes localizados próximos ao Riacho Capim-Açu, local hoje pertencente ao município de Tenente Laurentino Cruz.

A ocupação da Serra de Santana, ocorrida no início do século XVII em busca de terras para o aumento do rebanho de gado, foi concretizada no século XIX, com o ciclo do algodão. Estes sistemas produtivos permitiram que os colonos se fixassem a terra, levando a formação de grandes fazendas para a criação de gado, em primeiro lugar, e para a agricultura posteriormente.

O processo de sedentarização do homem na região da Serra do Periquito se deu próximo aos olhos d'água, e principalmente, na parte baixa da serra ou em suas cabeceiras, lugar de onde se podiam observar as demais cidades da região, e por onde os tropeiros passavam para comercializar seus produtos.

A Serra do Periquito, atualmente Serra de Santana, foi colonizada de forma lenta, mas gradual. Teve uma economia totalmente voltada para a agricultura, tanto de consumo próprio, como produção para exportação, a exemplo da extração da borra do leite da maniçoba. Para aproveitar a abundância de maniçoba existente na região, Aristófanés Fernandes e o seu

irmão instalaram uma indústria para beneficiar a borracha extraída desta árvore.

A produção da mamona também exerceu destaque no desenvolvimento da região da Serra de Santana, a partir de 1937. Na comunidade Baixa do Mateus, na fazenda Sizelândia, foram instaladas máquinas de beneficiamento de mamona. A importância econômica da mamona foi um dos fatores atrativos a migração, sendo responsável pela vinda de cearenses, paraibanos e potiguares de outras regiões para a Serra de Santana, contribuindo para a formação dos primeiros aglomerados populacionais.

Posteriormente, outro produto passou a se destacar na economia da serra, a mandioca. Atualmente, este produto está entre os gêneros agrícolas de maior destaque da economia serrana. A primeira casa de farinha remonta do início do século XX, no local conhecido como Sítio Patrício. Os primeiros empreendimentos voltados à produção da farinha funcionavam de forma precária, tanto no que se refere às condições sanitárias, como de trabalho.

Até “1980, as casas de farinha também funcionavam como o núcleo das comunidades rurais. Além de espaços industriais, apresentavam um caráter comercial, pois eram os locais onde se comprava a mandioca dos produtores que, depois passava por um processo de fabricação envolvendo desde o raspar, triturar, prensar, peneirar, assar e ensacar a farinha” (MEDEIROS, 2003, p.15). Nestes locais também eram vendidos os derivados da farinha como o beiju, a tapioca, a carimã, o polvilho e outros. As casas de farinha sediavam os momentos de lazer da comunidade rural, cujos encontros entre agricultores e proprietários aconteciam através de conversas informais e trocas de idéias; e entre as crianças que ali realizavam suas brincadeiras.

Em 1970, o Ministério do Exército iniciou a perfuração e instalação dos primeiros poços tubulares na *chã* da Serra de Santana, em 06 sítios ali localizados. Naquele momento, encontrar água potável no subsolo do planalto da serra foi um dos fatores decisivos para a sedentarização de muitas famílias nas comunidades serranas.

A formação do povoado de Tenente Laurentino Cruz surgiu a partir de uma idéia do Padre Sinval Laurentino de Medeiros. O povoado foi criado pela Lei 209, de 07 de setembro de 1977, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito de Florânia (MEDEIROS, 2003. P.18). O povoado recebeu o nome de Tenente Laurentino Cruz, em decorrência de uma homenagem ao pai do principal responsável pela formação do povoado, o Padre Sinval.

O desenvolvimento do povoado foi impulsionado pela fruticultura, com destaque para o cajueiro, a pinheira, a goiabeira, a jaqueira e a graviola, uma vez que a serra dispunha de solos propícios para a produção de tais gêneros. A castanha de caju, a pinha e a mandioca eram comercializadas em grande escala, e sua negociação era sediada no referido povoado.

Tenente Laurentino Cruz teve um desenvolvimento rápido e sua comunidade logo conheceu as possibilidades de incremento econômico que o povoado apresentava, vendo crescer seu núcleo populacional e sua atividade econômica, com a presença cada vez maior de novos moradores atraídos pela infraestrutura local e pela qualidade de suas terras (IBGE, 2010).

Em menos de 10 anos de fundação, o povoado de Tenente Laurentino Cruz aumentou o seu núcleo populacional, e dinamizou sua economia através da fruticultura, da instalação de fábricas de sucos no local, e da cultura da mandioca com o funcionamento de casas de farinha mais modernas, que comercializavam seus produtos para diversas regiões do Estado.

O povoado de Tenente Laurentino Cruz teve como fato marcante a influência econômica e política da família Laurentino. Esta família, além de instalar extensas propriedades no povoado, exerceu forte influência nos resultados eleitorais no município de Florânia, fruto do grande número de eleitores advindos do povoado de Tenente Laurentino Cruz.

O processo de emancipação política de Tenente Laurentino Cruz ficou evidente a partir de 1990, pautado no desejo da comunidade serrana de ter o povoado elevado à categoria de município-cidade, e nos interesses políticos do movimento emancipacionista.

Durante o mandato da prefeita de Florânia Jandira Alves Medeiros, foi realizado um plebiscito com os eleitores do povoado de Tenente Laurentino Cruz, no dia 15 de março de 1993, que questionava sobre a elevação do povoado a município. Como resultado, dos 1.151 eleitores que participaram da votação, 1.121 votou pelo sim, manifestando, pois, seu apoio à emancipação política (MEDEIROS, 2003, p.26).

A Lei 6.450, de 16 de julho de 1993 sancionada pelo então Governador José Agripino Maia, criou o município de Tenente Laurentino Cruz e o desmembrou do município de Florânia. A partir de então foi criada a Secretaria Municipal de Tenente Laurentino Cruz, tendo como representante o Sr. Airton Laurentino Junior (IDEMA, 2010).

A primeira eleição municipal aconteceu em 03 de outubro de 1996, e deu início ao mandato para prefeito de Airton Laurentino Junior e vice-prefeito Manoel Ferreira Sobrinho. O município foi oficialmente implementado no dia 01 de janeiro de 1997, com a posse dos candidatos eleitos para o mandato de 1997 a 2000 (IDEMA, 2010).

4.1.2 Aspectos demográficos do município

O município de Tenente Laurentino Cruz possui 5.120 habitantes, sendo que deste total, 1.286 pessoas residem na zona urbana e 3.834 pessoas residem na área rural do município (IBGE, 2010). O município apresenta características demográficas distintas do Rio Grande do Norte e da maioria dos municípios do Estado, uma vez que 73,75% da população total do RN, ou seja, 2.036.673 dos 2.776.782 de seus habitantes estão concentrados na área urbana (IDEMA, 2010). Se comparado às características demográficas da Região do Seridó, Tenente Laurentino Cruz também apresenta distribuição demográfica diferente, uma vez que da população total de 282.098 habitantes, 202.596 habitantes do Seridó residem no meio urbano e apenas 79.502 pessoas residem na área rural (BRASIL, 2006, p.06).

Não é de se estranhar que Tenente Laurentino Cruz apresente uma relação de maior dependência econômica com a agricultura, fato perceptível quando se observa a paisagem do lugar, margeada por sítios de frutas e

plantações de mandioca e outras culturas de subsistência. Nota-se também uma intensa utilização dos espaços produtivos, o que pode gerar um problema em médio e longo prazo, tendo em vista que estes espaços produtivos além de aos poucos exaurir sua fertilidade, vão se tornando cada vez mais escassos, o que remete a uma preocupação maior quanto à necessidade de se buscarem novas alternativas econômicas para o município.

Some-se a isso o fato de que o município também vem passando por uma leve mas gradual pressão demográfica, fruto dos sucessivos anos de seca que afetaram o semi-árido do Rio Grande do Norte na década de 1990, e de suas conseqüências, principalmente a expulsão da população rural de seu lugar de trabalho e moradia. Neste sentido, os municípios que compõem a Serra de Santana, como é o caso de Tenente Laurentino Cruz, por apresentarem solos e temperatura propícios para a agricultura, diferentemente de outros municípios do sertão, se tornaram atrativos para um contingente de imigrantes que se dedicam à atividade agrícola.

4.1.3 Uso e Ocupação do solo e características econômicas

Tenente Laurentino Cruz caracteriza-se por uma economia de base agrícola, voltada à fruticultura e ao cultivo da mandioca.

As peculiaridades do complexo ecológico (vinculado às características de um espaço serrano), do sistema de uso dos recursos naturais (intensa ocupação do solo) e da repartição dos espaços produtivos (pequenas propriedades), conferem certa individualidade à região da Serra de Santana e, por conseguinte, ao município de Tenente Laurentino Cruz (MEDEIROS, 2003, p.35). Além disso, nota-se que no município, os solos favorecem a produção agrícola e, em contra partida, as condições naturais limitam a pecuária extensiva.

A observação e avaliação dos espaços em Tenente Laurentino sugerem a forte tendência agrícola, com a presença de pequenos rebanhos. Neste sentido, na área serrana (planalto) destacam-se as atividades da fruticultura, bem como a mandiocultura, cuja produção é destinada ao abastecimento das casas de farinha e produção da goma. Já na depressão sertaneja há um

predomínio das médias e grandes propriedades, que em virtude da característica edafo-climática, baseia-se na pecuária extensiva (bovinos, caprinos, entre outros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, PME, 2001). Quanto ao seu rebanho de gado, a maioria das rezes são para a produção leiteira do consumo local, e alguns são animais de carga.

A região serrana dispõe de condições naturais propícias para a produção da fruticultura. A produção de frutas é um componente fundamental à economia municipal, apesar da falta de chuvas muito contribuir para o declínio das safras. A fruticultura da Serra de Santana tem como principal destino o mercado externo (MEDEIROS, 2003, p.36), bem como a produção local de polpas de frutas.

Quanto à produção, destacam-se o caju, a graviola, a jaca, a manga, a goiaba e principalmente a pinha. A safra da pinha acontece no início de março e vai até junho. Já a colheita do caju e da manga acontece nos meses de outubro, novembro e dezembro. Isto permite que o trabalhador rural tenha ocupação por uma boa parte do ano, diminuindo assim, o desemprego e a sazonalidade. Como existe esta permanência de trabalho, o pequeno proprietário e o trabalhador da fruticultura dispõem de certa estabilidade financeira.

As culturas da mandioca, do milho e do feijão também exercem relevante papel na economia local. Quanto à mandioca, o plantio se realiza no início do período chuvoso, se prolongando até maio ou junho, e a colheita acontece no 15º mês após o plantio. Esta flexibilidade apresenta vantagens como a não concentração temporal da produção de farinha e de sua comercialização, contribuindo para reduzir o desemprego. Da mandioca, extrai-se a farinha e produzem-se os seus derivados como a goma, o beiju e a tapioca, produtos importantes da gastronomia potiguar e que podem se configurar como símbolos da gastronomia laurentinense.

As casas de farinha são os locais onde se processa a mandioca. Na região da Serra de Santana, de acordo com Medeiros (2003, p.38), as casas de

farinha são eletrificadas, possuem aviamentos modernos, movidos à energia elétrica, e apenas 20% revela certo primitivismo ou rusticidade. Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura, em levantamento das casas de farinha realizado no ano de 2003, detectou-se a existência de 26 estabelecimentos funcionando no município, gerando 172 ton/semestre e empregando 279 pessoas.

O núcleo urbano do município sedia a prestação de serviços, além de concentrar um relevante número de unidades comerciais. De acordo com dados da Prefeitura Municipal, existem 90 estabelecimentos comerciais com alvará cadastrado nesta instituição. Vale salientar que há inversões financeiras ligadas à prefeitura municipal, aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), bem como de outros serviços públicos que são importantes fontes de recursos para o município.

Assim, a soma das atividades agropecuárias, comerciais e prestadoras de serviço público e privado caracteriza a base econômica do município. No entanto, Tenente Laurentino Cruz atualmente carece de atividades que diversifiquem sua economia, tendo em vista que existe uma forte tendência de que os jovens e adolescentes se distanciem das atividades agrícolas, o que pode gerar um problema futuro de descontinuidade da produção e desemprego das pessoas que se encontram nesta faixa etária. Além disso, os agricultores e artesãos locais encontram dificuldades de comercializar seus produtos e agregar valor à sua produção. Outro fato que merece atenção é a saturação do comércio local, que futuramente vai precisar de novos mercados e de mais consumidores.

4.1.4 Serviços sociais e infra-estrutura no município de Tenente Laurentino Cruz

O município de Tenente Laurentino Cruz dispõe de 04 escolas na zona urbana, e 01 instituição que funciona como creche, a saber:

- Escola Municipal Senhora Santana. Oferece os níveis de Educação infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos/EJA.

- Escola Estadual Padre Sinval Laurentino Medeiros – com Ensino Médio e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI. O PETI dispõe de atividades de esportes, dança, artesanato, música, kung fu e capoeira.
- Creche São Francisco. Níveis oferecidos: Educação Infantil
- Centro Integrado de Aprendizagem – Educação Infantil ao 9º ano

Além disso, na Zona Rural existe o Centro Municipal de Ensino Rural, que se subdivide em 04 unidades de ensino localizadas nos seguintes distritos:

- Unidades 03 Boa Vista, 05 São Francisco, 08 Nara Ribeiro, oferecendo de 1º ao 5º ano
- Unidade 04 Aristófanos Fernandes, localizada no Sítio Lagoa, com estrutura de creche e pré-escola

Na cidade também funciona uma instituição de nível superior com ensino à distância, cujos cursos são Pedagogia, Serviço Social, Letras, Administração, Marketing, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira (PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, PMA, 2001).

A infra-estrutura de saúde em Tenente Laurentino Cruz está organizada em 06 unidades/postos de saúde na área rural, que são assistidos pelo Programa Saúde na Família/PSF, dispondo dos serviços de primeiros socorros.

Na zona urbana, o município dispõe de um Centro de Saúde com atendimento médico hospitalar, enfermagem, vacinação, além de dentista, psicólogo, laboratório e farmácia básica. A equipe é formada por 01 pediatra, 01 clínico geral, 01 cirurgião geral para encaminhamentos dos pacientes, além de 03 enfermeiros ligados ao Programa Saúde na Família - PSF, 12 técnicos de enfermagem, 04 auxiliares de enfermagem e 02 ambulâncias, sem serviço de internamento.

Além disso, atua na cidade a APAMI (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância) Santa Laurentino, instituição filantrópica que dispõe de maternidade e pronto atendimento, com 04 leitos. Também existe na cidade 01 clínica privada, com os serviços de clínica médica e odontologia.

Quanto ao serviço de limpeza urbana, a coleta convencional de resíduos sólidos é realizada três vezes por semana, por um trator, e depositada em terreno a céu aberto. Não existe coleta seletiva e hospitalar (IDEMA, 2010).

No que concerne à habitação e saneamento, de acordo com dados do IDEMA (2000), o município dispõe de 1.032 domicílios, sendo 311 instalados na zona urbana e 721 localizados na zona rural. Quanto ao abastecimento de água destes domicílios, 02 estão ligados à rede geral, 90 são servidos por poços ou nascentes e 940 por outras fontes de água. O tipo de escoamento é feito por fossa (912 unidades), por vala (6) unidades e 114 domicílios por outro tipo.

A distribuição de energia elétrica realiza-se pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, e possui um total de 1.728 consumidores. Deste total, 1.085 são residenciais, 15 industriais, 62 comerciais, 511 rurais, 36 do poder público, 05 para iluminação pública e 14 serviço público (IDEMA, 2007).

Quanto ao serviço de hospedagem, Tenente Laurentino Cruz dispõe de 02 pousadas, com um total 08 leitos, voltados ao atendimento de representantes comerciais, caminhoneiros e outros profissionais que trabalham realizando deslocamentos periódicos. No entanto, a estrutura de hospedagem é insuficiente e sem as instalações adequadas para receber turistas.

O serviço bancário do município é composto por uma agência tipo postal do Bradesco, e 01 unidade de serviço bancário terceirizado, que realiza saque da Caixa Econômica Federal. Além disso, existe no município 01 unidade de banco terceirizado para pagamentos.

No município existem antenas comunitárias que captam e distribuem os sinais da INTERTV Cabugi/Rede Globo, SBT, Rede TV e Record. Os serviços de rádio difusão são prestados e captados com maior frequência pelas emissoras: AM's e FM de Currais Novos, FM's de Santana do Matos, São Vicente e Florânia; FM e AM's de Caicó e FM de Santa Luzia/PB. Na cidade circulam o informativo, o Maturi (órgão independente) e o Mirante (PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ALURENTINO CRUZ, PME, 2001).

O acesso ao município ocorre por rodovias estaduais e federais, além de algumas estradas vicinais. A ligação principal à sede do município faz-se através da RN 087, que passa pelo município de Florânia, e pelas BRs 226 e 324 que liga Tenente Laurentino Cruz aos municípios de Currais Novos, Santa Cruz, Tangará, Bom Jesus e Macaíba.

O município não dispõe de linhas regulares de ônibus. O acesso ao local e o deslocamento dos moradores para os municípios de Florânia, Currais Novos e Natal ocorre através de transportes alternativos, que geralmente realizam uma viagem por dia.

As rodovias e estradas que ligam Tenente Laurentino Cruz aos demais municípios são duas. A estrada de acesso à sede do município, a partir de Florânia, RN 087, com trechos de paralelepípedo e outros de asfalto, que se encontra em bom estado para circulação de veículos. A segunda estrada, que também dá acesso à sede do município, ocorre através dos municípios de Santana do Matos, São Vicente e Currais Novos. Esta última é uma estrada de terra, salvo 30% de trecho com asfalto. As demais estradas são as vicinais, que ligam as várias comunidades rurais à sede do município. Suas condições de tráfego são ruins, tendo em vista que se caracterizam por estradas estreitas, de terra, com trechos que apresentam bastante declives e que em períodos de chuva ficam quase intransitáveis.

O município possui uma Agência dos Correios. Quanto ao sistema de telefonia, Tenente Laurentino Cruz dispõe de 49 telefones públicos comunitários (orelhões).

Estes dados levam a crer que Tenente Laurentino Cruz, por ser um município novo, ainda dispõe de poucos serviços urbanos. No entanto, uma reestruturação e ampliação dos serviços de energia, bancário e principalmente água, limpeza urbana, saúde e acesso serão iniciativas prementes para o desenvolvimento de novas atividades econômicas para município.

Ressalte-se que “um produto turístico não pode ser composto somente pelos atrativos turísticos, sejam eles naturais, histórico-culturais ou manifestações e usos populares e tradicionais, mas também pelos serviços e

equipamentos turísticos, além, é claro, da infraestrutura básica de apoio” (MILAGRES, SOUZA E SOUZA, p.11).

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURÍSTICO REGIONAL

O município de Tenente Laurentino Cruz faz parte do Seridó do Rio Grande do Norte, região situada no centro-sul do Estado, composta por 24 municípios, distribuídos em três zonas homogêneas (Serras Centrais, Currais Novos e Caicó). O pólo Seridó, por onde veio o fomento do Roteiro Seridó, é formado por 17 municípios: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Equador, Florânia, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

O Roteiro Seridó é gerido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/RN, através do “Programa SEBRAE de Turismo”, tendo em vista a finalidade deste último de promover o empreendedorismo, a diversificação das atividades econômicas e o fomento às iniciativas empresariais e de agronegócio (MARANHÃO, 2009, p.15). O Pólo Seridó, através da atuação do “Programa SEBRAE do Turismo”, configura-se como uma ação intervencionista e fomentadora, que busca desenvolver o Turismo na região do Seridó potiguar a partir da implementação de um conjunto de ações pautadas no desenvolvimento regional.

A política pública de fomento ao Roteiro Seridó se propõe à realização de ações voltadas ao Arranjo Produtivo Local do Turismo no Seridó; a criação de um roteiro turístico para o Seridó; a capacitação de empreendedores para negócios voltados ao Turismo Sustentável; a requalificação da oferta turística e a integração do poder público, iniciativa privada e comunidade ao planejamento, dentre outras ações.

Cabe ressaltar que o Pólo de Turismo Seridó é uma política de Turismo local, que integra o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, macro-programa disposto no Plano Nacional de Turismo. Este programa está concatenado à perspectiva de descentralizar a gestão do Turismo e

incrementar a oferta turística do país a partir da consolidação de novos destinos turísticos. O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil emerge como uma política que possibilita a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País, e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2007, p.67).

No Rio Grande do Norte, o PRT – Roteiros do Brasil foi implementado seguindo a divisão do Estado em 05 pólos turísticos, a saber: Pólo Costa das Dunas, Pólo Costa Branca, Pólo Serrano, Pólo Agreste/Trairí e Pólo Seridó. A operacionalização do programa ocorre através da Secretaria de Estado de Turismo do RN – SETUR, cujos pólos turísticos possuem um conselho consultivo e deliberativo formado por representantes da iniciativa privada, poder público e sociedade civil organizada.

A gestão do Pólo Seridó, ao qual o município de Tenente Laurentino Cruz integra, é realizada através do Conselho de Turismo do Pólo Seridó, através da participação de órgãos do poder público federal, estadual, municipal, setor privado e terceiro setor.

Já o Plano Nacional de Turismo 2007\2010: uma viagem de inclusão caracteriza-se como um instrumento de planejamento e gestão do Turismo e apresenta os principais programas, ações, metas e resultados a serem alcançados quanto ao desenvolvimento e a consolidação do Turismo no país.

O PNT é fruto de um trabalho que integrou setores do governo, da iniciativa privada e do terceiro setor, assim como instituições que compõem o Conselho Nacional de Turismo. O seu processo de construção iniciou-se em 2006, a partir da elaboração do Documento Referencial do Turismo.

Para a sua realização, o PNT mobilizou os quadros técnicos do Ministério do Turismo – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, EMBRATUR, instituições acadêmicas do País e consultorias especializadas. Reflete ainda a contribuição do trabalho desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2007).

O PNT 2007/2010 entende que o desenvolvimento do Turismo no Brasil será alcançado pelo aumento da sua oferta turística, ou seja, pela ampliação da oferta de destinos turísticos organizados, e para isso, outro pressuposto precisa ser alcançado, que é da dinâmica turística. Por interiorização entende-se o fomento do Turismo em destinos localizados nas cidades do interior, trabalhando a diversidade cultural, natural e econômica de regiões que não integram a faixa litorânea do país.

Para tanto, o PNT tem como objetivos gerais: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais; promover o Turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros e fomentar a competitividade de todo o produto turístico brasileiro. A proposta de gestão do Turismo adotada pelo PNT é descentralizada, através da formação de uma rede de entidades e instituições em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas do governo, a iniciativa privada e o poder público.

4.2.1 Avaliação das ações do Pólo de Turismo do Seridó

Considerando-se que o aumento da demanda turística na região do Seridó é um dos objetivos principais do Pólo de Turismo do Seridó, buscou-se então realizar uma visita aos órgãos públicos de Turismo do Rio Grande do Norte para verificar a ocorrência ou não de aumento de turistas nesta região. Os dados demonstram que, no que concerne ao incremento da demanda turística, o turista que visita os municípios do Seridó é advindo da própria região, e se concentra nos períodos das festas tradicionais como festa de padroeiros, vaquejadas e carnaval (SEBRAE/RN, informação verbal.). Todavia, os eventos religiosos e profanos da região já eram de grande destaque no mercado regional, com aumento expressivo do número de visitantes nas cidades-sede dos eventos durante os festejos, antes mesmo da execução do Pólo Seridó.

Com a ação do Pólo de Turismo Seridó, houve a concepção de roteiros potenciais que podem diversificar a oferta turística do Rio Grande do Norte,

mas que já são divulgados como produtos turísticos, o que não acontece de forma efetiva. Além disso, o objetivo último, que é intensificar o Turismo no interior do Estado, desconcentrando a demanda de seu litoral, ainda não foi alcançado.

Como propostas de melhoria diante desta constatação, sugerem-se a divulgação dos roteiros em âmbito nacional e internacional, e um trabalho de valorização da identidade local para que os eventos realizados na região não se transformem em espetáculos e festas para “agradar turistas”, carente de conteúdo histórico-cultural. Outra questão que se faz premente é um estudo da demanda turística internacional e nacional que desembarca em Natal, no intuito de saber se esta deseja incluir em suas viagens os roteiros que incluem as cidades do interior do Estado, para que os investimentos e as iniciativas locais sejam melhor direcionados, evitando-se gastos e esforços desnecessários.

Por serem geridos pelo SEBRAE, os projetos turísticos revestem-se de uma característica mais empresarial e menos comunitária. Isso fica patente quando se analisa o Plano de Desenvolvimento Turístico do Pólo Seridó, elaborado pelo Conselho de Turismo do Pólo Seridó, que apesar de ter representatividade das instâncias pública, privada e sociedade civil, não abriu espaços de debate junto à população do Seridó, através da realização de audiências públicas, pesquisas de opinião pública ou de percepção da comunidade local frente ao Turismo.

De modo similar, a gestão através do SEBRAE produz uma razão mercadológica ao Turismo, e as políticas e programas de fomento são voltados à iniciativa privada, para atender as demandas de empresários que pretendam investir na localidade, através da instalação de estabelecimentos comerciais, equipamentos de hospedagem, lazer e entretenimento. Não obstante, o incremento dos produtos culturais como o artesanato, bem como a capacitação dos recursos humanos para o Turismo são revestidos de interesses comerciais e de competitividade no mercado turístico.

Realidade semelhante foi constatada em pesquisa sobre a implementação de projetos que visam o Turismo Sustentável em municípios de Santa Catarina.

Tal pesquisa incorreu sobre a efetividade do Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, e constatou a incipiente participação da comunidade local nos processos de decisão. Na verdade, todas as secretarias municipais de Turismo pesquisadas afirmaram utilizar processos participativos na tomada de decisão, entretanto algumas delas restringiram a participação a membros de algumas secretarias municipais ou a algumas organizações que compõem o *trade* turístico, negligenciando a participação da comunidade (SOUSA E SAMPAIO, 2005).

4.2.2 Impactos do Programa de Regionalização do Turismo e do Pólo de Turismo Seridó no contexto social e econômico na região do Seridó

A implementação do Pólo de Turismo Seridó, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil busca elevar a valorização das manifestações e expressões culturais da região, estimular o orgulho étnico da população local e servir de fonte de geração de renda para artesãos e artistas locais. Além disso, o desenvolvimento da atividade turística na região remete à ampliação dos postos de trabalho e conseqüentemente, aumento da renda da população local.

No entanto, o pólo Seridó, que ainda se ressentir de uma maior dinamização do Turismo na região, e não vem recebendo os impactos econômicos e sociais de forma consolidada. O aumento da demanda nas cidades do interior do Estado não aconteceu efetivamente e, na verdade, não existem estudos no âmbito da Secretaria Estadual de Turismo e do SEBRAE que indiquem o comportamento desta demanda, suas preferências e o seu nível de interesse em viajar para o interior do Rio Grande do Norte.

Este fato gera preocupação quanto à implementação de políticas e projetos de fomento ao Turismo no interior, uma vez que os mesmos não foram pautados em estudos que direcionem as intervenções nos setores que realmente promovam a consolidação do Turismo e o desenvolvimento da região, evitando assim que equipamentos, infraestrutura urbana e turística e esforços sejam utilizados de forma desnecessária e conseqüentemente, se tornem obsoletos. Tais erros levam, além de gastos públicos mal investidos, à

sensação de frustração nos municípios e em sua população que se prepararam para receber turistas sem sentir os resultados e os benefícios de tais intervenções.

4.3 ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE O TURISMO PARA A COMUNIDADE DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Este estudo realizou-se com 235 pessoas residentes no município de Tenente Laurentino Cruz, segmentados a partir de grupos sociais que direta ou indiretamente apresentam uma relação com o desenvolvimento do Turismo em sua localidade.

A pesquisa quantitativa buscou caracterizar os entrevistados no sentido de construir o perfil da amostra geral da pesquisa. Já a pesquisa qualitativa objetivou conhecer a percepção ambiental dos grupos sociais segmentados na amostra geral quanto ao Turismo e as implicações para a sua comunidade.

4.3.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

a) Distribuição dos entrevistados por sexo

Dentre os entrevistados, o sexo feminino contemplou o maior número de pessoas, com 56% da amostra geral, seguido do sexo masculino, com 44% da amostra, conforme Figura 5. Esta proporção aparenta ter decorrido do fato das entrevistas com a população rural e urbana acontecerem através de visitas domiciliares, manhã ou tarde, períodos de maior probabilidade das mulheres se encontrarem em casa trabalhando nas atividades domésticas, enquanto os homens estariam trabalhando em outras ocupações.

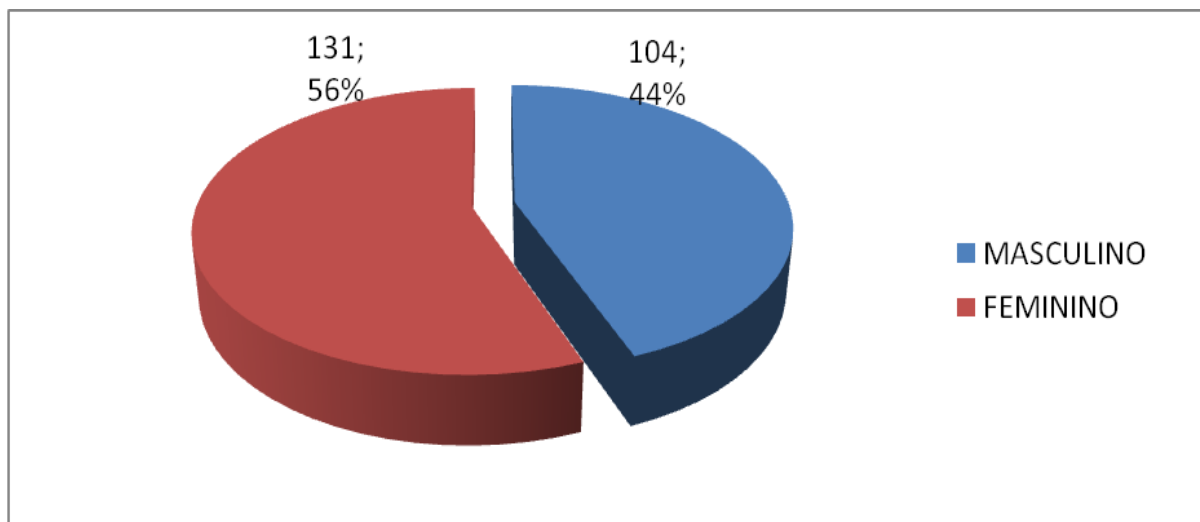


Figura 5 – Distribuição dos entrevistados por sexo. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

b) Distribuição dos entrevistados por idade

A análise da faixa etária dos entrevistados apontou para a predominância de pessoas entre 20 a 29 anos (28%), seguida pela faixa etária de 15 a 19 anos (26%) e 30 a 39 anos (21%), de acordo com Figura 6. A predominância dos entrevistados na idade de 20 a 29 anos e 15 a 19 anos deve-se ao fato de que um dos segmentos sociais selecionados para compor a amostra da pesquisa ser de jovens a adolescentes. Contemplar esta faixa etária também se faz interessante tendo em vista que estes compõem a População Economicamente Ativa – PEA do município, o que pôde expressar melhor as perspectivas de geração de emprego e renda pelo qual o município precisa se preocupar. Muito embora Nóia, Ávila e Midlej (2009) afirmem que a idade não se configura como um requisito de diferenciação de respostas, os jovens e adolescentes podem apresentar uma relação distinta com o Turismo, percebendo-o como alternativa para ingresso no mercado de trabalho.

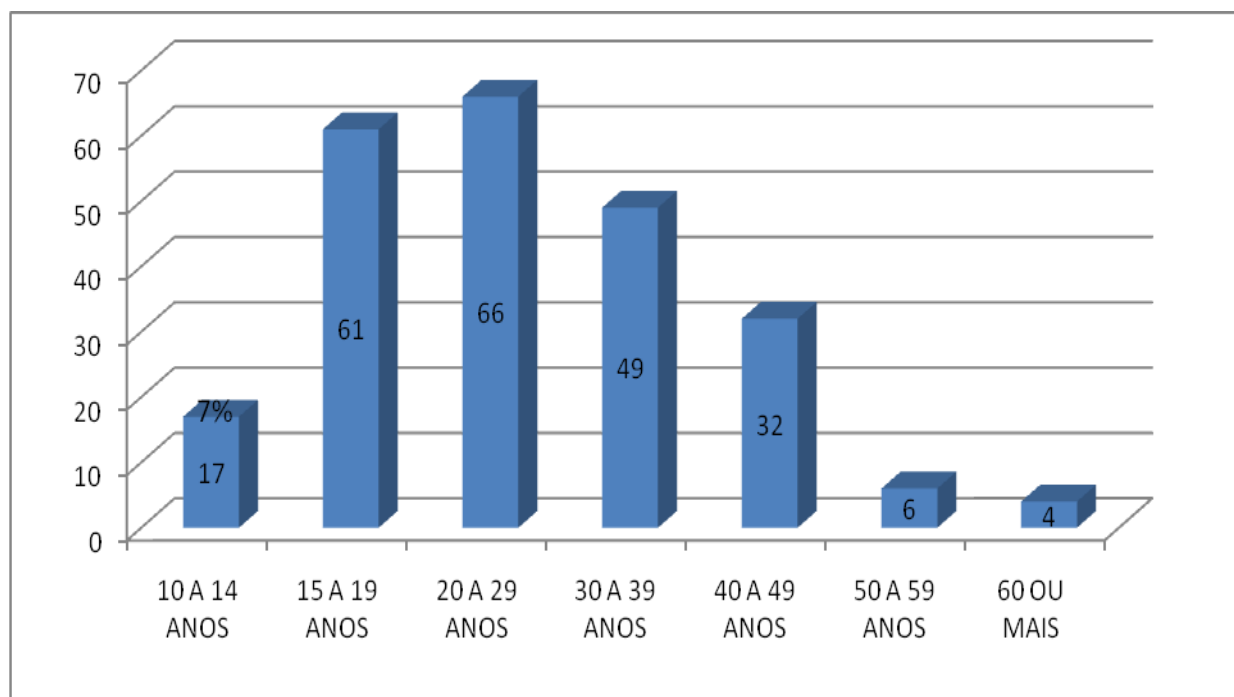


Figura 6 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

c) Distribuição dos entrevistados por grau de instrução

O grau de instrução também caracteriza a segmentação da amostra, uma vez que a aplicação dos formulários com jovens e adolescentes ocorreu com alunos das escolas de ensino fundamental e médio do município. Outro fato que merece destaque na construção do perfil da amostra é que na zona rural, existiu um grande número de pessoas que afirmou ter abandonado os estudos para trabalhar ou para cuidar da família. Assim, constata-se o maior número de pessoas com o ensino fundamental incompleto, ou seja, (27%) dos entrevistados, e ensino médio incompleto, (25%) dos entrevistados, conforme Figura 7.

O índice de analfabetismo dentre os entrevistados é pequeno (8%), se comparado à média de analfabetismo da região do Seridó, que é de 27,6% (BRASIL, 2006, p.12). Ressalte-se a existência de uma maior preocupação com a educação no município, com a presença dos núcleos escolares de 1º ao 5º ano na zona rural. Mesmo assim, sabe-se que a população do meio rural ainda

sofre alguns entraves para finalizar seus estudos. Como exemplo pode-se citar a ausência de transportes adequados para fazer o deslocamento dos estudantes para a zona urbana onde na maioria dos municípios, e neste caso também em Tenente Laurentino Cruz, estão sediadas as escolas de nível médio.

Conforme se constatou, a População Economicamente Ativa do município ainda apresenta um nível baixo de escolaridade, o que poderá dificultar a inserção da população no mercado de trabalho com maior exigência de qualificação profissional, como é o caso do Turismo. Cabe frisar que guias e condutores locais e demais profissionais que lidam com turistas, realizam “atividades de interpretação ambiental, que promovem trocas de experiências e conhecimentos técnicos e empíricos, estimulando uma ambientação diferenciada no contato de visitantes com o patrimônio natural, urbano, arqueológico, histórico ou cultural, podendo revelar formas singulares de compreender o ambiente natural e a cultura local e regional” (FERREIRA e COUTINHO, 2010, p.364). Para atender tais atribuições que as atividades turísticas exigem, a qualificação e os melhores níveis de alfabetização são pressupostos prementes.

Cabe lembrar também que a educação precisa ser prioridade para todos os municípios brasileiros, para que se diminua ou sane a situação de analfabetismo e pobreza em função da falta de investimentos neste setor, já que a educação é capaz de alterar todos os indicadores sociais da população em longo prazo (BRASIL, 2006, p.12).

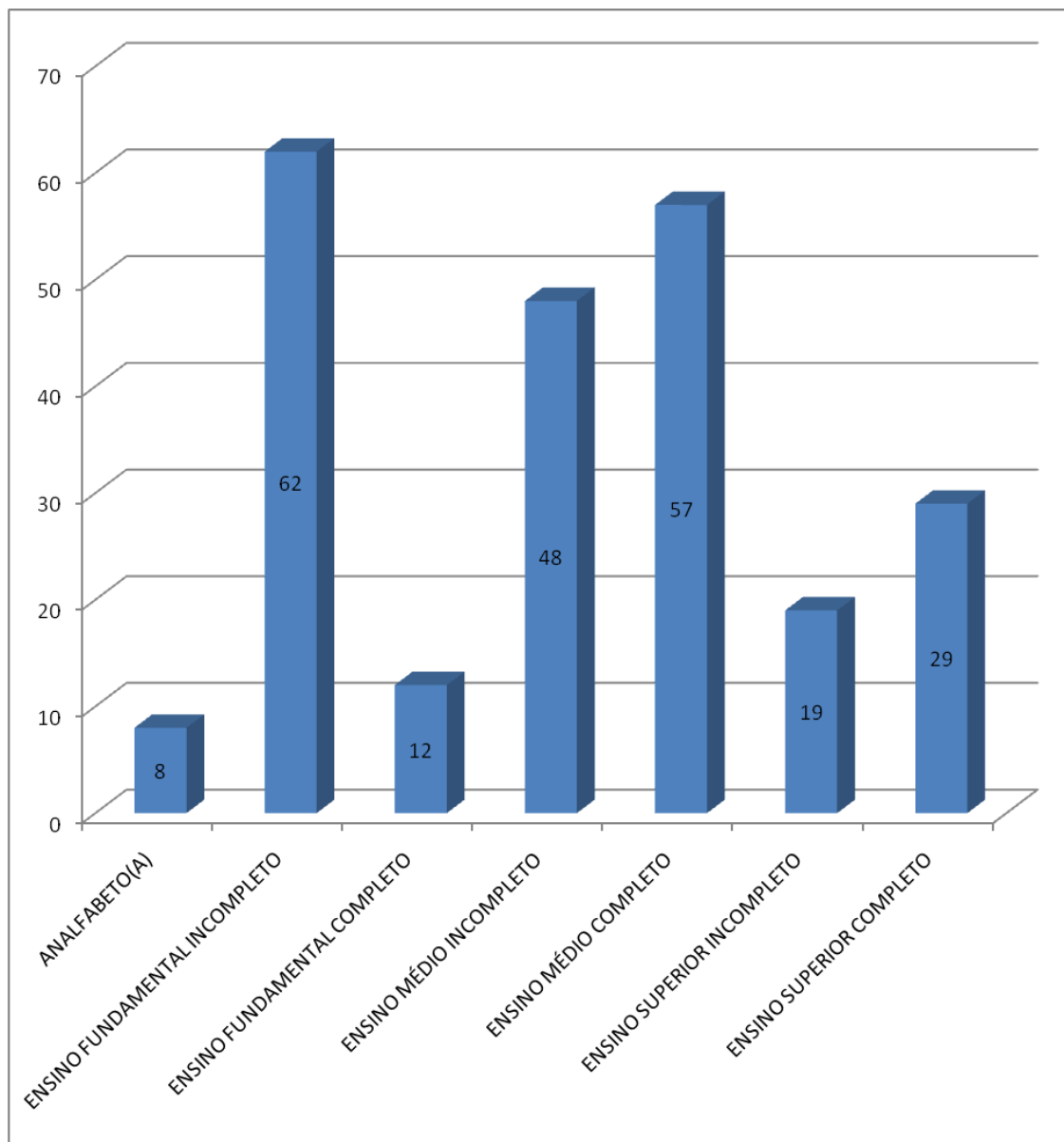


Figura 7 – Distribuição dos entrevistados por grau de instrução. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

d) Distribuição dos entrevistados por profissão

A análise da distribuição da profissão demonstra que dentre as ocupações mais citadas estão agricultor (23,8%), seguido de comerciante (21,3%), estudante (18,3%) e do lar (11,1%), conforme constatado na Figura 8. O baixo número apresentado nas demais ocupações remete ao fato de no

município haver predominância de apenas 03 bases econômicas: a agricultura e pecuária, o comércio e os serviços públicos.

A homogeneização da economia local segue a característica da região do Seridó, cuja dinâmica econômica do território é atrelada à produção agropecuária e a negócios não agrícolas que ocorrem em cidade com menos de 10.000 habitantes. Dos municípios que compõem o território, quinze deles tem população menor que 10.000 habitantes. Esta característica faz com que a economia rural seja a principal alavanca de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p.05).

Esta constatação gera uma maior necessidade em propor alternativas para diversificar a economia local, tanto para absorver a faixa etária de jovens e adolescentes no mercado de trabalho, como para agregar maior valor ao produto agrícola produzido no município. Além disso, novas alternativas econômicas dinamizará o comércio local, pois acrescentará renda para a população local.

Ressalte-se que um dos problemas sociais de Tenente Laurentino Cruz apontados pelos entrevistados refere-se à migração de jovens e adolescentes para outras regiões do país para buscar trabalho, uma vez que não encontram perspectivas de inserção na própria localidade. Além disso, muitos desses jovens são filhos de agricultores, que não demonstraram interesse em dar continuidade às atividades agrícolas de sua família.

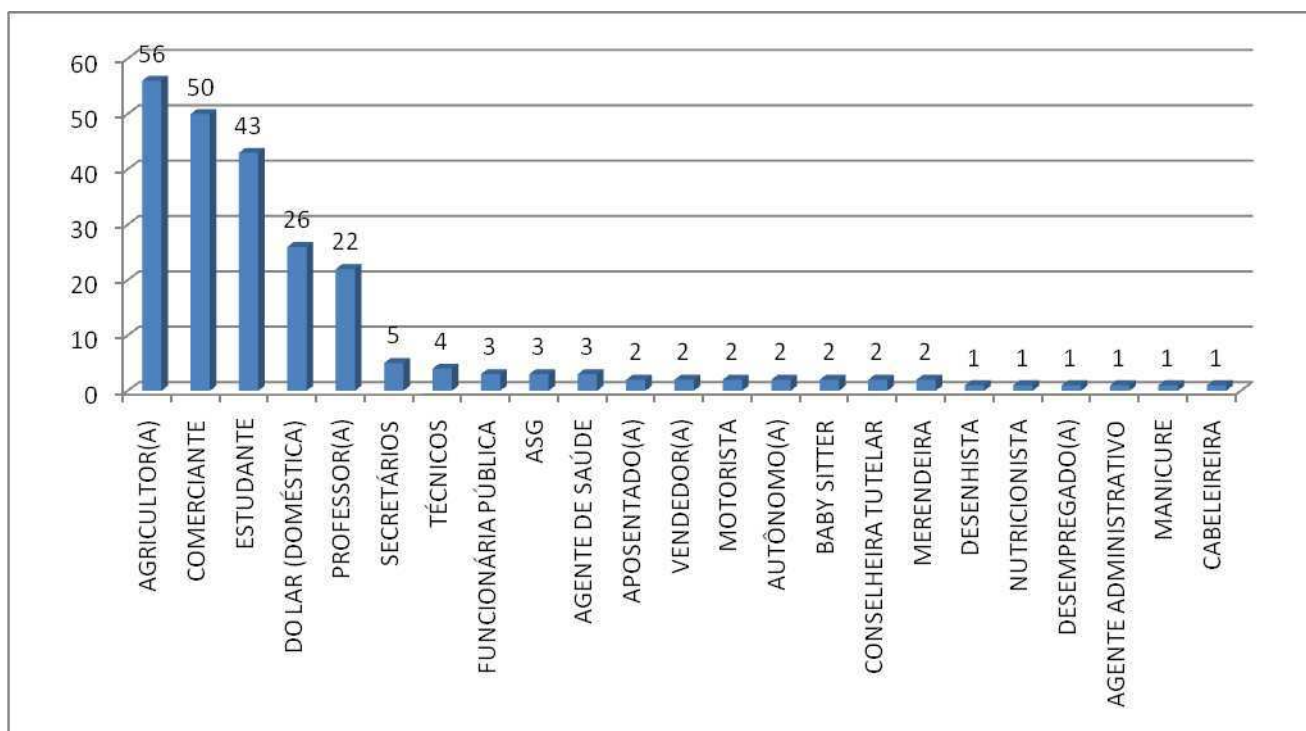


Figura 8 – Distribuição dos entrevistados por ocupação. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

e) Distribuição dos entrevistados por renda salarial

A renda salarial dos entrevistados reflete a ausência de diversificação econômica do município de Tenente Laurentino Cruz. Constata-se um expressivo número de pessoas cuja família possui a renda salarial de 1 a 3 salários mínimos, (58%). Outro fato que também merece destaque é que 31% dos entrevistados afirmam que a família dispõe de uma renda mensal de menos de 1 salário mínimo, de acordo com Figura 9.

Assim, a população laurentinense ressenete-se da falta de oportunidade profissional e outras fontes de renda que permitam uma melhoria da qualidade de vida local.

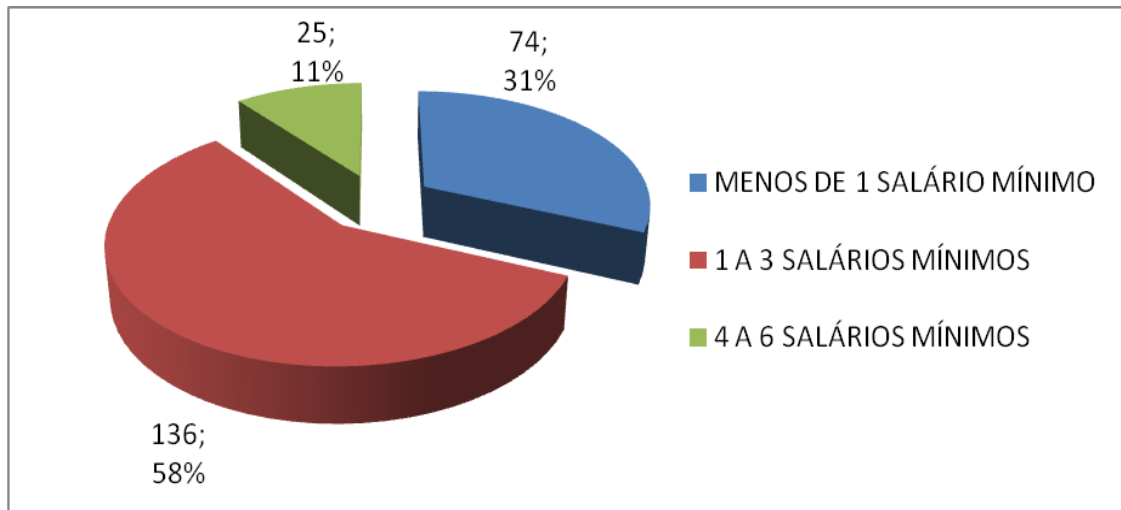


Figura 9 – Percentagem da renda salarial da comunidade de Tenente Laurentino Cruz, por salário mínimo. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

4.3.2 Percepção Ambiental da comunidade de Tenente Laurentino Cruz\RN sobre o Turismo

Dada a relevância de se propor alternativas econômicas para a comunidade de Tenente Laurentino Cruz, através de uma abordagem participativa de planejamento, buscou-se conhecer a visão que a comunidade local apresenta sobre o Turismo, expressa através das expectativas, opiniões, relações de empatia e rejeição, sentimentos e preferências, de modo que serão levantadas se as relações entre homem, espaço e Turismo são de cunho topofílico (afetiva) e topofóbico (rejeição). É oportuno frisar que “a expressão da subjetividade daquele que percebe a paisagem vivida, constituída numa categoria de análise que engloba elementos naturais e sociais, fornecerá informações valiosas e transversais, servindo para a gestão do Turismo e privilegiando a participação da comunidade” (MILAGRES, SOUZA E SOUZA, p.04).

f) Percepção dos entrevistados sobre o Turismo

A pesquisa inicialmente buscou conhecer a opinião\percepção dos entrevistados sobre o Turismo, com o questionamento “Você associa Turismo com...”. A abordagem perceptiva é empregada neste trabalho como instrumento

para se compreender as inter-relações que se estabelecem entre a comunidade de Tenente Laurentino Cruz e o espaço natural e construído da área de estudo.

Dentre as respostas concedidas, a associação do Turismo com “desenvolvimento local” foi a que obteve o maior número de respostas nos segmentos sociais jovens e adolescentes (24), população rural (20), comerciantes (18), professores (17) e secretários municipais (04). Já a variável “aprendizado\conhecimento” obteve a segunda maior frequência de respostas nos segmentos jovens e adolescentes (20), população rural (20), população urbana (17) e professores (03). A população urbana alinhou Turismo à “Diversão\entretenimento, com 22 respostas, conforme dados na Figura 10.

Cabe sublinhar que em algumas localidades onde o Turismo se destaca na economia do lugar, como é o caso de Taquaruçu, município de Palmas – TO, as pessoas percebem o Turismo de forma menos idealizada, e já sentem seus impactos. Para os moradores locais, principalmente os mais antigos, a segurança acabou, a água consumida é suja pelos banhistas e hoje já se sentem incomodados com o barulho e o lixo nas ruas (MILAGRES, SOUZA e SOUZA, 2009). Assim, ao que tudo indica, em comunidades onde o Turismo já se desenvolve, os ônus gerados são reconhecidos e a atividade não exerce apenas uma visão benéfica junto aos moradores locais

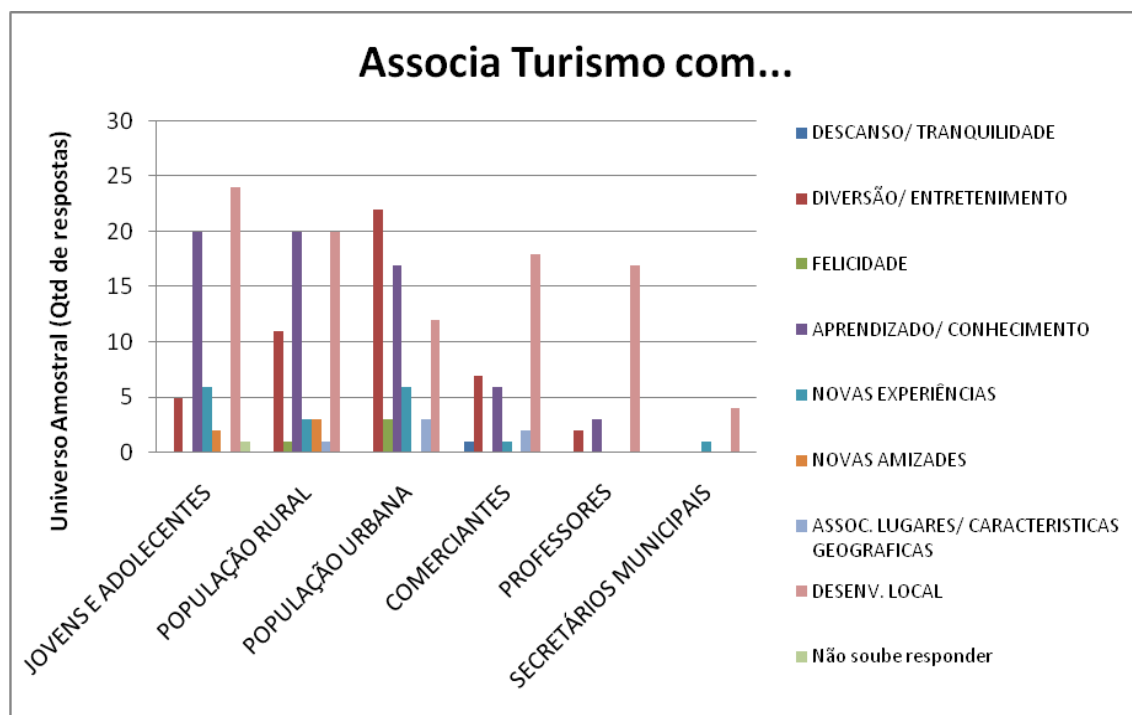


Figura 10 – Percepção da comunidade de Tenente Laurentino Cruz sobre o Turismo e suas diferentes variáveis de percepção. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Uma vez que dentre as respostas concedidas, a associação do Turismo com desenvolvimento local obteve a maior ocorrência entre todos os segmentos sociais contemplados na pesquisa, isto leva a crer que esta resposta pressupõe a carência do município no que concerne a alternativas econômicas que gerem emprego e renda para a população local, além da pouca visibilidade que o município exerce sobre a região do Seridó.

Ademais, os entrevistados acreditam que com o Turismo, os serviços como saúde, transporte, educação e infra-estrutura urbana e paisagística serão melhorados. Isso pode ser constatado na fala de um secretário municipal, ao afirmar que *“com o Turismo haverão investimentos e valorização da riqueza oriunda do próprio município”*, e de um entrevistado da população urbana, que vê no Turismo *“uma forma de atrair pessoas, investimentos e renda”*.

O Turismo também foi associado a aprendizado e conhecimento, sendo o segundo conceito mais respondido pelos segmentos entrevistados. Isto leva a crer que os entrevistados acreditam que a realização de viagens para outros

lugares aumenta as possibilidades de contato e conhecimento com novas pessoas, culturas e experiências.

g) Distribuição dos entrevistados quanto à opinião sobre a geração de benefícios e melhorias gerados pelo Turismo para a localidade

Com o intuito de verificar se os entrevistados acreditam que o Turismo pode gerar melhorias e benefícios para o município de Tenente Laurentino Cruz, foi possível conhecer se os mesmos percebem o Turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico local, e neste sentido, quais são os benefícios por ele gerados. Assim, este questionamento objetivou explorar a percepção dos entrevistados quanto à geração de benefícios coletivos advindos com o Turismo. Tais opiniões estão expressas nas Figuras 11 e 12.

A Figura 11 apresenta os dados que permitem constatar que a grande maioria dos entrevistados vê no Turismo uma possibilidade de desenvolvimento local, trazendo melhorias e benefícios para o município de Tenente Laurentino Cruz, uma vez que os 51 jovens e adolescentes entrevistados afirmaram que o Turismo pode trazer benefícios para Tenente Laurentino contra apenas 2 que responderam negativamente, 57 da população urbana e da população rural apresentaram a mesma resposta, seguido de 36 comerciantes, 19 professores e 05 secretários municipais que também acreditam no Turismo como gerador de benefícios coletivos. A pesquisa realizada por Hoeffel *et al* (2008) sobre a percepção ambiental de diferentes grupos junto ao espaço natural da APA do Sistema Cantareira, coincidiu com as respostas desta investigação, uma vez que dentre os segmentos pesquisados, a maioria dos entrevistados acreditam que o desenvolvimento do Turismo possui aspecto positivo, por gerar emprego e renda, além de dinamizar a cidade ou as áreas rurais.

No entanto, tal questão deve ser analisada, uma vez que o fator econômico tem sido a razão para que muitas regiões turísticas explorem exaustivamente os recursos naturais, sem que os atores sociais envolvidos preocupem-se ou percebam que, neste processo, estão comprometendo as possibilidades para o desenvolvimento local.

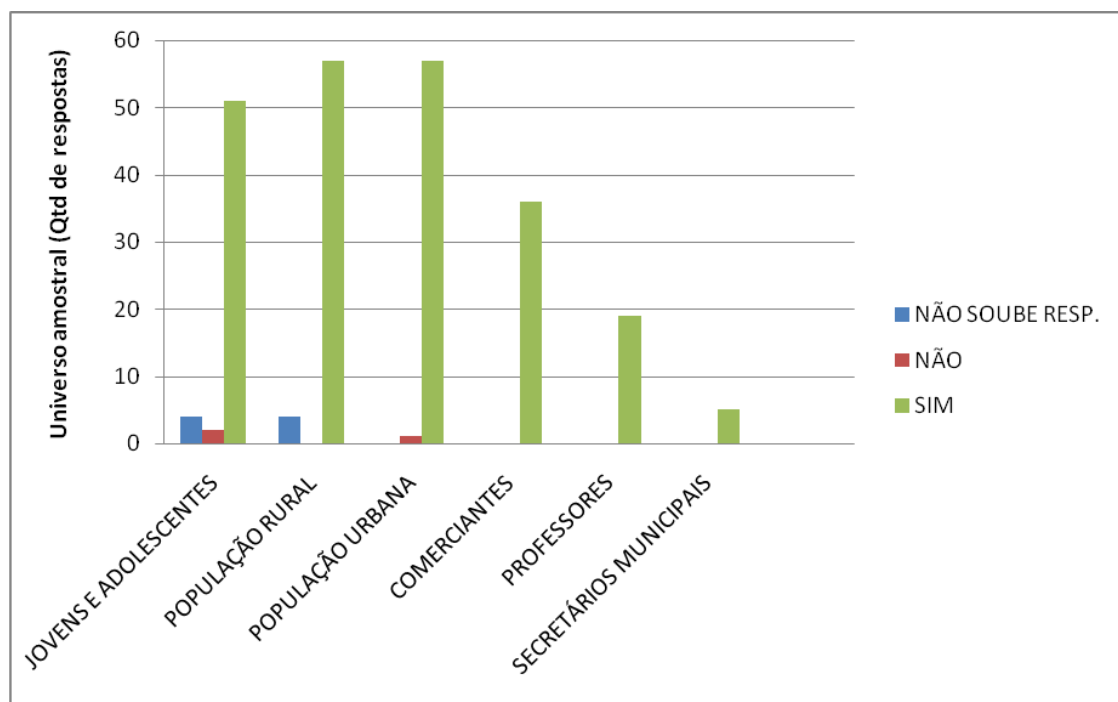


Figura 11 – Percepção dos entrevistados sobre a geração de benefícios e melhorias gerados por meio do Turismo para a comunidade de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: pesquisa direta, 2010.

h) Opinião dos entrevistados de quais são os benefícios gerados pelo Turismo

Dentre as respostas ao questionamento de quais são os benefícios advindos com o Turismo, a geração de desenvolvimento para o município foi a que obteve a maior ocorrência dentre todos os segmentos sociais contemplados na pesquisa, com 133 respostas. A “valorização e a maior visibilidade do município” em nível regional e estadual foi a segunda resposta mais contemplada pelos segmentos jovens e adolescentes (14 respostas), comerciantes (08 respostas), professores (6 respostas) e secretários municipais (02 respostas).

Conforme se constatou, para todos os segmentos sociais, o Turismo pode gerar desenvolvimento local através da inserção de novas alternativas econômicas, bem como da melhoria da infra-estrutura local e neste sentido, melhoria de vida para os habitantes do município. Isto pode ser detectado

também na fala de um entrevistado da zona rural, que ressaltou que o Turismo *“vai melhorar a estrutura do município para receber pessoas de fora”*, e de outro entrevistado do segmento jovens e adolescentes, que acredita que *“com o Turismo vai aparecer mais comerciantes, fábricas, órgãos governamentais e aumentar a habitação e a entrada de recursos.”* Também um entrevistado, pertencente ao grupo dos secretários municipais afirmou da *“Necessidade econômica, sustentabilidade do município e desenvolvimento cultural”*, carências que podem ser atendidas pelo Turismo. Para a comunidade de Ilhéus - BA, o Turismo também se apresenta como um indutor de benefícios para a comunidade, uma vez que 85% dos entrevistados em pesquisa semelhante sobre Turismo, afirmaram que o Turismo gera benefícios para a cidade, devido a sua capacidade de gerar empregos, aumentar o ingresso de divisas e dinamizar o comércio (NOIA, ÁVILA e MIDDLEJ, 2009).

Os comerciantes, jovens e adolescentes, professores e secretários municipais também ressaltaram que com o Turismo, *“a cidade ficará mais valorizada e conhecida”*. Isto remete ao fato de que Tenente Laurentino Cruz, apesar da riqueza natural e paisagística que dispõe, bem como da produção e exportação de frutas para outros estados brasileiros, ainda é pouco conhecido e valorizado no cenário econômico e turístico regional e estadual. A população sente-se desvalorizada e demonstra a importância de sentir seu município reconhecido, o que pode ser constatado nas falas de um secretário municipal que afirmou *“muita gente do Estado nem sabe que a gente existe”*, bem como de um comerciante local que afirmou *“aqui tem pontos que precisam ser mais valorizados”*. Assim, para a maioria dos entrevistados, o Turismo além de ser fonte de emprego e renda, pode gerar outros benefícios como a valorização e o reconhecimento do município e de sua população.

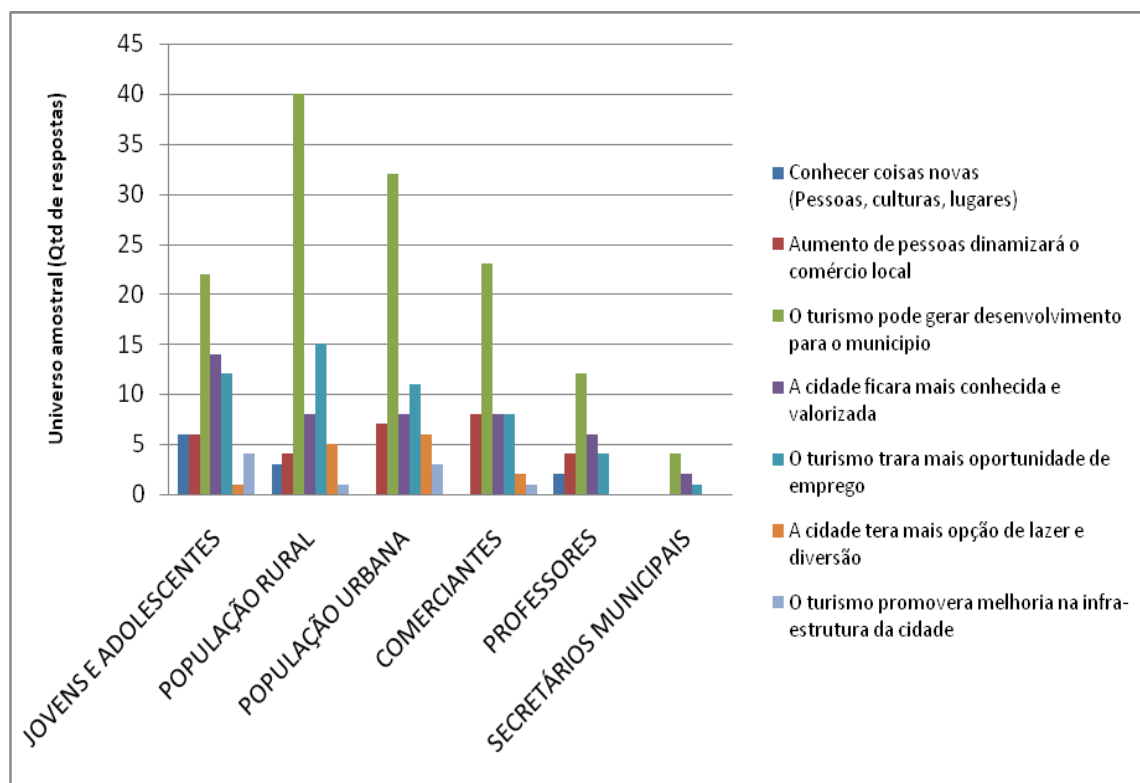


Figura 12 – Percepção dos entrevistados sobre os tipos de benefícios e melhorias resultantes do desenvolvimento do Turismo no município de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: pesquisa direta, 2010.

i) Distribuição dos entrevistados quanto à geração de benefícios pessoais do Turismo

Esta pergunta buscou conhecer a percepção dos entrevistados quanto ao Turismo como indutor de melhorias e benefícios individuais. As respostas apontam que os entrevistados, em todos os segmentos envolvidos na pesquisa, percebem o Turismo como um gerador de benefícios pessoais, tendo em vista que 220 entrevistados afirmaram ser bom para os mesmos se o Turismo se desenvolver na cidade, contra 9 entrevistados que responderam tal questionamento negativamente, conforme constatado na Figura 13.

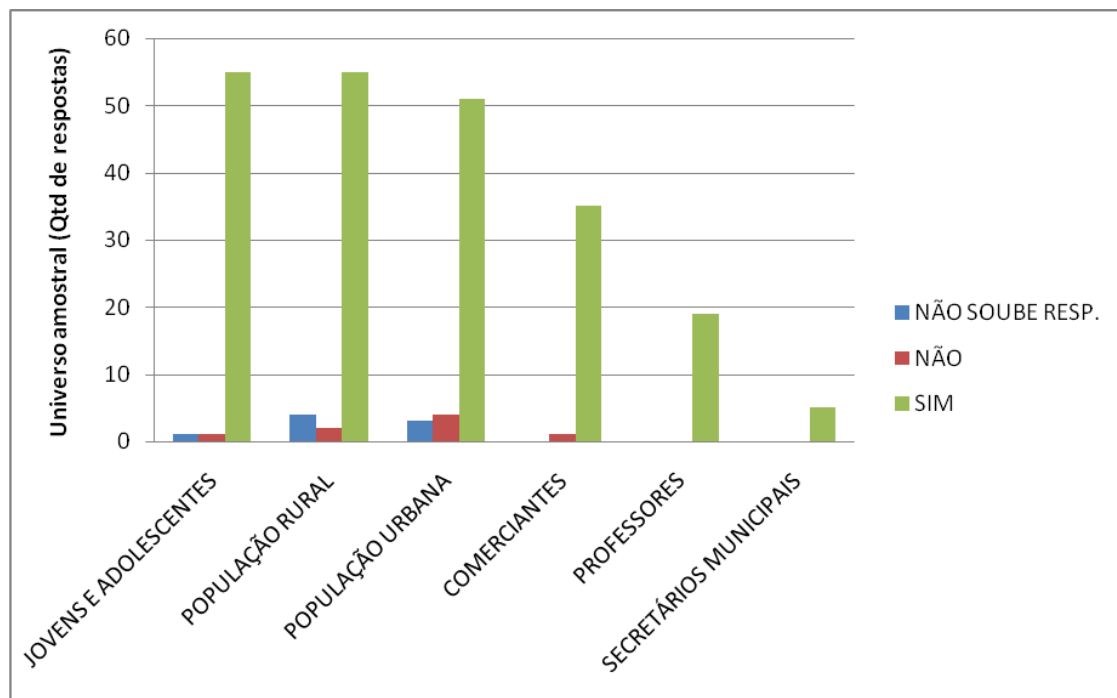


Figura 13 – Percepção dos entrevistados sobre a possibilidade de geração de benefícios e melhorias para cada indivíduo, por meio do Turismo. Fonte: pesquisa direta, 2010.

Para um melhor entendimento da percepção dos entrevistados quanto ao Turismo como indutor de benefícios individuais, perguntou-se aos que responderam afirmativamente o *porquê* de ver o Turismo como gerador de aspectos positivos para os mesmos. As respostas seguem na Figura 14.

j) Benefícios pessoais gerados pelo Turismo segundo percepção dos entrevistados

Para os jovens e adolescentes e a população rural, o maior acesso ao mercado de trabalho através da ampliação das “oportunidades de emprego” é o principal benefício que o Turismo pode trazer para os mesmos. A população urbana, os professores, e os secretários municipais ressaltaram que através do “desenvolvimento socioeconômico do município” os benefícios do Turismo recairão sobre eles próprios. Já os comerciantes, até pela necessidade de novas formas de venda e consolidação do comércio local, viram no Turismo uma alternativa para o aumento das vendas ao responder que o mesmo

“dinamizará o comércio local”. Ressalte-se que cada entrevistado pôde ter apresentado mais de uma resposta, de acordo com Figura 15.

Uma vez que a população rural e os jovens e adolescentes afirmaram que o Turismo “trará mais oportunidades de emprego” para os mesmos, e se levado em conta que a economia do município de Tenente Laurentino Cruz está baseada na agricultura, no comércio local e no serviço público, pode-se inferir que tal percepção do Turismo apresentada pelos jovens e adolescentes e os filhos dos agricultores foi construída também a partir de um desejo de ter maiores oportunidades de se inserir no mercado de trabalho local. Ressalte-se que na zona rural, as famílias são geralmente muito numerosas e a pequena propriedade agrícola na maioria das vezes não comporta a manutenção de um extenso núcleo familiar. Ademais, os entrevistados disseram que os produtos da agricultura local são vendidos a preços muito baixos e com a presença de atravessadores, o que desvaloriza ainda mais o valor da produção agrícola. Além disso, a população jovem vem deixando gradativamente o meio rural devido à falta de ocupação e renda e porque hoje “o sistema de educação formal prepara o jovem para sair do meio rural, sem conseguir preparar sua juventude para assumir o papel no meio onde ele vive” (BRASIL, 2006, p.06).

Tal opinião quanto aos benefícios gerados pelo Turismo corresponde à visão apresentada pela comunidade litorânea que vive próximo à Barra Grande\PI, e que ainda não tem o Turismo desenvolvido na localidade. Neste sentido, 92% dos entrevistados afirmaram que através o desenvolvimento turístico local, haverá aumento da oferta de emprego e renda e 77% disseram o aumento da oferta de serviços (CARVALHO, 2010).

Para a população urbana, os professores e os secretários municipais, o Turismo é “outra opção de lazer e entretenimento para a população local”, uma vez que o município não dispõe de espaços de lazer tais como teatro, cinema, quadra poliesportiva, clubes, e demais locais de encontro e confraternização. Na verdade, a cidade dispõe de apenas uma praça como equipamento de lazer. Este fato pode contribuir para o elevado índice de uso de bebidas alcoólicas por jovens e adolescentes do município, fato constatado em conversas informais

com os moradores locais. Segundo fala de um entrevistado da população urbana "A gente teria mais lazer porque as pessoas não precisariam se deslocar para outras cidades". Já os comerciantes vêem o Turismo como dinamizador do comércio local, ao afirmar, por exemplo, que "pessoas de fora vai aumentar o consumo interno do município, principalmente no comércio".

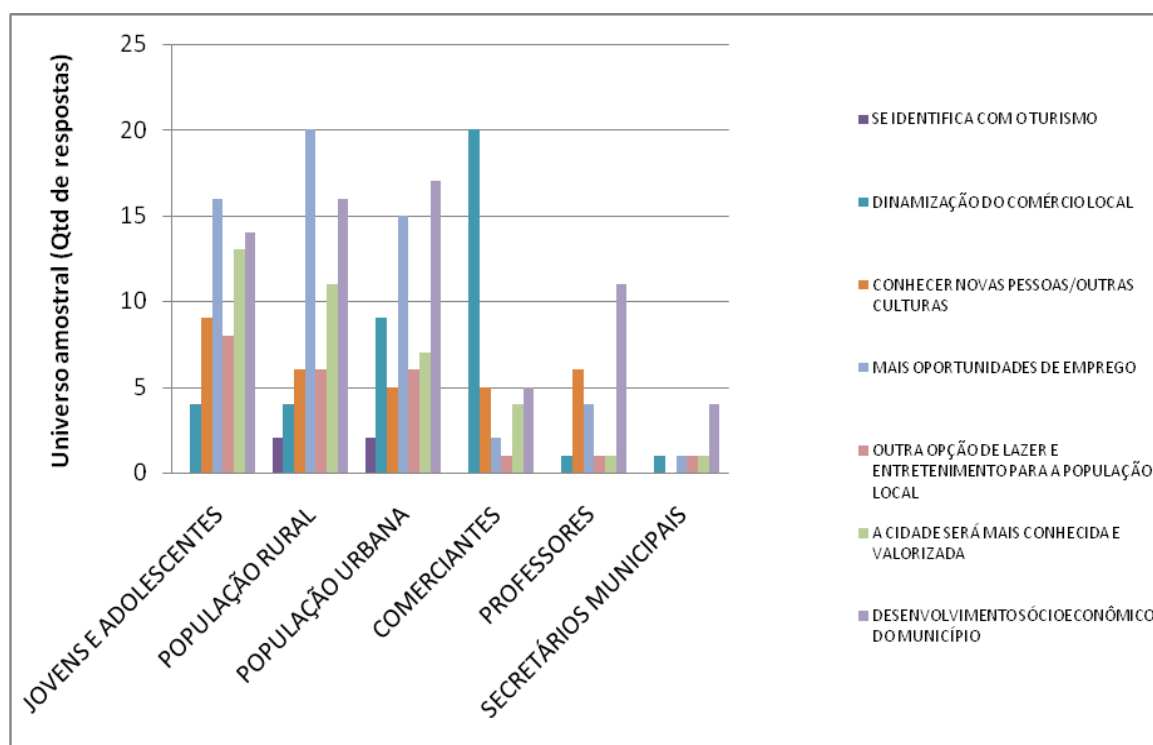


Figura 14 – Tipos de benefícios pessoais gerados pelo Turismo de acordo com a percepção dos entrevistados. Fonte: pesquisa direta, 2010.

Se comparado estas respostas a pesquisa com trabalhadores de empresas turísticas instaladas em comunidades rurais no estado de Puebla - México, verifica-se que os mesmos percebem o Turismo de forma similar aos entrevistados da comunidade de Tenente Laurentino Cruz. Os dados mostram que os entrevistados na pesquisa mencionada percebem como benefícios advindos através do Turismo primeiro o aspecto econômico (41%), através do dinheiro que receberam com a venda dos produtos e serviços turísticos, seguido dos benefícios pessoais, fruto de um maior conhecimento e aprendizado adquiridos em capacitações nas empresas de Turismo e por fim, lembraram também da oportunidade de conhecer pessoas novas (SERRANO *et al*, 2010).

l) Distribuição dos entrevistados quanto à opinião sobre a geração de impactos negativos gerados pelo Turismo para a localidade

Este questionamento objetivou conhecer a opinião dos entrevistados sobre os problemas que o Turismo pode trazer para o município. Pôde-se também saber o nível de conhecimento da comunidade local sobre o Turismo e suas conseqüências negativas quando o mesmo é desenvolvido sem o devido planejamento e sob os auspícios da exploração dos recursos naturais.

Quando questionados sobre se o Turismo pode gerar problemas para o município, a grande maioria dos entrevistados respondeu que o Turismo não causa problemas. Em termos quantitativos, no segmento “jovens e adolescentes” 32 entrevistados responderam que acham que o Turismo não causa problemas, no segmento “população rural” 21 entrevistados tiveram a mesma resposta, seguido do segmento “população urbana” com 25 respostas, comerciantes 23 respostas, 01 resposta no segmento “professores”, conforme Figura 15. Tais respostas diferem das apresentadas pela comunidade litorânea próxima a Barra Grande\PI, cujos entrevistados, em sua maioria (53%), afirmaram acreditar que o Turismo gera impactos negativos, contra 28% que acreditam na não ocorrência de aspectos negativos advindos com o Turismo (CARVALHO, 2010, p.487) Ressalte-se que esta comunidade ainda não vivencia o Turismo em sua dinâmica, mais já dispõe desta visão mais realista sobre as implicações causadas pelas atividades turísticas.

Ficou evidenciado, através deste questionamento, que a grande maioria dos entrevistados nos segmentos jovens e adolescentes, população rural, população urbana e comerciantes de Tenente Laurentino Cruz não vê o Turismo como causador de problemas para o município. Isso leva a importância de se promover junto à comunidade local oficinas de capacitação sobre Turismo e suas implicações, bem como palestras e reuniões de sensibilização quanto à importância de um planejamento prévio do Turismo e como atuar para prever, acabar ou pelo menos minimizar os impactos negativos. Tais oficinas e reuniões podem promover relevantes benefícios, uma vez que “a identificação dos valores e expectativas da população contribui para o planejamento do

Turismo, para a qualidade dos serviços, para o gerenciamento dos conflitos, reduzindo os impactos negativos do Turismo no espaço, na cultura e na vida cotidiana” (NOIA, AVILA e MIDDLEJ, 2009, p. 635).

É necessário sublinhar também que a resposta “pode ocorrer impactos se não houver planejamento” demonstra o conhecimento e a preocupação dos entrevistados quanto à necessidade de um planejamento prévio do Turismo para que ocorra a minimização dos impactos negativos gerados por tal atividade. Dentre os entrevistados que apresentaram esta preocupação, estão 02 jovens e adolescentes, 04 entrevistados da população rural, 03 comerciantes, 02 professores e 1 secretário municipal, realçando a necessidade do planejamento como estratégia de minimização de impactos negativos, conforme constatado na fala de um professor “*deve ser uma atividade bem planejada e bem fiscalizada*”.

Cabe lembrar que em localidades onde o Turismo se desenvolveu com a ausência de um planejamento prévio, os impactos negativos se sobrepõem aos benefícios. Nestes destinos, inicialmente, o Turismo se apresentou como uma alternativa atraente para o desenvolvimento do município, e a comunidade só percebeu os benefícios, principalmente na economia que se encontrava estagnada. “Após o rápido crescimento da atividade turística, devido à falta de planejamento, infra-estrutura e mão de obra qualificada, o Turismo como uma indústria de várias chaminés revelou as suas outras faces” (OLIVEIRA, 2007, p.195).

Também houve entrevistados que responderam não lembrar ou não saber responder que impactos negativos o Turismo pode gerar, a saber: 11 jovens e adolescentes, 05 da população rural e 03 da população urbana.

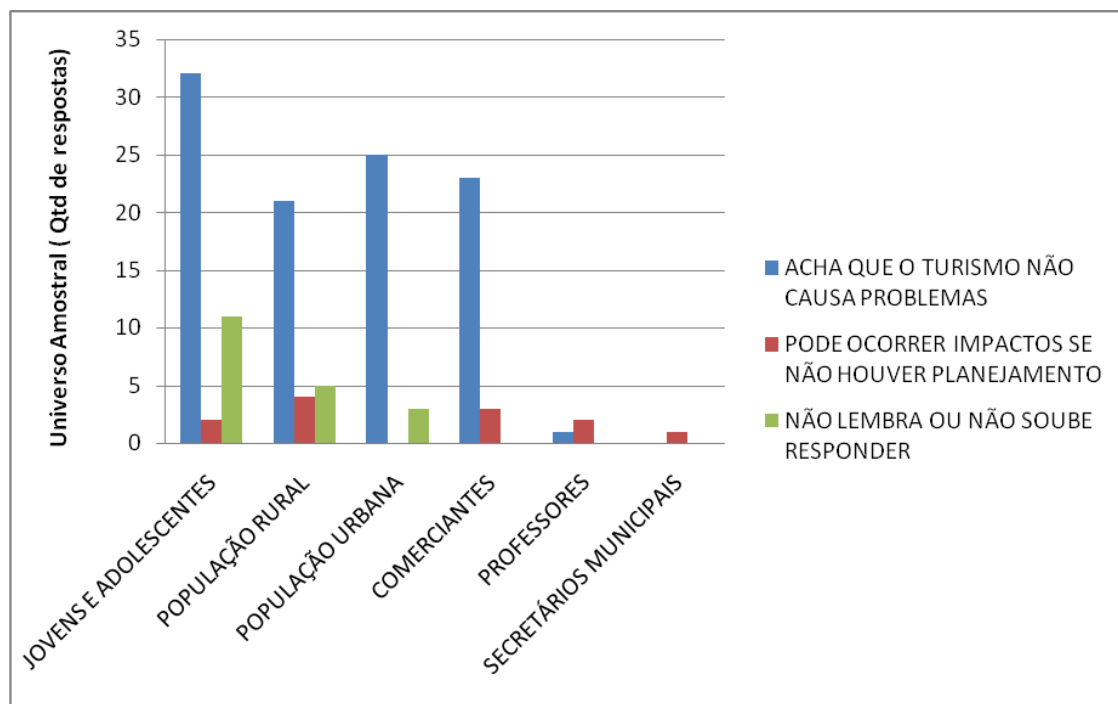


Figura 15 – Percepção dos entrevistados quanto à geração de impactos negativos pelo Turismo em localidades turísticas. Fonte: pesquisa direta, 2010.

Face ao exposto, apesar da grande maioria dos entrevistados em todos os segmentos acreditarem que o Turismo não causa impactos negativos, houve respostas que enfatizaram a ocorrência de impactos negativos gerados pelo Turismo. Cabe lembrar que uma mesma pessoa pode ter apresentado mais de um impacto negativo, o que permitiu a elaboração de um gráfico com múltiplas respostas. Os impactos negativos apresentados recaíram sobre os subsistemas ecológico e social. No subsistema ecológico as respostas foram divididas nos ambientes terra, água e ar, conforme Figuras 16, 17, 18.

m) Impactos negativos no ambiente Terra

No ambiente Terra, a “degradação dos solos por deposição inadequada dos resíduos sólidos” foi a que obteve a maior frequência de respostas. Ressalte-se que nesta resposta, as pessoas lembravam que se os turistas não forem educados para o Turismo, elas tendem a jogar lixo e outros materiais descartáveis no ambiente, ao realizar trilhas e outras atividades de lazer. Além disso, houve a preocupação com a coleta e o despejo inadequados de lixo

urbano, que no município é depositado em áreas naturais próximas a área urbana, a exemplo do “lixão” que já existe no local.

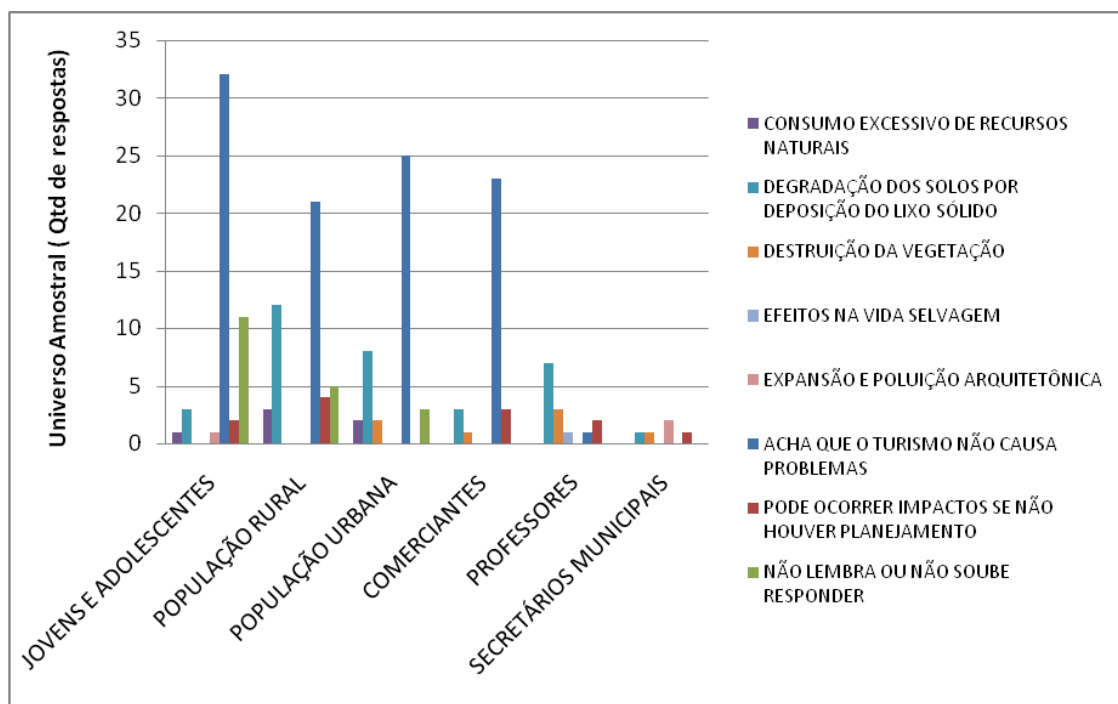


Figura 16 - Tipos de impactos gerados pelo Turismo no ambiente Terra, a partir da percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: pesquisa direta, 2010.

n) Impactos negativos nos ambientes Ar e Água

Nos ambientes ar e água, os jovens e adolescentes (03 respostas) e a população rural (01 resposta), lembraram a “emissão de poluentes” seguido pela “poluição e contaminação do ar e das águas pelo lixo e materiais tóxicos” (01 resposta). Os entrevistados lembravam que o aumento de carros transitando na localidade pode acrescer a emissão de gases na atmosfera. Já o aumento de casas de veraneio e de equipamentos de hospedagem pode gerar o acréscimo de emissão de esgotos dos mananciais de água.

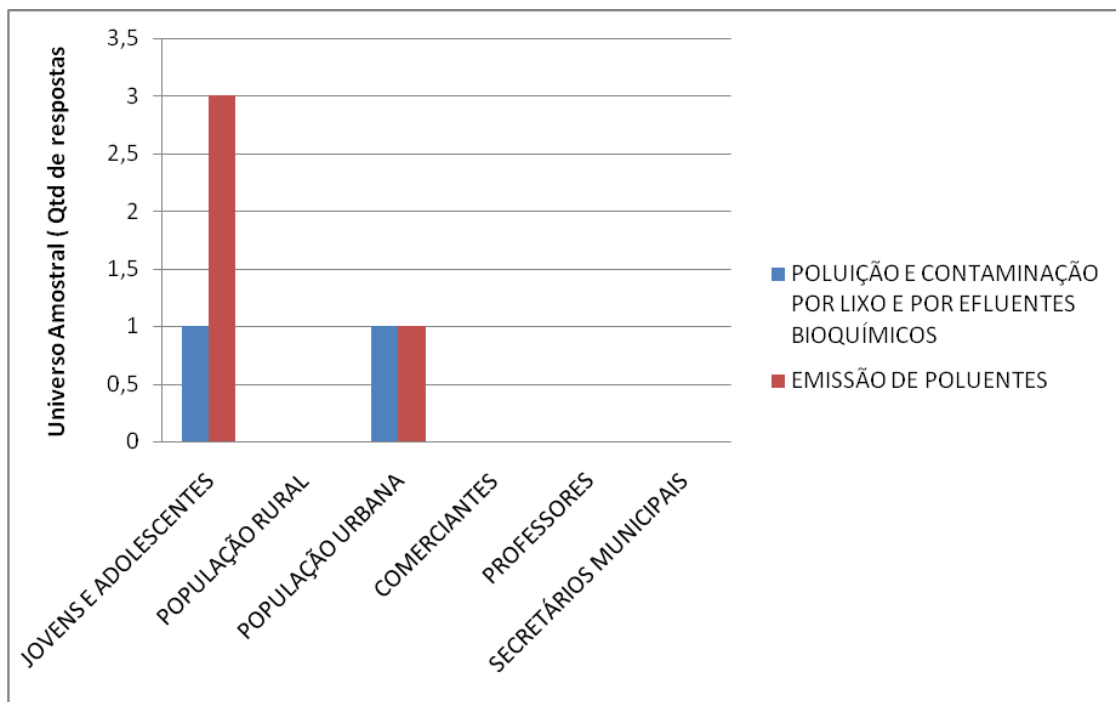


Figura 17 - Tipos de impactos gerados pelo Turismo nos ambientes água e ar, de acordo com a percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

o) Impactos negativos no subsistema social

Ressalte-se nestas respostas o medo dos moradores quanto à inserção de problemas sociais em sua dinâmica, advindos com o Turismo. Nos segmentos jovens e adolescentes e população rural, a “banditagem e violência” foram os mais citados, com 10 e 13 respostas respectivamente. Cabe lembrar que este último segmento, ainda dispõe de uma vida tranqüila e neste sentido, estes problemas sociais afetarão diretamente a sua vida pacata.

Já no segmento população urbana, os problemas sociais mais citados foram “prostituição e pedofilia” e “preconceito com a população local”, ambos com 19 respostas. De qualquer modo, estas são realidades que as cidades, mesmo pequenas, já enfrentam, sendo, portanto, um problema que os mesmos já conhecem.

Quanto aos comerciantes, estes destacaram as “drogas e o tráfico”, 04 respostas, e os secretários municipais a “prostituição e a pedofilia”, com 02 respostas. Os professores lembraram a “bandidagem e violência” e a “prostituição e pedofilia”, com 06 respostas. Mesmo não sendo o mais citado em todos os segmentos investigados, também houve pessoas que ressaltaram a incidência de outras “doenças” na localidade.

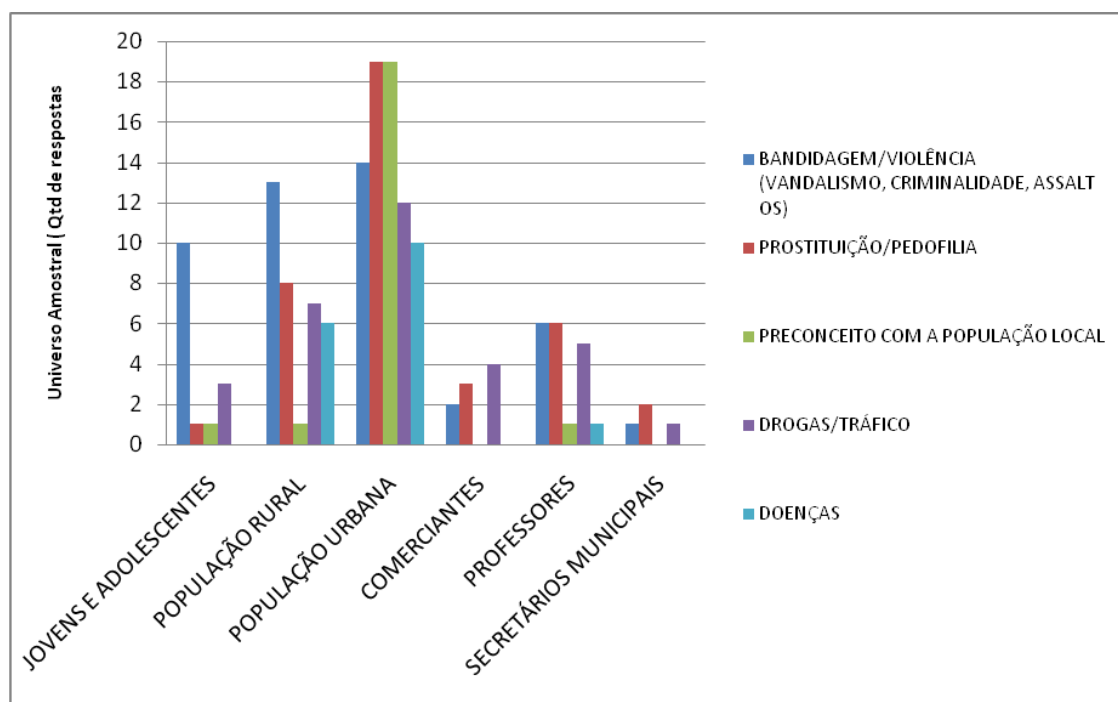


Figura 18 – Tipos de impactos gerados pelo Turismo no subsistema social, de acordo com percepção dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

p) Distribuição dos atrativos naturais

Um aspecto relevante para esta pesquisa foi a preocupação em estimular a própria comunidade para que esta referendasse os elementos que compõem a sua riqueza natural e cultural e que podem ser utilizados pelo Turismo, caracterizando-se como um mapeamento dos atrativos naturais e culturais da localidade, tendo em vista que ninguém melhor que a população local para apresentar a riqueza natural e a beleza paisagística do município. Este questionamento buscou conhecer o nível de valorização que os

entrevistados apresentam junto aos aspectos naturais e culturais de sua dinâmica, verificando se os entrevistados apresentam uma relação topofílica com o seu local de moradia. As respostas correspondem na Figura 19.

Os aspectos da riqueza natural e cultural local foram divididos em quatro segmentos, a saber: atrativos naturais, construções de valor arquitetônico ou histórico, aspectos da dinâmica econômica local e manifestações culturais. Cada entrevistado podia citar mais de um atrativo, o que possibilitou o conhecimento de múltiplos aspectos da natureza e da cultura local, bem como a formulação de gráficos de múltiplas respostas.

Tendo em vista a localização privilegiada de Tenente Laurentino Cruz, os mirantes localizados na zona rural do município foram os aspectos naturais mais apontados por todos os segmentos entrevistados, com 112 respostas. Outro aspecto significativamente lembrado por todos os segmentos foi a árvore conhecida entre a população local como pau do oco, seguido das trilhas ecológicas, com destaque para a trilha do Capim-Açu. Assim, para os entrevistados, os recursos naturais foram os atrativos turísticos mais relevantes a serem utilizados para desenvolver o Turismo em Tenente Laurentino Cruz..

Tais dados são similares aos detectados em pesquisa realizada no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, cuja investigação buscou avaliar a percepção da importância que os moradores locais, principalmente os produtores agrícolas, estabelecem com seus recursos naturais. Ao serem questionados sobre os atrativos locais potenciais para o desenvolvimento do Turismo, os entrevistados ressaltaram a paisagem, a diversidade florística e faunística característica do Serrado e as pequenas propriedades como recursos para o Turismo Rural na localidade (ARRUDA, VILANOVA e CHICHORRO, 2008).

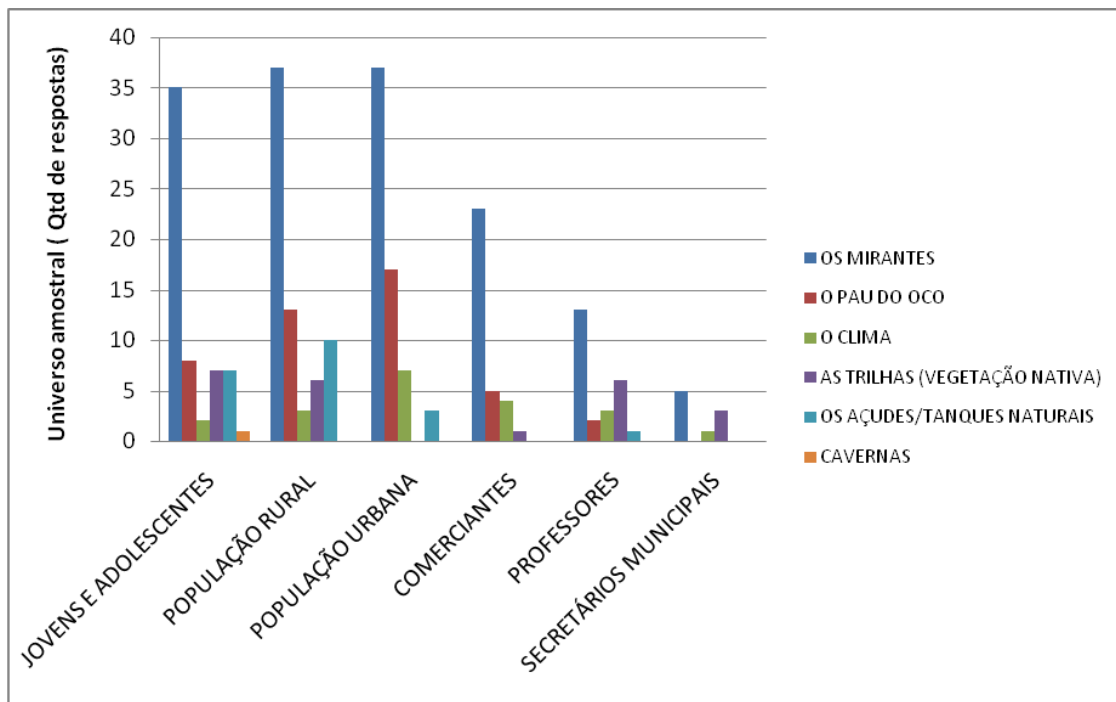


Figura 19 – Percepção dos entrevistados quanto aos atrativos turísticos naturais existentes em Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município. Fonte: Pesquisa direta, 2010

q) Distribuição das construções de valor arquitetônico ou histórico

O casarão da família dos “Capitão” caracteriza-se como relevante ícone para a história da comunidade local, inclusive por guardar objetos e móveis antigos que podem servir como museu para o município e local de visitação de turistas, caracterizando-se também como a única constru o antiga, onde as pessoas da comunidade reconhecem guardar traços de sua história e de sua cultura. Neste sentido, este casarão antigo é o prédio de valor arquitetônico e histórico mais citado por todos os segmentos entrevistados, com 102 respostas. Em seguida estão as igrejas locais e a praça, conforme Figura 20.

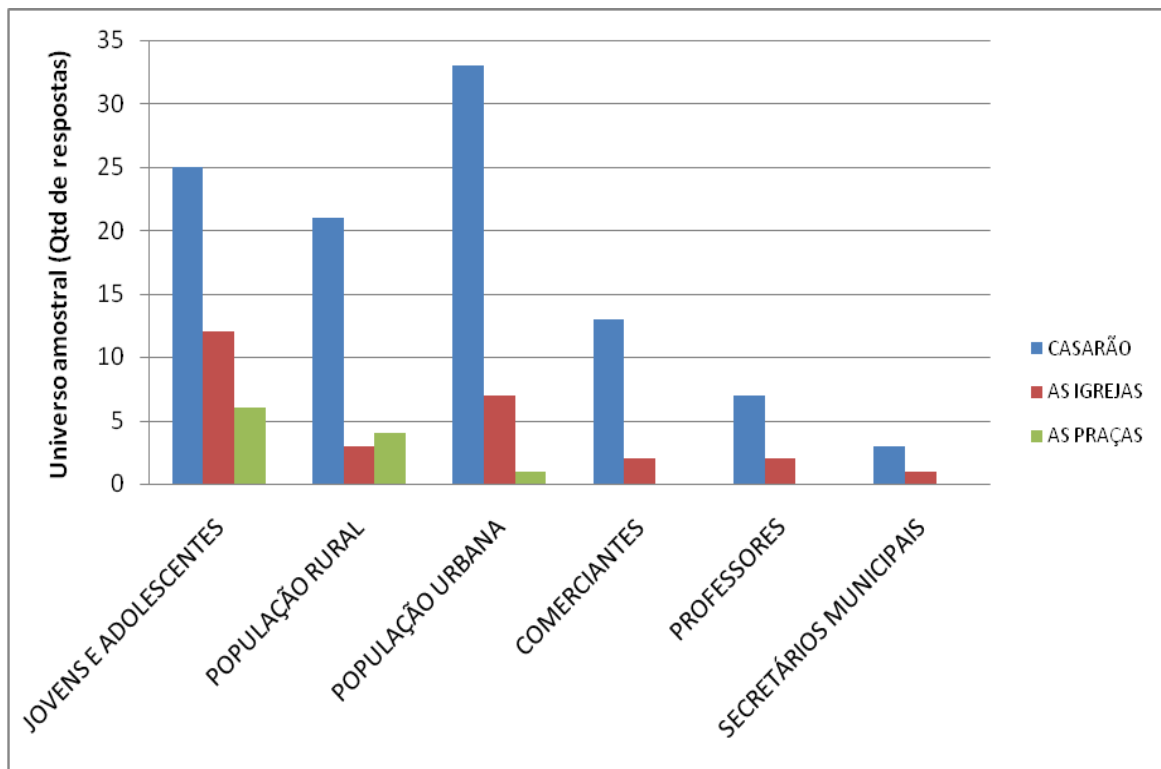


Figura 20 – Percepção dos entrevistados quanto aos atrativos turísticos de valor arquitetônico e histórico existentes em Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento do Turismo no município. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

r) Distribuição dos aspectos da dinâmica econômica local

O Turismo Sertanejo utiliza as características da vida do homem do sertão como principal atrativo para o desenvolvimento turístico. Neste sentido, os “sítios de frutas” foram os aspectos econômicos locais mais citados pelos segmentos entrevistados. Em seguida os entrevistados citaram as “casas de farinha, conforme Figura 21.

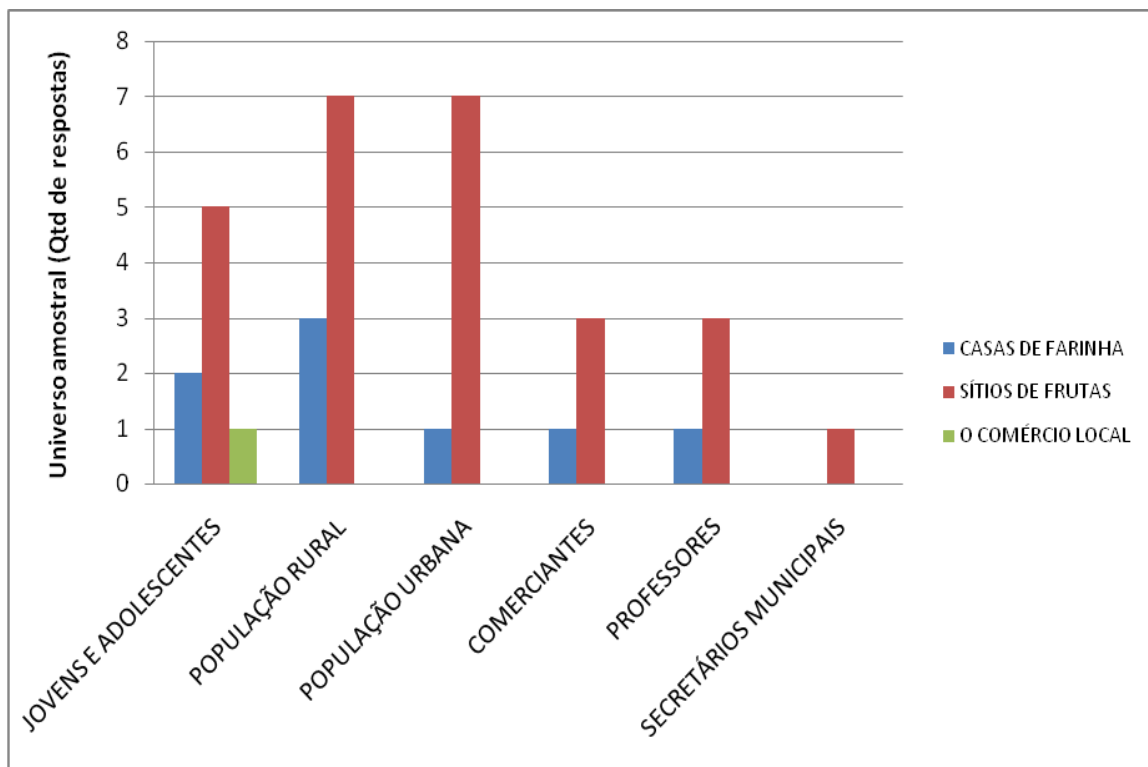


Figura 21 – Percepção dos entrevistados quanto aos aspectos econômicos de Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

s) Distribuição das manifestações culturais

As festas dos padroeiros da cidade foram as manifestações culturais que mais obtiveram visibilidade dentre todos os segmentos sociais, apresentando 26 respostas. Outra festa ressaltada pelos entrevistados que pode servir como atrativo cultural local são os festejos juninos, seguidos pelas pinturas rupestres, conforme Figura 22.

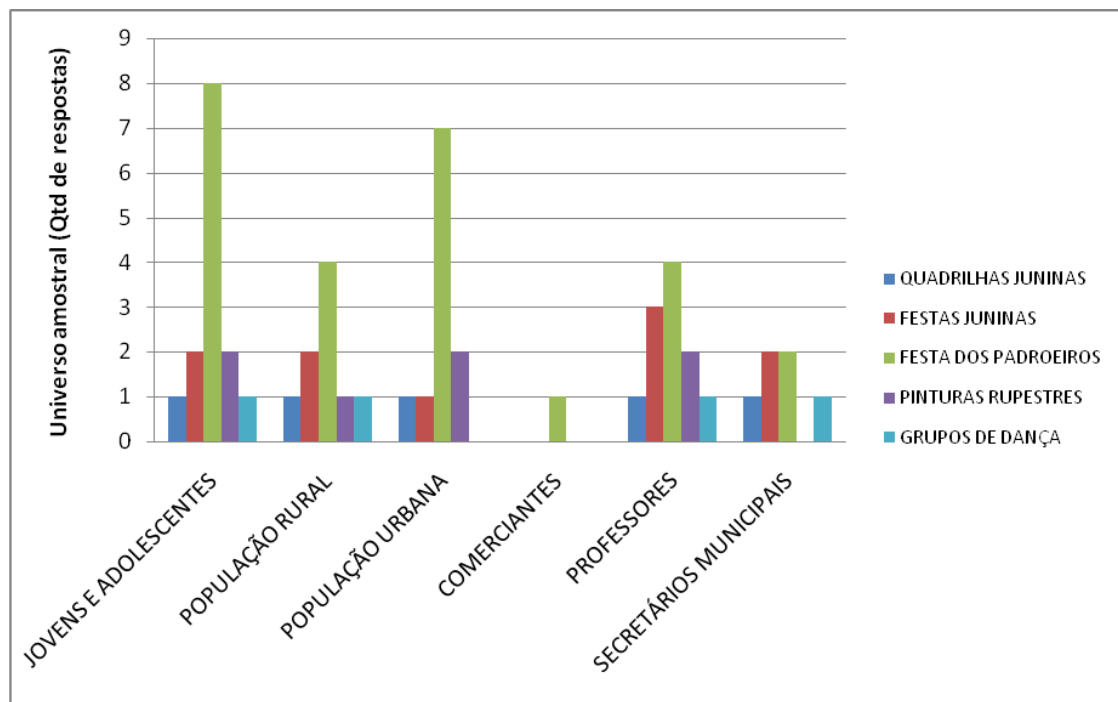


Figura 22 – Percepção dos entrevistados quanto aos patrimônios histórico-culturais de Tenente Laurentino Cruz que podem ser utilizados para o desenvolvimento turístico do município. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Ressalte-se também que alguns dos entrevistados responderam que o município não dispõe de nada interessante ou bonito que possa servir de atrativo para o desenvolvimento do Turismo na localidade. Em termos quantitativos, no segmento jovens e adolescentes 7 dos entrevistados apresentaram esta resposta. No segmento população rural 2 pessoas responderam da ausência de atrativos no município, população urbana 4 pessoas com resposta semelhante, comerciantes 5 pessoas, e entre os professores 2 pessoas não percebem ou não valorizam os atrativos turísticos locais. Dentre os secretários municipais, não houve resposta quanto à ausência de atrativos no município de Tenente Laurentino Cruz.

É lícito supor que estes 20 entrevistados, ao responderem que o município não tem nada de bonito ou interessante para ser mostrado ou valorizado pelos turistas, não exercem a mesma relação topofílica com a paisagem que os demais entrevistados. Estas respostas podem ter ocorrido devido à cotidianidade, que não permite perceber a diversidade e o ineditismo dos atrativos locais, no caso dos jovens e adolescentes, professores e

população urbana; ou ainda a percepção da fauna, flora e paisagem natural somente como meio de trabalho e sustento, no caso da população rural. Resposta semelhante sobre a apreciação da paisagem circundante foi apresentada por um grupo tradicional de pescadores do Alto São Francisco, em Minas Gerais, que afirmaram manter o contato com as matas por dever da profissão (realizar a pesca), e em segundo lugar, para o lazer (NUNES e PINTO, 2007). Desse modo, os grupos tradicionais ou os grupos sociais que convivem diariamente em um espaço natural, na maioria das vezes apresentam uma visão simplista destes espaços, fruto das relações de trabalho e da cotidianidade que os mesmos exercem com os seus recursos naturais.

t) Distribuição das melhorias necessárias para o desenvolvimento do Turismo

Buscou-se conhecer a percepção da comunidade local quanto à capacidade de suporte dos serviços e equipamentos urbanos, tanto para atender a população residente, como para acolher os turistas. Ao serem questionados sobre o que precisa ser melhorado no município para que este se torne um município turístico, buscou-se apreciar a percepção da comunidade quanto ao seu ambiente construído, entendendo que qualquer localidade só será boa para o turista se atender as expectativas e necessidades de seus moradores.

Os jovens e adolescentes (18 respostas), a população rural (17 respostas) e população urbana (19 respostas) afirmaram que será necessário haver “melhoria dos pontos turísticos e atrativos da cidade”. Também os jovens e adolescentes (18 respostas), a população rural (16 respostas), a população urbana (11 respostas) e os professores (06 respostas) responderam a “criação de infra-estrutura turística, como a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes e áreas de lazer”, tendo em vista que mesmo o município dispondo de atrativos naturais e culturais potenciais, ainda não oferece equipamentos de hospedagem e lazer que atenda a demanda turística.

Já os comerciantes ressaltaram a importância de “divulgar mais a cidade” (07 respostas), bem como criar as instalações necessárias para receber turistas (07 respostas). Os professores se preocuparam com a “conscientização prévia e a capacitação da comunidade local sobre o Turismo” (06 respostas).

Os secretários municipais demonstraram preocupação com a oferta dos serviços e equipamentos urbanos do município, afirmando que será necessária a “melhoria da infra-estrutura urbana como educação, saúde, acesso e segurança” (03 respostas), uma vez que os equipamentos urbanos e serviços sociais em Tenente Laurentino ainda são insuficientes para atender a demanda local, o que gera maior preocupação caso ocorra o aumento de uma população flutuante advinda com o Turismo; e igualmente com a “criação de infra-estrutura turística na cidade” (06 respostas), de acordo com Figura 23.

Cabe lembrar que estas ações são necessárias, mas a população não ressaltou a melhoria e a ampliação de seu sistema de saúde e de educação, e das vias de acesso à cidade, necessidades anteriores à melhoria da infra-estrutura turística, para que o município realmente se torne um município turístico. Acredita-se que esta percepção será estimulada quando a população for melhor orientada e capacitada quanto ao Turismo, pois vai entender que qualquer destino turístico será realmente sustentável e estruturado se pensar primeiro em melhorar a qualidade de vida de sua população local.

Tal percepção da necessidade de melhoria nos serviços sociais e infra-estrutura urbana foi detectada em pesquisa semelhante realizada em uma comunidade litorânea do Piauí. Para a comunidade de Barra Grande\PI, cujo Turismo já vêm apresentando índices de crescimento, os entrevistados quando questionados sobre as limitações locais para o desenvolvimento turístico, 79% apontaram as precárias condições de infra-estrutura urbana e turística, 65% afirmaram a inexistência de alguns serviços urbanos, 29% apontaram a falta de capacitação para atender o turista e 12% disseram a dificuldade de acesso à localidade (CARVALHO, 2010, p.486)

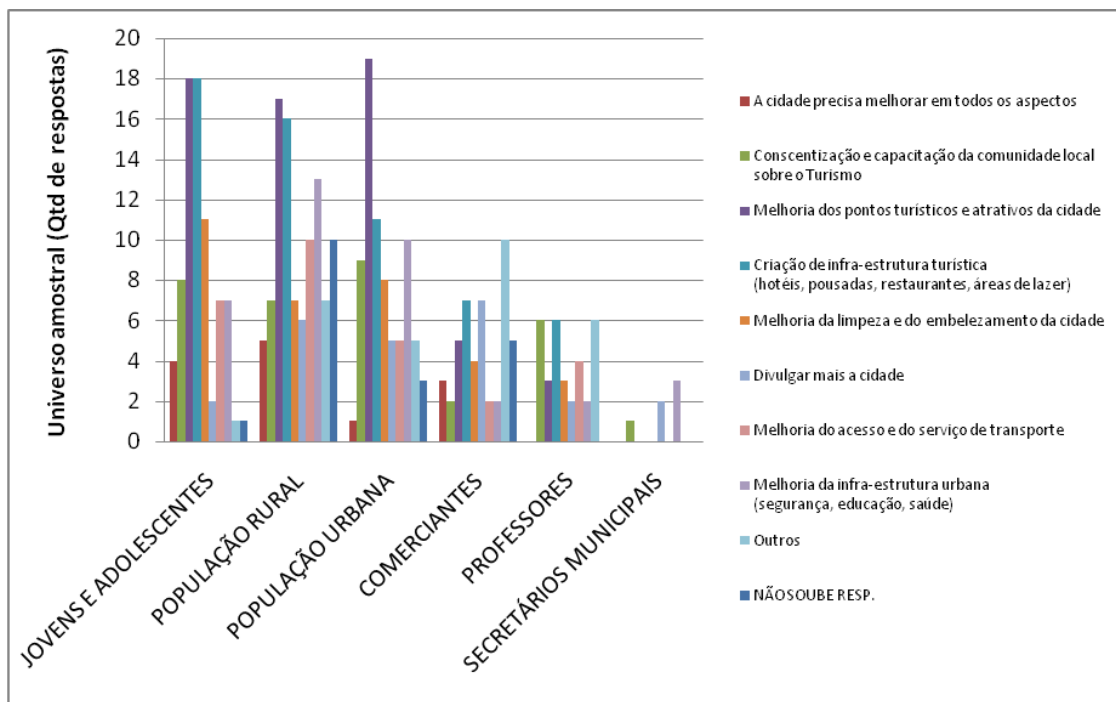


Figura 23 – Percepção dos entrevistados quanto às melhorias necessárias em Tenente Laurentino Cruz para o desenvolvimento do Turismo no município. Fonte: Pesquisa direta, 2010.

u) Distribuição dos entrevistados quanto ao nível de capacitação no Turismo

A dinâmica do Turismo, para se tornar sustentável e promover a participação efetiva da comunidade, requer a capacitação da comunidade local, tanto para atuar na área operacional, como no setor de planejamento e gestão do Turismo. Assim, buscou-se conhecer dentre os entrevistados moradores de Tenente Laurentino Cruz, quantas pessoas participaram de cursos, treinamentos ou capacitação, ou que tiveram algum contato com programas e projetos voltados ao Turismo.

Dentre os entrevistados, apenas 11 afirmaram ter participado de treinamento ou curso voltado para o Turismo. Dentre as atividades, ressalte-se a participação em palestras e reuniões voltadas ao Turismo de 01 jovem e adolescente, 03 membros da população urbana e 03 membros da população rural; e a participação de cursos promovidos pelo Banco do Nordeste, pela

Secretaria Municipal de Educação e na própria faculdade, de 4 professores. Os secretários municipais não foram questionados sobre a participação em capacitações, cursos ou treinamentos voltados para o Turismo. No entanto, perguntou-se aos mesmos se a secretaria que estes representam já promoveu alguma palestra ou curso na área. Dentre as secretarias pesquisadas, somente a Secretaria de Educação promoveu um mini curso no âmbito do Turismo. As respostas podem ser confirmadas conforme se observa na Figura 24.

Cabe lembrar que estas capacitações, além de ampliar as perspectivas de inserção da comunidade local nos postos de trabalho oferecidos pelo Turismo, também amplia a valorização desta comunidade para com seus espaços naturais, e a conscientização quanto à preservação destes recursos naturais. Tal afirmação pode ser corroborada em pesquisa de percepção ambiental com 02 grupos sociais sobre o reflorestamento em matas ciliares no Alto Rio São Francisco, que constatou que as percepções demonstradas por ambos os grupos revelaram o alto nível de importância que atribuíram à vegetação ciliar, nativa e reflorestada, para a manutenção da integridade ambiental dos ecossistemas aquáticos do qual fazem parte. Tais percepções foram estimuladas a partir das palestras e seminários realizados por organizações não governamentais – ONG's que atuam na perspectiva de educação ambiental para os pescadores locais, bem como pelas atividades executadas sobre o tema nas escolas (NUNES e PINTO, 2007).

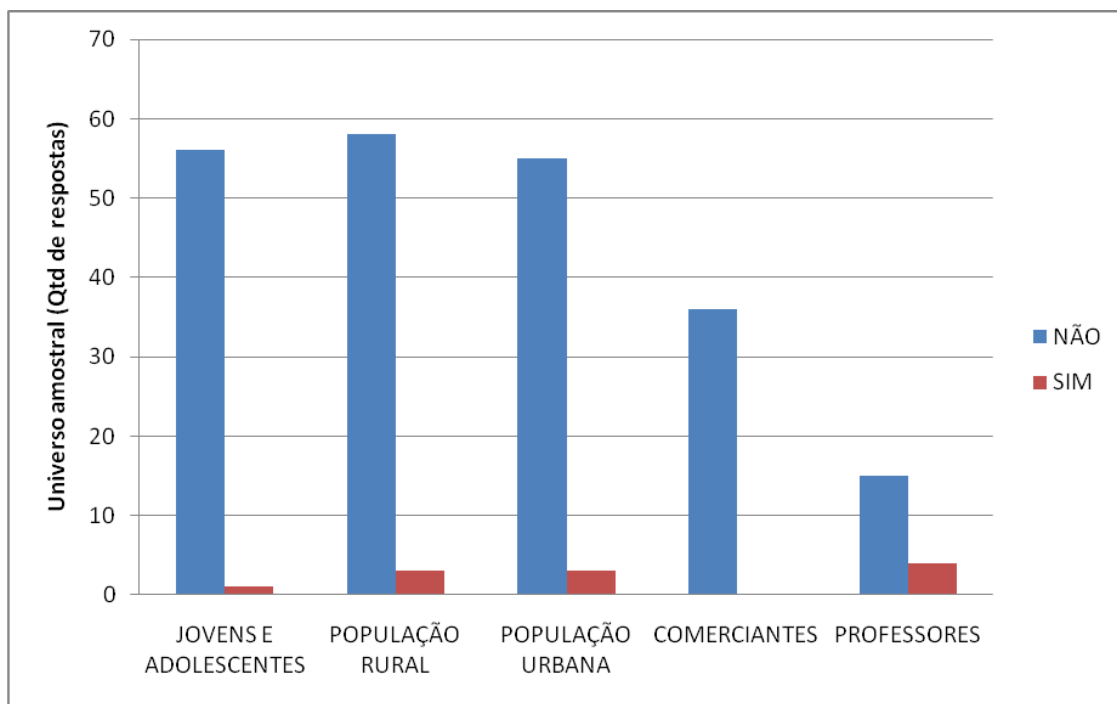


Figura 24 – Distribuição dos entrevistados quanto à participação em capacitação no âmbito do Turismo. Fonte: pesquisa direta, 2010.

v) Distribuição dos entrevistados quanto ao seu grau de interesse em participar ou atuar no Turismo

O desenvolvimento turístico, para que seja equitativo e participativo, requer primeiro que a comunidade local conheça o Turismo e suas interfaces, bem como se posicione no sentido de aceitar o Turismo e as mudanças ocasionadas pelo aumento de visitantes em sua localidade. Neste sentido, questionou-se junto aos entrevistados se os mesmos tinham interesse em trabalhar ou participar do Turismo, e em caso afirmativo, em que segmentos ou atividades os mesmos teriam interesse de participar e trabalhar neste setor. As respostas estão representadas nas Figuras 25 e 26. Na Figura 25, pode-se constatar que 125 entrevistados afirmaram ter interesse no Turismo.

Acredita-se que as respostas positivas a este questionamento foram baseadas na busca de novas perspectivas de trabalho para os jovens e adolescentes, população urbana e população rural, já que no município a entrada no mercado de trabalho ainda é muito restrita; bem como mais opções

de lazer e entretenimento para a comunidade local, uma vez que o Turismo trará novas pessoas e opções de entretenimento para o município.

Dentre os entrevistados, o segmento “população rural” demonstrou o maior interesse de trabalhar ou participar do Turismo, estimulando a instalação de atividades de Turismo Rural nos sítios e comunidade rurais existentes no município, até porque os moradores da área rural apresentam um sentimento de pertencimento que pode contribuir na elaboração e implementação de ações de planejamento sustentável (HOEFFEL *et al*, 2008). Ressalte-se que dentre todos os segmentos sociais a maioria dos entrevistados também demonstrou tal interesse, no entanto, o número de pessoas que apresentaram uma resposta negativa também foi representativo.

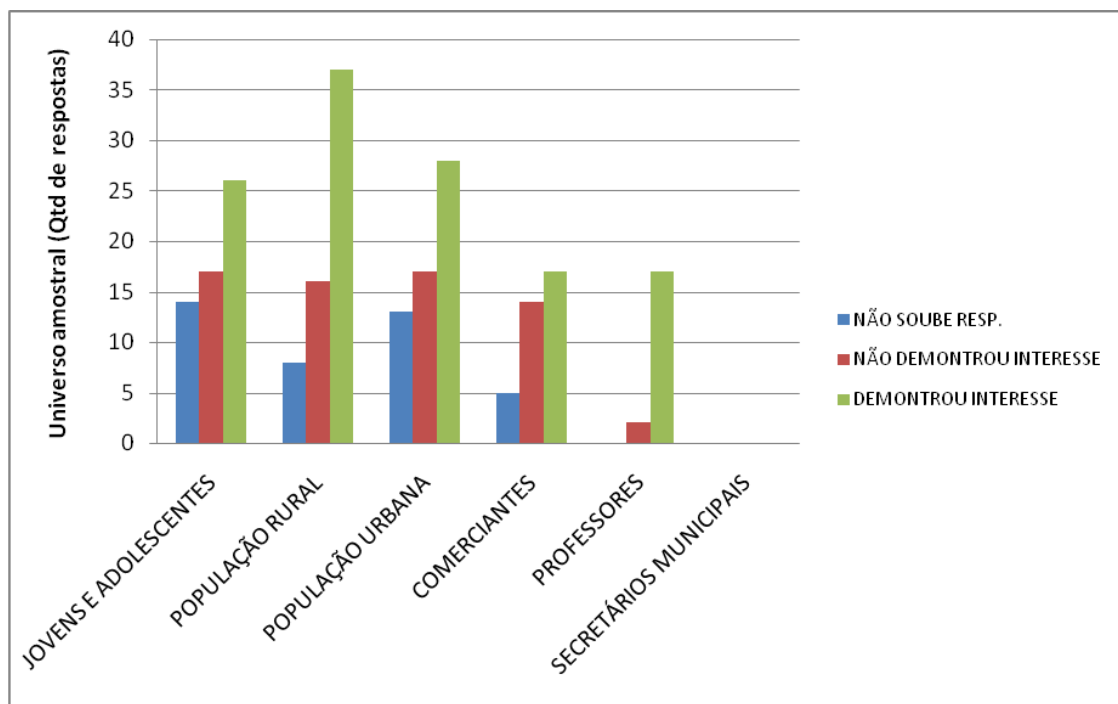


Figura 25 – Demonstrativo do nível de interesse de participar ou trabalhar nas atividades relacionadas ao Turismo, dos entrevistados da comunidade de Tenente Laurentino Cruz. Fonte: pesquisa direta, 2010.

w) Segmentos e atividades do Turismo de interesse de participação da comunidade local

Entre os que se mostraram interessados pelo Turismo, perguntou-se o segmento ou atividade que os mesmos teriam interesse em participar. As respostas estão esboçadas no gráfico 26.

Os segmentos jovens e adolescentes (12 respostas), população rural (14 respostas) e população urbana (11 respostas) demonstraram interesse de atuar como “guia local”, ressaltando que os mesmos conhecem os atrativos naturais locais e podem, além de levar os turistas para as localidades onde os atrativos estão, também falar sobre as características, peculiaridades e demais informações sobre tais atrativos. Já os comerciantes demonstraram maior interesse em “divulgar a cidade” (05 respostas) ou abrindo o próprio negócio (05 respostas), e os professores em serem “multiplicadores sobre a riqueza e a história do município” (09 respostas).

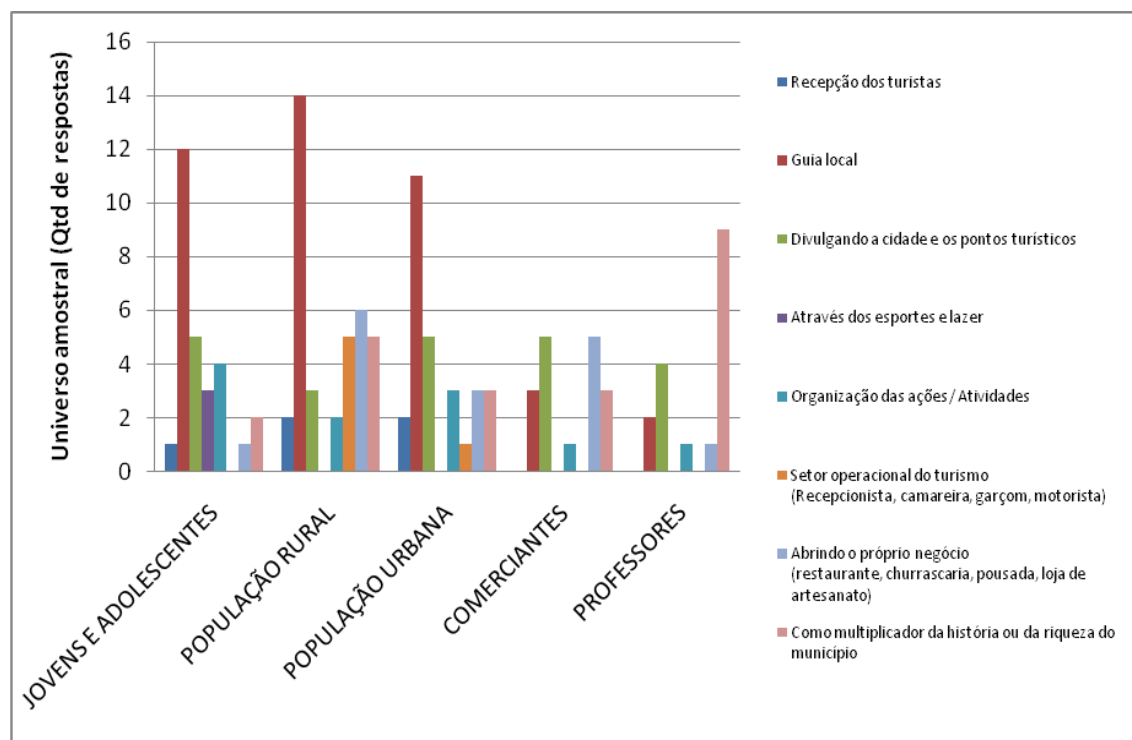


Figura 26 – Tipos de atividades e segmentos turísticos cujos entrevistados demonstraram ter interesse de trabalhar ou participar no momento que o Turismo se desenvolver no município. Fonte: pesquisa direta, 2010.

z) Capacidade de carga dos ecossistemas e atrativos naturais, segundo percepção da comunidade local

A percepção ambiental dos entrevistados, tendo em vista que os mesmos são conhecedores da realidade ambiental local, também pode contribuir para a obtenção da capacidade de carga dos espaços naturais. Assim, questionou-se sobre quantas pessoas fazendo trilhas, esportes ou outras atividades de lazer os espaços naturais de Tenente Laurentino Cruz comportam sem que a presença dos turistas cause danos ao ambiente.

A resposta entre “26 a 50 pessoas” foi a mais representativa nos segmentos jovens e adolescentes, população rural, comerciantes, secretários municipais e professores. Já a população urbana acredita que tais espaços comportam de “10 a 25 pessoas”, conforme Figura 27. Esta resposta surpreende pelo fato da população rural ter um contato maior com os espaços naturais que a população urbana e no entanto, veio da população urbana a preocupação em colocar um número menor de pessoas praticando alguma atividade turística, nos ambientes naturais.

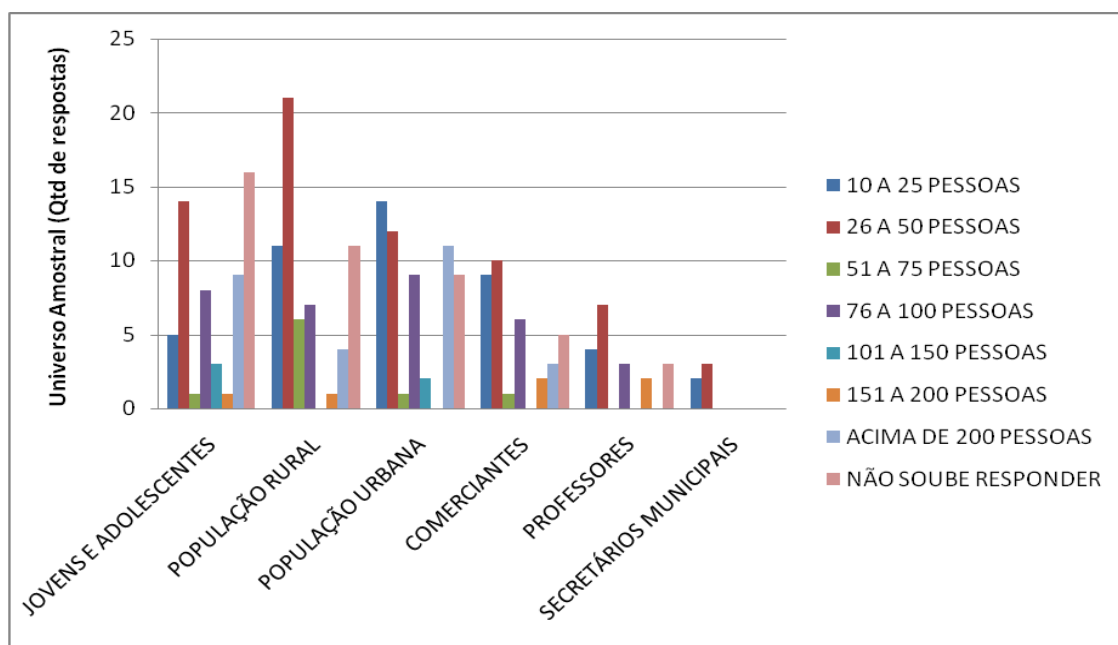


Gráfico 27 – Percepção ambiental dos entrevistados de Tenente Laurentino Cruz quanto à capacidade de suporte dos espaços naturais existentes no município. Fonte: pesquisa direta, 2010.

4.4 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ E SUAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA

Os resultados obtidos a partir do preenchimento dos formulários de inventariação turística requeridos pela EMBRATUR (2006), detectou os atrativos naturais em Tenente Laurentino Cruz, cujas informações seguem abaixo.

3.1 Atrativos Naturais

Circuito dos Mirantes

a) Dados Gerais

Estado: RN Região Turística: Pólo Turístico Seridó – Serra de Santana

Municípios: Tenente Laurentino Cruz e Florânia

Tipo: Montanhas Subtipo: Serras

b) Identificação

Nome: Mirantes

c) Localização e ambiência

Endereço: Sítios Cinco Cantos, Tanques Preto, Boa Vista, Cabeça, Pará Velho, Baixa do Mateus, Comunidade do Cajueiro

Ponto de Referência: Município de Tenente Laurentino Cruz

Localização: Zona Rural dos municípios de Tenente Laurentino Cruz e Florânia

d) Acesso\Microacessibilidade

O acesso ao atrativo ocorre através de via terrestre, com estradas parcialmente pavimentadas, sendo que os meios de transporte melhor utilizados são o carro, a bicicleta ou a motocicleta. O circuito pode ser percorrido em 03 horas, com paradas nos principais mirantes para a contemplação da paisagem. O Circuito completo tem uma extensão de aproximadamente 50km.

O início do circuito se dá pelo município de Tenente Laurentino Cruz, em estrada de barro, sem nenhuma sinalização urbana e turística. Em época de chuva, o acesso fica mais difícil tendo em vista a formação de poças d'água, que podem levar ao atolamento do carro. Nos meses de chuva intensa (março a junho) sugere-se um passeio através de veículo tração.

Ainda não existe um transporte regular que percorra o circuito.

e) Proteção

Não foi coletada qualquer informação que se refira à proteção destes espaços naturais.

Quanto ao estado de preservação\conservação do atrativo, os mirantes geralmente se localizam em sítios de propriedade privada, próximos a plantações de caju, pinha, jaca, dentre outros. Portanto, a cobertura vegetal, na maioria dos trechos, foi modificada para dar lugar à agricultura. As condições higiênicas são regulares, tendo em vista a ausência de estrutura mínima de coleta de resíduos sólidos, de banheiros públicos e demais instalações sanitárias.

f) Facilidades

A entrada dos mirantes precisa da instalação de equipamentos de apoio ao turista como centro de recepção, posto de informações e portaria principal. Estas instalações podem ficar sediadas no município de Tenente Laurentino Cruz, que pode funcionar como ponto zero do circuito.

g) Descrição do atrativo

Os mirantes são locais com altitude elevada, que proporcionam uma visibilidade privilegiada do entorno.

O município de Tenente Laurentino Cruz, localizado na Serra de Santana, dispõe de locais de beleza cênica e vista privilegiada, que despertam a curiosidade e a valorização da paisagem no turista. Ressalte-se que este município é o mais alto do Rio Grande do Norte, com 730 metros de altitude. Destes mirantes, podem-se observar diversas cidades do Rio Grande do Norte e algumas do estado da Paraíba, além de açudes como o Itans de Caicó e barragens como a Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu, bem como pequenos reservatórios de águas, aspectos paisagísticos de grande interesse para os turistas e que por si só já se configuram como atrativo turístico.

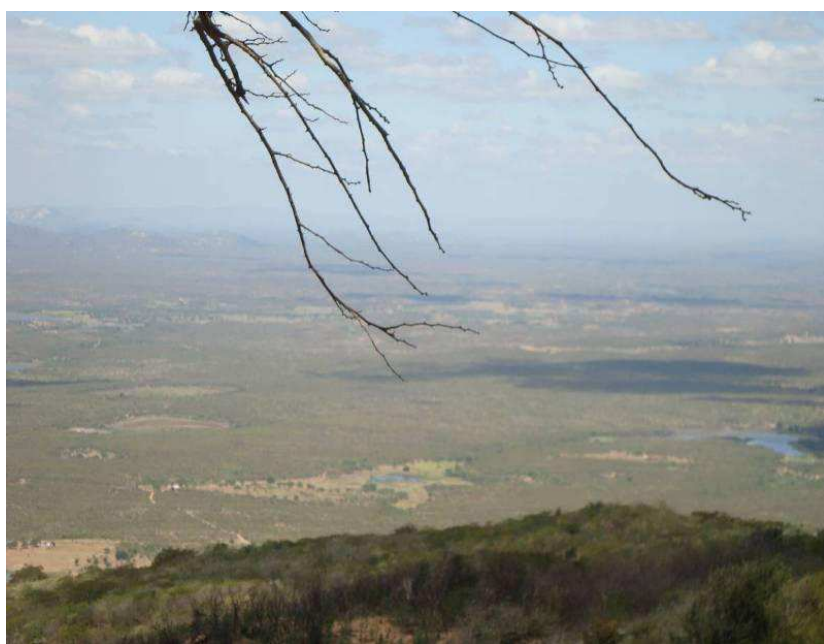
Ademais, estes locais se configuram como espaços onde podem ser realizadas atividades de contemplação da paisagem, observação de pássaros e demais ações que promovam uma maior interação do homem com a natureza.

Estes mirantes ainda carecem de certificados de reconhecimento público, bem como de legislação concernente a sua preservação e uso e ocupação do solo, que definam os locais e as características das construções, para que a paisagem natural não fique prejudicada. As figuras 28, 29 e 30 demonstram alguns dos mirantes existentes em Tenente Laurentino Cruz e Florânia.



Figura 28: Mirante da Serra do Cajueiro\Município de Florânia

Figura 29: Mirante Sítio Boa Vista\Município de Tenente Laurentino Cruz



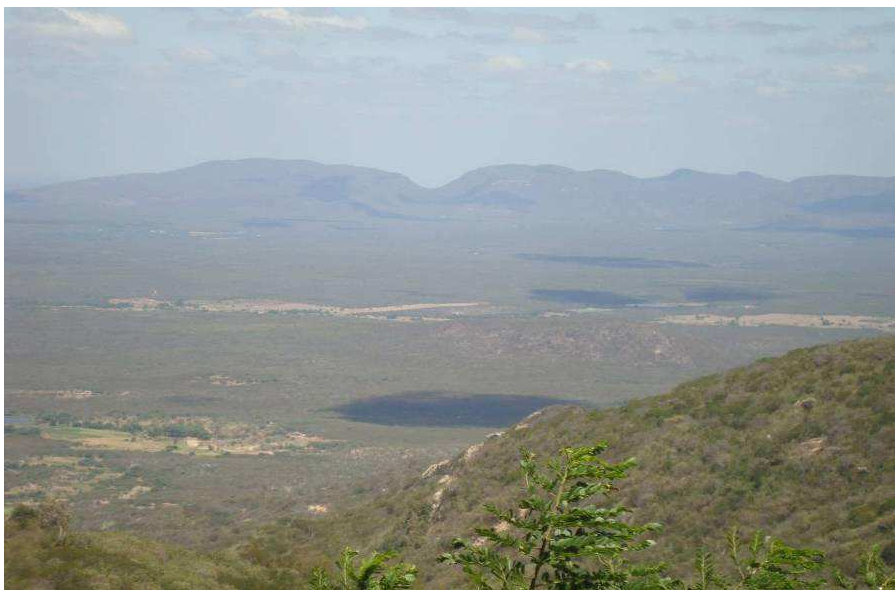


Figura 30: Mirante Sítio Cabeça\Município de Tenente Laurentino Cruz

Além dos mirantes, este circuito também pode integrar o Pau do Oco, cujo nome popular é Tamboril e o nome científico é *enterolobium contorsiliquum*. O Pau do Oco é uma árvore com estrutura de tronco e galhos de larga espessura, que chama atenção por seu volume e tamanho. Esta árvore é bastante valorizada por visitantes e moradores locais, e pode se tornar um relevante atrativo da flora local.

O tronco do Pau do Oco tem a espessura de um carro tipo pálio, e seus troncos também se destacam pela espessura avultada, conforme pode-se ver nas Figura 31.

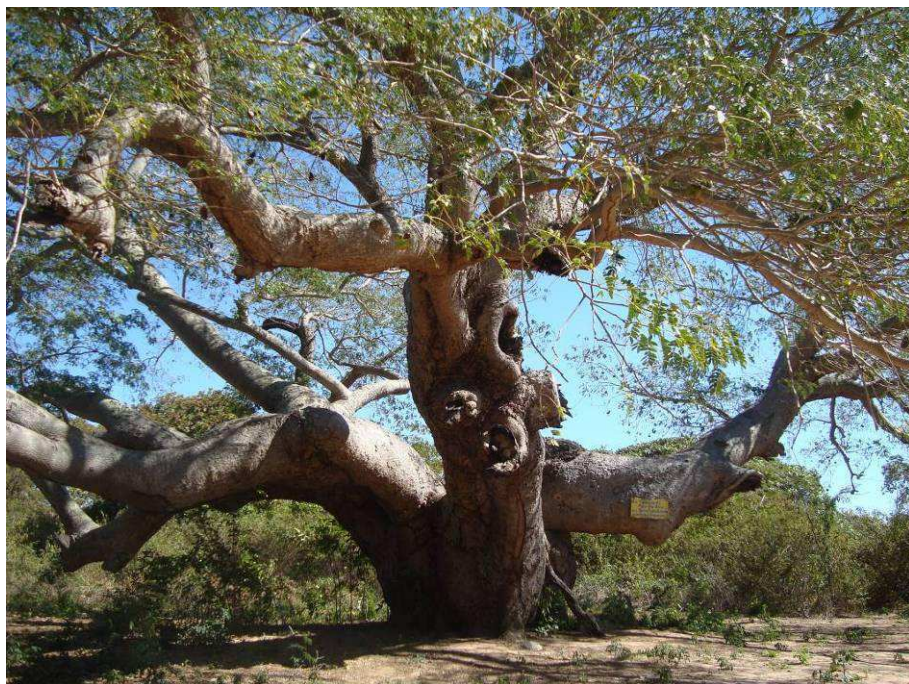


Figura 31: Pau do Oco\Município de Tenente Laurentino Cruz

Trilha do Capim-Açu

a) Dados Gerais

Estado: RN Região Turística: Pólo Turístico Seridó – Serra de Santana

Município: Tenente Laurentino Cruz

Tipo: Trilha Subtipo: Trilha ecológica

b) Identificação

Nome: Trilha Ecológica do Capim-Açu

c) Localização e ambiência

Endereço: Assentamento Nossa Senhora das Vitórias.

Ponto de Referência: Município de Tenente Laurentino Cruz

Localização: Zona Rural do município de Tenente Laurentino Cruz

Acesso\Microacessibilidade

O acesso ao atrativo pode ser feito de duas formas. Vindo do município de Florânia, pela RN 087, o assentamento localiza-se antes do município de Tenente de Laurentino Cruz. A entrada é de asfalto, salvo um pequeno trecho de aproximadamente 100 metros de estrada de barro.

A outra forma de acesso à trilha se dá vindo do município de Tenente Laurentino Cruz, com sentido ao município de Florânia, também pela RN 087.

A entrada da trilha localiza-se no Assentamento Nossa Senhora das Vitórias. No local, não existe sinalização urbana e turística e nem um transporte regular que ligue os turistas ao assentamento.

d) Proteção

O assentamento possui uma Área de Preservação Ambiental – APA. No entanto, o local onde a trilha está aberta é de uso coletivo dos assentados, o que gera alguns conflitos de uso dos recursos naturais tendo em vista que se verificou o desmatamento da vegetação nativa para a produção de lenha, além de deposição inadequada de resíduos sólidos em alguns trechos da trilha.

e) Facilidades

Como o início da trilha localiza-se em um assentamento, a entrada da mesma precisa da instalação de equipamentos de apoio ao turista como centro de recepção, posto de informações e portaria principal.

Ademais, no povoado, existe uma lanchonete que atende a população local. Para melhor recepção ao turista, este local poderá ser um ponto de comercialização de água, refrigerantes, lanches, dentre outros, servindo como ponto de descanso, alimentação e confraternização dos turistas que finalizem a trilha.

f) Descrição do atrativo

A trilha do Capim Açú é uma alternativa de ecoturismo voltado à prática do trekking, contemplação da paisagem e observação da fauna e flora local. Durante todo o percurso podem-se encontrar espécies nativas de árvores como a jurema preta, o mufumbo, entre outros.

Ademais, a trilha passa por locais de relevante beleza cênica, tais como mirantes e lajedos, podendo ser realizadas atividades como observação da paisagem, percepção ambiental, observação de pássaros, entre outras. Vêm-se também pequenos córregos formados nos períodos de chuva, que constituem um caminho de pedras e água transparente, ótimos para o descanso e para os turistas refrescarem-se.

Através dessa trilha, as pessoas descem a Serra de Santana, e a trilha leva para um vale rodeado de serras, que dispõe de uma casa e um açude, local também pertencente ao assentamento, chamado de Capim-Açú. Este lugar pode servir de ponto de descanso para os turistas, bem como restaurante e pousada, a ser administrado pelos assentados.

Após o período de descanso no Capim-Açú, as pessoas sobem a serra, passando por uma trilha com casas abandonadas de agricultores, pés de frutas como manga e caju e depois, enfrenta a subida íngreme para sair novamente no assentamento.

A trilha dura em torno de 04 horas, e a sugestão é que seja iniciada às 6h30 da manhã, para que a subida da serra não fique tão cansativa. Ressalte-se que esta trilha, por ser íngreme e exigir um grande esforço por parte das pessoas que a percorrem, é considerada com um grau de dificuldade alto e necessita de uma pessoa especializada em primeiros socorros que acompanhe os participantes, portanto também um kit de socorro. Para melhor visualização dos aspectos cênicos e da diversidade natural da Trilha Capim-Açú, seguem as Figuras 32 a 38.



Figura 32: Início da trilha do Capim-Açu

Figura 33: Riacho temporário encontrado no percurso da trilha



Figura 34: Mirante natural da Trilha Capim-Açu



Figura 35: Casa grande da Fazenda Capim-Açu

Figura 36: Açude da Casa Grande do Capim-Açu



Figura 37: Casa abandonada ao longo da trilha, contextualizando a história da migração do sertanejo

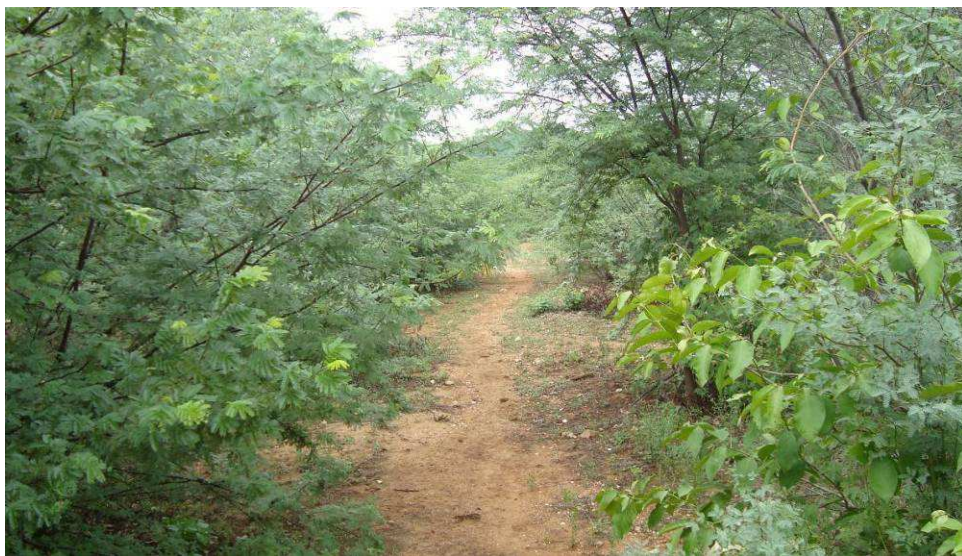


Figura 38 – Aspectos florísticos da trilha

O Casarão

a) Dados Gerais

Estado: RN Região Turística: Pólo Turístico Seridó – Serra de Santana

Município: Tenente Laurentino Cruz

Tipo: Edificações Subtipo: Arquitetura Civil

b) Identificação

Nome: Casarão antigo

c) Localização e ambiência

Endereço: Sítio Baixa do Mateus

Ponto de Referência: Município de Tenente Laurentino Cruz

Localização: Zona Rural do município de Tenente Laurentino Cruz

O acesso ao atrativo se dá pelo município de Tenente Laurentino Cruz, em estrada de barro, até o Sítio Baixa do Mateus, em um percurso de aproximadamente 10 km, saindo da sede do município. A melhor forma de chegar ao local é de carro, bicicleta ou moto. De carro, o tempo necessário para chegar ao atrativo é de 15 minutos.

Apesar deste casarão ser citado por quase todos os entrevistados quanto aos atrativos locais, não existe no município qualquer ponto que sinalize a entrada do casarão.

Como o município ainda não recebe turistas, a estrada atende a necessidade atual. No entanto, com o aumento do fluxo de turistas para

visitação do casarão, um redimensionamento da via de acesso, bem como a melhoria da sinalização e da estrada são ações necessárias.

Não existe transporte para o atrativo, uma vez que não existe demanda turística para este fim.

d) Proteção

Não foram coletadas informações referentes à legislação concernente a este atrativo.

e) Estado de Conservação\Preservação do atrativo

O local conserva objetos e utensílios domésticos da família que vivia na residência. A casa é antiga e precisa passar por um processo de restauração e de organização interna na apresentação e disposição dos objetos e móveis.

A estrutura para receber o turista, bem como as condições higiênicas, são regulares, necessitando-se de uma reforma em banheiros e na parte externa da casa para acomodar os grupos que irão visitar o casarão.

f) Período histórico – bens materiais

A utilização original do atrativo voltou-se a casa de morada de família abastada da região. Atualmente, este casarão serve como atrativo turístico local, uma vez que guarda objetos e utensílios antigos, além de estar instalado em local de vista privilegiada para a cabeceira da serra.

g) Facilidades

Quanto às facilidades, no local não existe centro de recepção, guarita, posto de informações e nem portaria.

h) Visitação

Para ter acesso ao atrativo, é necessário além de autorização, também ser acompanhado de uma pessoa para entrar no sítio e ter acesso ao casarão, tendo em vista que este casarão pertence a uma família do município que o mantém fechado e que não mora no local.

Quanto ao limite do número de visitantes, cabe lembrar que é uma casa antiga e que a visita precisa ser guiada, para garantir a qualidade das informações sobre a memória do local. Neste sentido, sugere-se um grupo de no máximo 15 pessoas por vez visitando o casarão para não haver dispersão.

Na parte de fora, pode-se receber um grupo de 30 pessoas.

i) Atividades realizadas no atrativo cultural

No momento, ocorrem apenas visitas pontuais por pessoas do próprio município e de comunidades vizinhas, ou de pessoas que conhecem a história da família que vivia no local.

j) Descrição do atrativo

Casarão antigo com funções de residência que matem utensílios originais de seus primeiros donos tais como camas de couro, armadores de madeira, fotografias antigas, entre outros. O casarão fica em frente a um mirante, e devido a sua localização privilegiada, era local de passagem de tropeiros que subiam a Serra de Santana para comercializar gêneros alimentícios e peças de vestuário. À título de ilustração segue Figuras 39 a 42.



Figura 39:
Fachada do
Casarão da
Família Capitão

Figura 40: Fogão
de lenha



Figura 41: Candeeiro que ilumina quarto da casa



Figura 42: Potes de água que permanece no alpendre do casarão, e serviam de bebedouro dos tropeiros que subiam a serra e cadeira de couro

4.5 PROPOSTA DE UM PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SERTANEJO EM TENENTE LAURENTINO CRUZ E FLORÂNIA

A proposta de ações e projetos que visam ao desenvolvimento do Turismo Sertanejo para os municípios da Serra de Santana basearam-se nas informações e dados coletados a partir da pesquisa de Percepção Ambiental dos moradores de Tenente Laurentino Cruz. A indicação das etapas de planejamento seguiu a metodologia proposta em Seabra (2007, p.34), adotando então os procedimentos: levantamento do potencial turístico regional e local e seleção das áreas, estudo da demanda; treinamento e capacitação da mão de obra local; incentivo ao associativismo e à microempresa; adequação dos equipamentos à paisagem natural e cultural; elaboração de roteiros; programação de um calendário turístico e projetos de Marketing Mix. À metodologia de Seabra foram acrescentadas as informações levantadas na pesquisa de Percepção Ambiental realizada com a comunidade de Tenente Laurentino Cruz como estratégia de participação, e como subsídio às ações e projetos propostos no planejamento do Turismo Sertanejo para o município.

4.5.1 Levantamento do potencial turístico regional e local e seleção das áreas

Esta etapa do planejamento turístico realizou-se com o mapeamento do potencial turístico do município de Tenente Laurentino Cruz e áreas adjacentes, através do levantamento dos monumentos naturais, do comportamento do clima, do patrimônio histórico-cultural e das características socioeconômicas locais, culminando com a Inventariação Turística. Após o Inventário Turístico do município e das informações obtidas com o estudo sobre a percepção ambiental da comunidade local, especificamente quando estes elencaram os aspectos naturais, culturais e socioeconômicos que o município dispõe para tornar-se um destino turístico, elaboraram-se as propostas de implantação dos seguintes circuitos/roteiros turísticos.

a) Roteiro dos mirantes

Tenente Laurentino Cruz encontra-se em uma altitude de 730 metros do nível do mar, sendo, pois, o município mais alto do Rio Grande do Norte.

Devido a sua altitude, este dispõe de locais com beleza cênica e vista privilegiada, onde se pode, além de contemplar a paisagem do sertão, observar as cidades circunvizinhas. Assim, propõe-se a implantação de um roteiro guiado que contemple 03 mirantes, com a duração de 04 horas.

A proposta é que o roteiro inicie no mirante do Jarauto, onde os participantes podem tirar fotos e contemplar a paisagem. Em seguida os participantes são levados para o segundo mirante, no Sítio de Pita, onde podem ver Florânia e São Vicente, tirar fotos e contemplar a paisagem.

Após as visitas a estes dois mirantes, os participantes seguirão para a Serra do Cajueiro, local onde conhecerão primeiro o Pau do Oco e depois irão para o mirante do cajueiro, onde podem contemplar a paisagem, realizar atividades de educação ambiental e descansar. Neste local existe um pequeno restaurante que serve comida regional. Assim, se o roteiro for feito pela manhã, a visita poderá ser finalizada com um almoço neste local, e sendo feita à tarde, as pessoas poderão esperar o por do sol e se confraternizar neste restaurante.

O valor do roteiro deverá ser fruto de uma pesquisa de demanda e discussão com os proprietários dos sítios onde os mirantes se encontram, e deve incluir além da entrada nos locais, o pagamento do guia local que acompanhará o grupo.

Cabe lembrar que os mirantes ficam em propriedades privadas, no entanto, em conversa com os proprietários locais, constatou-se o interesse de abertura destes locais para visitação turística por todos os proprietários.

Inicialmente, os grupos deverão ser de 10 a 15 pessoas, devido ao acesso aos mirantes que não permite o deslocamento de ônibus, somente microônibus. A melhoria das vias de acesso permitirá a ampliação do número de visitantes nos mirantes, mas para evitar dispersão e contribuir para o controle do grupo, este número não deve exceder 50 pessoas.

Para a implantação deste circuito, importantes ações deverão ser desenvolvidas tais como: sinalização urbana e turística, indicando a localização dos mirantes, bem como a distância dos mesmos tendo como referência a sede

do município; melhoria do acesso aos mirantes, com a pavimentação das estradas uma vez que em épocas de chuva as estradas ficam alagadas e sem possibilidade de tráfego de carros maiores. Também deve haver reuniões com os proprietários dos sítios, estimulando-os a realizar algumas melhorias nos mirantes como construção de locais para descanso e contemplação da paisagem, além da instalação de banheiros e locais para destinação dos resíduos sólidos, com placas indicativas estimulando posturas mais sustentáveis nos visitantes.

Para tanto, é necessário a contratação de um arquiteto que projete estes espaços adequando-os à paisagem e às características naturais locais. Deve-se também buscar a contribuição de um profissional em gastronomia, que oriente a proprietária do restaurante do Mirante do Cajueiro quanto ao manejo de alimentos e a apresentação dos pratos.

b) Trilha do Capim-Açu

Esta trilha percorre espaços naturais do município de Tenente Laurentino Cruz, passando por lugares de relevante beleza cênica, de vegetação de caatinga e de outros locais que podem ilustrar a história do povo sertanejo.

A implementação desta trilha como atrativo turístico carece de relevantes ações e parcerias, no sentido de dotá-la de infra-estrutura mínima de apoio ao turista. Na entrada, faz-se necessário uma pequena estrutura de acomodação dos turistas, para que as informações iniciais sejam repassadas pelo guia.

Por toda a trilha, faz-se necessário a instalação de placas de sinalização indicando o caminho a ser percorrido. Para ampliar as oportunidades de construção do conhecimento da fauna, propõem-se um estudo da botânica local, para que as árvores características da região possam estar sinalizadas, e os visitantes, conheçam a diversidade natural do local.

A capacitação de guias é essencial, principalmente para os jovens que vivem no Assentamento Nossa Senhora das Vitórias, uma vez que estes já dispõem do conhecimento tácito da fauna e flora local, podendo ser os guias para as pessoas que realizarem a trilha. Além disso, estes jovens teriam uma

alternativa de ocupação e renda, pois na localidade a atividade econômica predominante é a agricultura.

A implantação desta trilha também poderia ser uma alternativa de comercialização da produção agrícola do assentamento, uma vez que os agricultores locais instalariam pontos, como bancas e mercearias para vender suas frutas, legumes e artesanato. Isso seria uma alternativa tanto para o escoamento da produção como para agregar valor ao produto local.

Outra proposta é a restauração da casa grande do Capim-Açu, para que esta sirva como restaurante de comidas típicas, gerido pela associação dos assentados. Para tanto, faz-se necessário uma parceria com o SEBRAE para cursos de gestão e manipulação de alimentos, bem como o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, para a formação técnica de trilhas e empreendimentos na área do Turismo Rural.

Ações estratégicas

A proposta é que o Turismo interfira o mínimo possível nas mudanças da dinâmica local, e maximize os espaços já existentes, adequando-se à realidade e à dinâmica local. Neste sentido, pode-se utilizar a Casa Grande da Fazenda do Capim-Açu para servir de restaurante e meio de hospedagem, integrando a comunidade do Assentamento Nossa Senhora das Vitórias tanto para trabalhar na gestão e operacionalização da pousada, como guiando os grupos na realização da trilha e ainda, desenvolvendo atividades agrícolas como plantação e cuidados com os rebanhos, o que pode se caracterizar também como uma atividade a ser desenvolvida pelos turistas.

c) Roteiro da Farinha

Roteiro integrado de visitação às casas de Farinha existentes na região, para conhecer o processo de fabricação da farinha e da goma. Durante a visitação, os turistas poderão degustar os derivados da mandioca como o beijú, a tapioca, o grude, dentre outros. Ademais, haverá a comercialização da farinha e de outros pratos para os visitantes.

Tal ação precisa da realização de reuniões com os proprietários das casas de farinha para promover conscientização quanto à necessidade de melhoria das instalações das casas de farinha e dos procedimentos de segurança, mostrando aos mesmos os benefícios que a visita turística alinhada à produção de farinha trará para o seu empreendimento e para a comunidade local.

Ações estratégicas

Curso de manipulação e apresentação dos alimentos para os proprietários das casas de farinha e demais cozinheiros que farão os alimentos a serem vendidos nos locais de visita.

Curso de guia local para jovens e adolescentes de Tenente Laurentino Cruz e Florânia para servirem de guia nas trilhas ecológicas

d) Implantação de museu no Casarão da família dos “Capitão”

Propõe-se a implementação de um museu contando a história do povoamento da Serra de Santana e do município de Tenente Laurentino Cruz. Para tanto, a Prefeitura Municipal e as Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Turismo precisam celebrar uma parceria com a Fundação José Augusto, entre outras associações voltadas ao incentivo e a valorização do patrimônio histórico-cultural do Rio Grande do Norte. Além disso, os historiadores locais podem oferecer uma relevante contribuição, tanto para realizar um levantamento histórico da região da Serra de Santana, como para capacitar os guias locais e fazer a catalogação dos objetos e peças antigas existentes no Casarão.

Também sugere-se a organização de uma campanha de arrecadação de utensílios e objetos junto aos moradores locais e das comunidades e municípios vizinhos, no sentido de agregar mais riqueza histórica e cultural para o museu.

Quanto à estrutura do local, sugere-se a melhoria das instalações sanitárias como banheiros públicos para os visitantes, e de lazer como a

colocação de balanços, mesas, cadeiras e bancos para observar a paisagem proporcionada pelo mirante que fica em frente ao casarão.

Antes de ser iniciada a visita, o guia conta a história do município e os aspectos pitorescos da dinâmica local. A visita ao casarão deverá ser guiada, cujo guia vai entrando nos cômodos, mostrando os utensílios e expondo a função de cada um deles, apresentando também a história da família que morou no lugar. Propõe-se que a visita ao casarão aconteça no horário da tarde, para que seja finalizada ao por do sol, momento em que os visitantes poderão visualizar o mirante que fica em frente ao casarão e as luzes da cidade de São Vicente se acendendo.

O valor da visitação também será discutido junto aos proprietários do imóvel, e deverá conter os serviços do guia local.

4.5.2 Estudo da demanda

O estudo da demanda deve acontecer junto aos turistas que visitam as cidades da região do Seridó, que se configuram como demanda potencial para Tenente Laurentino Cruz, no intuito de conhecer suas expectativas, seu nível de interesse em visitar e realizar os roteiros turísticos do município, bem como seu conhecimento sobre as potencialidades do município e quanto estão dispostos a pagar para adquirir tais serviços e produtos.

Outro estudo necessário é com a demanda turística que desembarca em Natal, pela rodoviária, pelo aeroporto ou nos hotéis da cidade para conhecer o seu nível de interesse em conhecer a região do interior do Rio Grande do Norte, bem como saber quais são os roteiros e produtos turísticos que motivariam a viagem de turistas vindos de outros estados do Brasil e de outros países para as regiões interioranas.

A instituição responsável por tal pesquisa é a Secretaria Estadual de Turismo – SETUR, no entanto, em pesquisa no local, constatou-se que os estudos de demanda turística realizados pela SETUR referem-se à qualidade do produto turístico, principalmente em Natal e cidades litorâneas, e não às perspectivas de interiorização do Turismo no Rio Grande do Norte.

Também em visita à Secretaria Executiva do Pólo Seridó na busca de informações sobre a demanda turística da referida região, foi verificado, em entrevista com o secretário executivo, que a demanda turística nas cidades do Seridó do Rio Grande do Norte é advinda das cidades da região, das cidades de regiões vizinhas e de Natal. Dentre os principais atrativos turísticos da região do Seridó que motivam a viagem dos turistas, destacam-se as festas religiosas e profanas, bem como o açude Gargalheiras que fica no município de Acari.

4.5.3 Treinamento e Capacitação do capital social local

A proposta é de que todos os postos relacionados à dinâmica do Turismo sejam preenchidos com pessoas da própria comunidade, uma vez que além de manifestarem interesse em trabalhar e participar do Turismo, também se constatou a partir da pesquisa junto à população local, a expectativa do Turismo ser agente gerador de emprego, renda e desenvolvimento para o município.

Os roteiros e produtos turísticos propostos para o município de Tenente Laurentino Cruz contam com a integração da comunidade local para serem guias, ou como artesãos, na elaboração e comercialização de pratos típicos e na divulgação do município. Além disso, a implantação de empreendimentos turísticos demandará pessoas capacitadas para atuar na gestão e operacionalização de equipamentos de hospedagem, de informações turísticas e de organização de eventos. Assim, a capacitação da comunidade local é uma ação premente para a entrada de Tenente Laurentino Cruz no mercado turístico regional.

As capacitações precisam ser interdisciplinares, e contar com a contribuição das seguintes áreas:

Gastronomia – para elaboração, apresentação e comercialização de pratos típicos.

Turismo e Hotelaria – para a capacitação de guias locais e recepcionistas, gerenciamento de meios de hospedagem, organização e divulgação de eventos, introdução ao Turismo.

Educação Ambiental – para atividades de interação homem e natureza a serem aplicadas nas trilhas, e sensibilização de guias e turistas quanto à importância de minimização dos impactos negativos ao ambiente natural pelo Turismo.

Para a operacionalização de tais capacitações, sugere-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz junto a Instituições de Ensino Superior existentes no Seridó, para a elaboração e execução das capacitações dos agentes locais. Ressalte-se que no município de Currais Novos e Caicó existem unidades de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – IFRN e Faculdade do Seridó – FAS, todas oferecendo o curso de Turismo.

É importante que a Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e de Esportes, a EMATER, Banco do Nordeste, SEBRAE e representantes do MDA se engajem no sentido de promover reuniões e oficinas junto à população local, principalmente com agricultores, artesãos e jovens e adolescentes sobre o Turismo, segmentos do Turismo, atuação nas diferentes atividades turísticas, divulgação e marketing, operacionalidade no Turismo, Turismo Sertanejo e Turismo Rural.

4.5.4 Incentivo ao associativismo e à microempresa

O Turismo Sertanejo, com ênfase no Turismo Rural e Ecoturismo, se configura como relevante agente para o fortalecimento de associações comunitárias e pequenos empreendimentos, quando planejado com a participação da comunidade local.

Para tanto, faz-se necessário a união de esforços entre associações comunitárias, poder público e iniciativa privada no sentido de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais, na concepção dos produtos turísticos e em sua comercialização.

Através das Associações dos Agricultores e pecuaristas de Tenente Laurentino Cruz pode-se estruturar o Roteiro da Farinha, a Festa da Fruta,

dentre outras ações que visem dinamizar o Turismo local. Já o fortalecimento junto à Associação dos Assentados da Comunidade Nossa Senhora das Vitórias viabilizará a trilha do Capim-Açu, e a reforma da casa deste assentamento para servir de meio de hospedagem e restaurante para o município. Cabe lembrar que uma das ações de melhoria para Tenente Laurentino Cruz no sentido que este se torne um município turístico, constatada na pesquisa de percepção ambiental junto aos moradores locais, é a criação de infra-estrutura turística como hotéis, pousadas, restaurantes, entre outros.

Também será necessário um mapeamento dos artesãos locais e a realização de reuniões de mobilização para a formação de uma associação dos artesãos de Tenente Laurentino Cruz em busca de organizar as estratégias de comercialização do artesanato produzido no município.

No município existe a estrutura de um mercado público, com boxes, auditório, banheiros e saguão, que pode servir de ponto de apoio para os turistas, local de informações turísticas e venda dos roteiros e ainda, ponto de comercialização do artesanato local. No entanto, este prédio está inacabado e sem funcionalidade para o município. Inicialmente, a reivindicação para a abertura deste mercado se caracteriza como uma relevante ação a ser feita pelas associações locais.

4.5.5 Adequação dos equipamentos à paisagem natural e cultural

A área rural de Tenente Laurentino Cruz dispõe de locais que se caracterizam como mirantes naturais de grande beleza cênica. Tais espaços são relevantes tanto para a implementação de roteiros turísticos, como para a instalação de equipamentos de hospedagem. No entanto, uma preocupação com o uso e a ocupação do solo, bem como a elaboração de um código de obras deve anteceder a dinâmica do Turismo na localidade.

O uso e ocupação do solo e o código de obras deve ter como preocupação:

A comercialização de terrenos na zona rural, para que as áreas agricultáveis não sejam adquiridas por empreendedores turísticos, o que vai

gerar sérios impactos na economia local devido à diminuição da produção agrícola, bem como a expulsão do agricultor do campo.

A garantia de espaços públicos de trânsito nas áreas dos mirantes, para que os agricultores e a população local possam ter acesso aos mirantes e às áreas naturais.

Adequação dos empreendimentos às características naturais e culturais locais, privilegiando e valorizando os aspectos naturais e os traços históricos e culturais da região. Além disso, deve-se haver um estudo para indicar a altura e o tamanho máximo dos empreendimentos quando estes se instalarem nos mirantes e em outras áreas naturais.

Utilização de construções já existentes, antes de construção de outros prédios.

Construção de prédios públicos integrados ao ambiente local, e que se utilizem da beleza e do paisagismo para causar uma impressão de harmonia e bem estar primeiro para a população local, e depois para o visitante.

4.5.6 Programação de um calendário turístico

Tenente Laurentino Cruz dispõe de um calendário de eventos, com a programação de festas e demais atividades esportivas e culturais realizadas no município. Tal calendário pode ser adaptado para inserir o evento “Festival da Fruta e da Farinha” na programação de eventos. Este festival utilizará a vocação agrícola do município para atrair visitantes e turistas, e integrar a comunidade local tanto para trabalhar no evento através da comercialização de produtos, como para participar do evento, interagindo com as pessoas de fora. A data do festival e a organização do evento deve ser fruto de uma discussão e acordo entre agricultores, comerciantes, artesãos, artistas locais, docentes, proprietários de sítios de frutas e de casas de farinha, associações locais, e secretários municipais, com a intermediação de um técnico em Turismo e gestor de eventos.

No período que compreende os meses de maio, junho e julho, o clima de Tenente Laurentino Cruz também sofre alterações significativas, com a

presença de temperaturas bastante amenas. Tal característica térmica também pode ser relevante atrativo para o município, ao se propor um Festival do Frio, que integre atividades com o município de Cerro Corá, que já se consolidou no mercado turístico regional através da realização de um Festival de Inverno no mês de Julho. Cabe lembrar que a concepção, organização e execução de tal festival também deve realizar-se através de um trabalho conjunto e participativo de diferentes segmentos sociais, bem como através de parcerias que envolvam os municípios próximos à Tenente Laurentino Cruz e instituições e órgãos públicos que corroborem com o desenvolvimento do Turismo para a região do Seridó, como a EMATER, O SEBRAE, o Banco do Nordeste, as Instituições de Ensino, entre outros.

4.5.7 Marketing e Mix

As informações preliminares sobre o estudo da demanda turística da Região do Seridó remetem à necessidade de campanhas de marketing mix que posicionem o destino Seridó no mercado turístico nacional e internacional. As principais atividades de marketing são: Investigação, Inovação e Criação de novos produtos e serviços, Determinação dos preços, Intermediação ou distribuição dos serviços turísticos, Comunicação, Marketing Interno e Planejamento (ANATO, 2006).

As fases de investigação e concepção dos novos produtos e serviços foram propostas nos itens anteriores, através da investigação sobre a percepção ambiental da comunidade de Tenente Laurentino Cruz, do Inventário Turístico do município e da proposta dos roteiros e dos eventos anteriormente descritos.

A determinação dos preços dos roteiros, trilhas e visitas partirá do consenso entre os diferentes agentes envolvidos no Turismo, e a partir de uma pesquisa de mercado junto a destinos turísticos que ofereçam produtos e serviços semelhantes aos propostos para Tenente Laurentino Cruz, bem como através de consultas à demanda turística potencial.

Propõe-se, inicialmente, a realização de um concurso nas escolas de Tenente Laurentino Cruz com os jovens e adolescentes locais para a

elaboração do blog do município. Esta iniciativa também pode ser inserida como atividade na gincana do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. A turma que vencer esta etapa da gincana fica responsável pelo gerenciamento e atualização do blog. Neste blog estarão as informações da história, riqueza da fauna e flora local, mirantes, trilhas e demais atrativos turísticos disponíveis no município, bem como um banco de imagens dos atrativos.

A divulgação do município também deve contar com o apoio da população local, uma vez que o “boca a boca” ainda é considerado relevante instrumento de propaganda.

A intensificação de campanhas de marketing deve ser feita após a organização dos produtos turísticos e precisa contar com assessoria de publicitários e relações públicas. Daí a importância da celebração de parcerias com instituições de ensino que dispõem dos cursos de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jornalismo, para montar a estratégia de marketing mix como atividades complementares para os alunos destes cursos.

No entanto, tais ações promocionais devem acontecer posteriormente à estruturação mínima do município para o Turismo. A partir de então, deve-se realizar a divulgação dos produtos turísticos em agências de receptivos com foco em Turismo Rural e Ecoturismo, bem como realizar viagens e passeios com agentes de viagens, comercializar as trilhas ecológicas em escolas e outras instituições de ensino para a promoção do Turismo Pedagógico, participar de feiras e eventos para divulgação do destino turístico enfatizando a sua proposta de Turismo Sertanejo como um produto diferenciado, dentre outras ações.

O Vale Europeu, em Santa Catarina, vêm promovendo ações que podem servir de orientação para o marketing mix da região da Serra de Santana. A exemplo, deve-se intensificar a participação em Conselhos de Turismo, com apresentação de projetos voltados à estruturação do Turismo no município de Tenente Laurentino Cruz; firmar parcerias com agências de receptivo para organização, apoio e comercialização de rotas e pacotes turísticos e a

realização de um evento para o lançamento do destino turístico (FORTES e MANTOVANELI JUNIOR, 2009). Além disso, propõe-se visitas de representantes de Tenente Laurentino Cruz a localidades cujo Turismo de base local já está consolidado, e que ofereçam serviços e produtos turísticos semelhantes aos propostos para o município, no intuito de conhecer e adaptar as iniciativas bem sucedidas para a realidade local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo é uma atividade de grande destaque para a economia de muitos países e regiões. No entanto, o Turismo nas diferentes localidades onde se desenvolve pode tomar duas características distintas: provedor de renda e benefícios para a população local ou meio de exclusão social e econômica, e intensificador de impactos negativos.

O planejamento do Turismo já caminha para propostas de promover o desenvolvimento nas localidades, principalmente quando se preocupa com a participação da população local, bem como em desenvolver atividades mais integradas e menos ameaçadoras ao ambiente natural e às características sociais, econômicas e culturais locais. Tal vertente do Turismo preocupa-se também em propor novas alternativas de Turismo, diferentemente dos destinos massificados voltados aos roteiros de “sol e mar”, buscando estimular novos segmentos tais como o Turismo Rural, Turismo de Aventura, Ecoturismo, Turismo Sertanejo, através de atividades integradas às características naturais, sociais, culturais e econômicas dos espaços.

Esta pesquisa utilizou-se da Percepção Ambiental como proposta de participação no planejamento do Turismo, uma vez que através desta, foi possível conhecer o nível de interesse e conhecimento que a população de Tenente Laurentino Cruz exerce sobre o Turismo, além de identificar, através da visão dos moradores locais, os atrativos naturais, culturais e socioeconômicos do município que podem ser utilizados pelo Turismo, bem como os setores de infra-estrutura urbana e turística que precisam ser melhorados para que o município possa entrar e se consolidar no mercado turístico. Outro relevante aspecto levantado na pesquisa foram as perspectivas dos moradores locais quanto ao Turismo como meio de incremento econômico para a zona rural, como gerador de emprego e renda para a população local e como agente fomentador de melhorias na infra-estrutura urbana e nas opções de lazer e entretenimento do município.

As informações obtidas com a pesquisa contribuíram para a proposta de um planejamento turístico que busca a integração da população local na

dinâmica do Turismo, e em sentido último, objetiva o desenvolvimento local. Propõe-se o alinhamento do Turismo com a dinâmica econômica, social e cultural local, bem como o fortalecimento comunitário através das associações locais e a participação da comunidade no processo de concepção, planejamento, gestão e operacionalização do Turismo. Ressalte-se ainda a diversificação econômica para o município, bem como a inserção de atividades não agrícolas para o meio rural. Tal proposta preocupa-se com as dimensões social e espacial, em manter uma relação mais intensa entre o turista e a população local, cujo produto turístico é conservado e não explorado, valorizando a gastronomia e do artesanato local, em um espaço caracterizado como o sertão potiguar.

Assim, constatou-se que o Planejamento Turístico participativo e comunitário encontra nas pesquisas em Percepção Ambiental um relevante espaço de discussão e participação social, garantindo dessa forma, a propositura de ações, programas e políticas de fomento ao Turismo voltadas ao desenvolvimento local, com bases na sustentabilidade natural, econômica e social.

Para o município investigado, propõe-se a realização de reuniões e capacitações junto à população local para fortalecê-la nos processos de decisão e de participação. Além disso, deve-se implementar a Secretaria Municipal de Turismo, no sentido de seu representante buscar parcerias junto às Instituições de Ensino Superior para a formação de uma equipe que estruture o município e promova capacitações no Turismo e nas demais áreas que integram a dinâmica do Turismo. Esta secretaria também deve ser um canal em busca de financiamento e fomento do Turismo para a localidade.

Outras recomendações referem-se a um estudo de demanda turística, além da atuação de uma equipe multidisciplinar para a gestão do Turismo Sertanejo, uma vez que o uso dos recursos naturais e da riqueza cultural e econômica de um espaço para o Turismo requer a união de esforços e o diálogo constante de profissionais de diversas áreas, no sentido promover o desenvolvimento local em seu verdadeiro sentido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Potencialidades turísticas do Nordeste do Brasil com ênfase nos sertões.** Acessível em: <http://www.turismosertanejo.com.br/artigos/PotencialidadestdoNBrasil.pdf>.

Acesso em 18 de out de 2010.

ANATO, Mercedes. El uso de los instrumentos clásicos del marketing y la tecnología digital en turismo. **Estud. perspect. tur.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v.15, n.1, marzo 2006

ANJOS, Francisco Antônio dos. ANJOS, Sara Joana Gadotti dos. RADOS, Gregório Jean Varvakis. Planejamento e gestão sustentável do turismo: contexto social, métodos e enfoques. In: PHILLIPI JR, Arlindo e RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** Barueri, SP: Manole, 2010.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. **Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade.** Maceió: EdUFAL, 2009.

ARRUDA, Carlos Alberto Simões de; VILANOVA, Silvia Regina Fernandes; CHICHORRO, José Franklim. Turismo rural e agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 9, n. 2, Dec. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4 ed. rev. e amp. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas.** Campinas – SP: Papirus, 2007.

BARROS, Silvana Diene Sousa. **Aspectos morfo-tectônicos nos platôs de Martins, Porta Alegre e Santana – RN.** 1998. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geodinâmica e Geofísica, Universidade federal do Rio grande do Norte, Natal/RN, 1998.

BARTELÓ, Cassandra. **Costas da Bahia.** ViverBahia. Salvador, ano 05, n 08, p.30-31, 200.

BARTHOLO, Roberto. **Sobre o sentido da proximidade** implicações para um turismo situado de base comunitária. In: _____, SANSOLO Davis Gruber, BURSZTYN Ivan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

BASSAN, Ana Claudia. **Turismo, percepção ambiental e conservação de áreas naturais protegidas: o caso do Parque Natural Municipal da Grotta de Mirassol/SP.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” Rosana/SP.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

BENI, Mario Carlos. Planejamento estratégico e gestão local\regional do turismo. In: SEABRA, Giovanni (org). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa, Paraíba: 2007.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Seridó**. Rio Grande do Norte, 2006.

_____. Ministério do Turismo – EMBRATUR. **Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa**\Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, dezembro de 2006. Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/08inventariacao_oferta.html. Acesso maio de 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo (2007/2010): uma viagem de inclusão**, 2007.

_____. Lei Federal nº 9.985 de 15 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em 28 dez. 2010

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CARVALHO, Stella Maria Sousa. A percepção do Turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município do Cajueiro da Praia\PI. **Turismo em análise**. Vol. 21, n.03, dezembro de 2010.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILLIPI Jr, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de **Percepção ambiental no distrito de Taquaruçu, município de Palmas (TO): a relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da história local**. Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental**. Barueri – SP: Manole, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O Turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: In: BARTHOLLO, Roberto, SANSOLO Davis Gruber, BURSZTYN Ivan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

COSTA, Gustavo Vilella, CATÃO, Helena e PRADO, Rosane M. Praia do Aventureiro: um caso *sui generis* da gestão do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto, SAN SOLO Davis Gruber, BURSZTYN Ivan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

FERNADES, Roosevelt S. SOUZA, Valdir José de. PELISSARI, Vinícius Braga. FERNANDES, Sabrina T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** Núcleo de Estudos em Percepção da Faculdade Brasileira UNIVIX – NEPA. Vitória/ES.

FERREIRA, Luiz Fernando. COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: PHILLIPI JR, Arlindo e RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** Barueri, SP: Manole, 2010.

FORTES, Simone; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. Desarrollo regional y turismo en Brasil: Políticas en el Valle Europeo. **Estud. perspect. tur.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 18, n. 6, dez. 2009.

GOELDNER, Charles R. RITCHIE, J. R. Brent. McINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** 8. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIMARÃES, S.T.L. **Percepção ambiental e Conservação de Recursos Paisagísticos em Área de Turismo Rural e Ambiental.** In: Yoshia Nakaguara Ferreira (org). Construção do saber urbano ambiental: a caminho da interdisciplinaridade. Londrina: Humanidades, 2002, p.334 – 345.

HOEFFEL, João Luiz et al. Trajetórias do Jaguar – unidade de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente e Sociedade.** v XI, nº 01. Jan-jun 2008.

IBGE. **IBGE Cidades.** Acessível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 03 fev. 2010

IDEMA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte.** Acessível em: <http://www.idema.rn.gov.br/governo/secretarias/idema/perfilrn/Potencialidades.pdf>. Acesso em 20 fev.2010.

IDEMA. **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte.** Acessível em: <http://www.idema.rn.gov.br/governo/secretarias/idema/perfilrn/Aspectos-sociais.pdf>. 2007. Acesso em 18 ago. 2010.

IDEMA. **Perfil do seu município**. Tenente Laurentino Cruz. Acessível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economico_s/enviados/perfil_t.asp. Acesso em: 03 fev. 2010.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT comentadas para trabalhos acadêmicos**. 4. Ed. Curitiba: Juruá, 2011.

LEFF, Henrique. Saber ambiental: do conhecimento interdisciplinar ao diálogo de saberes. In: **Epistemologia ambiental**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, Carlos. In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO Davis Gruber, BURSZTYNIvan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

MARANHÃO, Christiano H. S. **O SEBRAE/RN no fomento do turismo potiguar: o caso do Roteiro Seridó**. 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 1992.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana á revolução digital**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007

MEDEIROS, Lucenaldo Carlos de. **O município de Tenente Laurentino Cruz/RN em sua trajetória histórica**. 2003. Monografia de Especialização em História do Nordeste. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de História e Geografia. São Paulo do Potengi.

MENDONÇA. Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição. In: DE LEMOS, Amália Inês (org). **Turismo: impactos socioambientais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO Davis Gruber, BURSZTYNIvan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

MILAGRES, Vanessa Rios. SOUZA, Eliane Marques e SOUZA, Lucas Barbosa e. Percepção ambiental no distrito de Taquaraçu, município de Palmas (TO): a relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da história local. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 10. 2010

MORAIS, Ioni Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó, Ed. do Autor, 2005.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo, v. 01, nº 03, 2º sem., 1996.

NOIA, Angye Cássia; AVILA, Marco Aurélio; CARTIBANI MIDLEJ, Moema Badaró. Desarrollo turístico y comunidad local: Valoraciones y expectativas de

los residentes de Ilhéus-BA, Brasil. **Estud. perspect. tur.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 18, n. 6, dez. 2009 .

NUNES, Flávia Peres; PINTO, Maria Tereza Cândido. Conhecimento local sobre a importância de um reflorestamento ciliar para a conservação ambiental do Alto São Francisco, Minas Gerais. **Biota Neotrop.**, Campinas, v. 7, n. 3, 2007 .

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 8, n. 2, Set. 2007.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais do turismo no litoral de Areia Branca/RN**. 2004. 224 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual do Rio grande do Norte, Mossoró/RN.

PELICIONE, Maria Cecília Focesi. Trajetória do movimento ambientalista. In: PHILLIPI JR, Arlindo. ROMÉRO, Marcelo de Andrade e BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental**. Barueri – SP: Manole, 2004.

PHILLIPI Jr, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental**. Barueri – SP: Manole, 2004.

PIRES, Paulo dos Santos. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. In: PHILLIPI JR, Arlindo e RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP:

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz. **Plano Municipal de Educação PME – 2001/2010. Tenente Laurentino Cruz**. 2001

Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz. **Plano Municipal de Alfabetização PMA – 2001/2010. Tenente Laurentino Cruz**. 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ. Secretaria Municipal de Agricultura de Tenente Laurentino. Relação de casas de farinha no município de Tenente Laurentino Cruz no ano de 2003. (mimeo)

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2005.

RIBEIRO, Helena e STIGLIANO, Beatriz Veroneze. Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental. In: PHILLIPI JR, Arlindo e RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010. (Coleção Ambiental, v.09)

RIO, Vicente Del. OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

RIOS, Vanessa Milagres. SOUZA, Eliana Marques e SOUZA, Lucas Barbosa. Percepção ambiental no distrito de Taquaraçu, município de Palmas (TO): a

relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da história local. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol 10, nº 1, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. In: SEABRA, Giovanni (org). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa, Paraíba: 2007.

ROHDE, Geraldo Mário. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Out. 1994. p. 262.

RUSCHMANN, Dória van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3.ed. São Paulo: Papirus, 1997)

SANSOLO Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLLO, Roberto, SANSOLO Davis Gruber, BURSZTYN Ivan **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem\Ministério do Turismo. 2009

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEABRA. Giovanni de Farias. **Turismo Sertanejo**. Acessível em: <http://www.turismosertanejo.com.br/artigos/TurismoSertanejo.pdf>. Acesso em 18 de out de 2010.

_____. **Turismo sertanejo**. João Pessoa – PB. Editora Universitária da UFPB, 2007.

SILVA, Thaise Sousa da; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde; FREIRE, Eliza Maria Xavier. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da Caatinga nordestina por populações do seu entorno. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 21, n. 2, Ago. 2009

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

SOLHA, Karina Toledo. Papel do poder público para o turismo sustentável. In: PHILLIPI Jr. Arlindo. RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

SOUZA, Vanessa S. Fraga de; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Em busca de uma racionalidade convergente ao ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, Jun. 2006

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SERRANO, Adriana Montserrat Perez *et al* . Turismo rural y empleo rural no agrícola en la Sierra Nororiente del estado de Puebla: caso red de Turismo Alternativo Totaltikpak, A.C. **Invest. Geog**, México, n. 71, abr. 2010

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo, Aleph, 2000.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

TUAN, YI-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WHYTE, Anne V. T. **Guidelines for fields studies environmental perception**. MAB Technical Notes 13, Paris: UNESCO.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

VELOSO, Agnes L. SAMPAIO, Everardo V. S. B e PAREYN, Frans G. C. **Ecorregiões propostas para o bioma caatinga**: resultados do Seminário de Planejamento Regional da caatinga. Aldeia – PE, 2001

VIOLANTE, Adriano de Cerqueira. **Moradores e turistas no município de Porto Rico, PR**: percepção ambiental no contexto de mudanças ecológicas. 2006. 126f. Tese (Doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Maringá.